



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS-CCNE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA

CERTIFICAÇÕES E INDICADORES
SOCIOAMBIENTAIS:
RELAÇÃO, DISCURSO E VALOR DA
MATERIALIZAÇÃO ESPACIAL.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Patricia Ricchetti

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**CERTIFICAÇÕES E INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS:
RELAÇÃO, DISCURSO E VALOR DA MATERIALIZAÇÃO
ESPACIAL.**

por

Patricia Ricchetti

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências – Mestrado em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Waterloo Pereira Filho

Santa Maria, RS, Brasil

2010

© 2010

Todos os direitos autorais reservados a Patricia Ricchetti. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Niedereuer 1445/108, Santa Maria, RS, 97110-680

Fone (0xx)55 81485840; End. Eletr: patirichetti@yahoo.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS-CCNE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**CERTIFICAÇÕES E INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS:
RELAÇÃO, DISCURSO E VALOR DA MATERIALIZAÇÃO ESPACIAL.**

**elaborada por
Patrícia Ricchetti**

**como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia**

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Waterloo Pereira Filho, Dr.
(Presidente/Orientador)**

Benhur Pinus da Costa, Dr. (UFSM)

João Vicente R. B. C. Lima, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil

2010

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos que estiveram comigo durante minha formação pessoal e acadêmica. Aos que de mim precisaram e aos que eu busquei. Mas, principalmente, dedico esse trabalho à base de tudo, meus pais, pois essa rica experiência acadêmica só foi possível embasada em vivências sólidas em outros campos da vida e por em todos os meus passos, errados ou certos, estarem ao meu lado. E a minha mãe por servir de exemplo de SER.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que contribuíram de algum modo, qualquer que seja ele, para meu amadurecimento. Agradeço especialmente ao professor Waterloo Pereira Filho pela orientação, disponibilidade e liberdade, ao professor João Vicente R. B. C. Lima e ao professor Benhur Pinos da Costa pela gentileza em aceitar partilhar desse momento. A família, mais uma vez, “per tutto que son”. Aos amigos de longas datas e aos amigos de datas intensas pelas conversas, risadas, choros, xingamento, ao Jodi pela ajuda e paciência tudo contribuiu para quem sou. A Universidade Federal de Santa Maria e aos contribuintes brasileiros pela oportunidade de estudar. Enfim, a todos que de alguma forma pela minha vida passaram e que com eles eu pude aprender.

O que você vê não é o que você obtém, se tudo que estiver vendo (mesmo agora) for só tinta no papel. No fim, o que você obtém é o que você dá.

(Scott McCloud)

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-graduação em Geografia

Universidade Federal de Santa Maria

CERTIFICAÇÕES E INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS:

RELAÇÃO, DISCURSO E VALOR DA MATERIALIZAÇÃO ESPACIAL.

AUTORA: PATRICIA RICHETTI

ORIENTADOR: WATERLOO PEREIRA FILHO

Data e local da defesa: Santa Maria, XX de outubro de 2010.

Este trabalho apresenta a análise comparativa hierarquizada de variáveis dos indicadores das certificações da cena socioambiental. Os indicadores são tomados como valores agenciados na relação empresa- meio ambiente. Para tal entendimento, partimos de pressupostos que cada sociedade concebe natureza o ambiente construído pelas e para as relações sociais. Nessa perspectiva, compreende-se que a relação que as sociedades constroem em si e, juntamente, com a que constroem com a natureza, materializam-se no espaço. Daí que, ao falarmos de produção de espaço estamos considerando que esse é produto da indissociabilidade do social e do natural, como um híbrido de processos históricos que se desenvolveram como formas de organização social e dos usos da natureza. Sendo que na construção da cena ambiental tomamos o conceito de esfera pública como locus de realização dos espaços de argumentação, que repercute e integra a política como um todo interrelacionada. Em que tanto os discursos não originais dos espaços formais de deliberação (que dão suporte à micropolítica) como os institucionalizados fazem incursões pela esfera pública, movimentando a opinião pública e pressionando diversos setores tais como governo, organizações e civis, na intenção de (re)introduzir o homem como sujeito das ações na cena política-discursiva-ambiental. A metodologia aplicada foi qualitativa, baseada em análise de questionários aplicados entre os grupos: pesquisadores associados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade- ANPPAS, profissionais liberais que trabalham na área ambiental, organizações não-governamentais ligadas à temática ambiental, órgãos ambientais estatais, empresas estaduais de saneamento (respondentes do questionário 1) e empresa estadual de saneamento certificada pela ISO 14001 (respondente do questionário 2). O que se constatou foi que os indicadores incorporam as variáveis socioambientais de uma psicofera originária de esferas sociais não institucionalizadas. Estas variáveis são operacionalizadas nas estratégias e ações para geração de vantagem competitiva, acesso a mercados, e para a geração de confiança entre os diversos públicos de interesse. Em que as certificações se apresentam como uma rede de variáveis que costuram setores, constituem e materializam as relações da empresa com suas partes.

Palavras chave: elemento do espaço; esfera pública; certificações ambientais, cultura organizacional, valor socioambiental.

Abstract

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-graduação em Geografia

Universidade Federal de Santa Maria

CERTIFICAÇÕES E INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS: RELAÇÃO, DISCURSO E VALOR DA MATERIALIZAÇÃO ESPACIAL

AUTORA: PATRICIA RICHETTI

ORIENTADOR: WATERLOO PEREIRA FILHO

Data e local da defesa: Santa Maria, XX de outubro de 2010.

This paper presents a comparative analysis of hierarchical variables indicators of socio-environmental certification from the scene. The indicators take values handled in the business to the environment. For such understanding, we begin with assumptions that each society conceives the nature of the built environment and social relations. From this perspective, it is understood that the relationship that societies construct themselves and together with the building with the building with nature, materialize in space. Hence, when we speak of production space we are considering that this is the product of the inseparability of social and natural, like a hybrid of historical processes that have developed as forms of social organization and uses of nature. Since the construction of the environmental scene take the concept of public sphere as a locus of realization spaces of argument, which echoes and integrates the policy as a whole interrelated. In both speeches that no originals of the formal resolutions (that support micro) as institutionalized make incursions into the public sphere, moving public opinion and pressure various sectors such as government and civil organizations, intent on (re) introduce the man as the subject of actions in the political scene, and environmental discourse. The methodology was qualitative, based on analysis of questionnaires between the groups: researchers associated with the National Association of Graduate Studies and Research in Environment and Society-ANPPAS, professionals working in environmental, non-governmental organizations related to environmental issues, state environmental agencies, state sanitation companies (respondents to the questionnaire 1) and state sanitation company certified by ISO 14001 (questionnaire respondent 2). What was found was that the indicators incorporate social and environmental variables in a psychosphere originating in non-institutionalized social spheres. These variables are operationalized in the strategies and actions to generate competitive advantage, market access, and to generate confidence among the various stakeholders. Where the certificates are presented as network variables tailoring sectors, constitute and embody the company's relations with its parts.

Keywords: space element, the public sphere; environmental certifications, organizational culture, social and environmental value.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT -Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRAPP- Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ANA- Agência Nacional de Águas

ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica

ANPPAS- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

ANBID- Associação Nacional dos Bancos de Investimento

APIMEC- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BSI- British Standard Institution

BOVESPA- Bolsa de Valores de São Paulo

CERES- Coalition For Environmentally Responsible Economies

CEM - Conselho Empresarial Mundial Para O Desenvolvimento Sustentável

CONMETRO-Conselho Nacional de Metodologia, Normalização e qualidade Industrial

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EMAS- Eco-management and Audit Scheme

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FIDES-Fundação Instituto de Desenvolvimento empresarial e Social

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GIFE - Grupo de Institutos e Fundações empresariais

GRI - Global Reporting Initiative

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

ICC - International Chamber of Commerce

IFC - Corporação Financeira Internacional

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

LI - Licença de Instalação

LP - Licença Prévia

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

ONG - Organização Não-Governamental

RCA - Relatório de Controle Ambiental

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNGRH - Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos

TMB- Technical Management Board

UNCTAD- United Nations Conference on Trade and Development

USEPA- Environmental Protection Agency

WIR- World Resources Institute

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1: Diagrama de públicos comumente citados como stakeholders.

Quadro 2: Série das normas ISO 14001 e ISO 14004.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Questionário 1, pesquisa sobre os Indicadores socioambientais de Sistema de Gestão Ambiental;

Anexo 2. Questionário 2, pesquisa sobre os Indicadores socioambientais de Sistema de Gestão Ambiental;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.2. Objetivos.....	17
2. NAS PARTES E NO TODO: RESSIGNIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DE UM ELEMENTO DO ESPAÇO COM O MEIO AMBIENTE.....	18
2.1. Espaço banal- híbrido-solidário como materialização da relação homem-natureza.....	20
2.1.1. Um elemento do espaço-processo, técnica e significação-como sistematização da vida.....	22
2.2. Da natureza da crise.	26
2.2.1. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional.....	29
2.3. Dos pilares da racionalidade fundadora da cena atual: tecnosfera e psicofera.....	32
2.3.1. Cena socioambiental e a apropriação pelas ações empresariais.....	34
2.3.2. Programa organizacional: estratégias, ações e discursos.....	36
2.3.3. Responsabilidade socioambiental, dispositivos contrapontuais e solidários da psicofera.....	39
3. DAS VOZES MARGINAIS, DISSONANTES A RESSONANTES: ESFERA PÚBLICA, UMA CONTEXTUALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA POLÍTICO-COMUNICATIVA.....	43
3.1. A gênese da esfera pública, a esfera pública burguesa.....	44
3.2. A esperança de Habermas na auto-geração de uma autêntica esfera pública: ação comunicativa e a formação da opinião pública crítica.....	48
3.3. Das diversas vozes da cena ambiental.....	51
3.3.1. Atores coletivos.....	52
3.3.2. O discurso dos atores coletivos nos media.....	55
3.3.2.1. Visibilidade de um tema: da ciência a mídia.....	57
3.4. A Relação com os Stakeholders.....	60
4. CERTIFICAÇÕES: A EMERGÊNCIA DE MECANISMOS DE REGULAÇÃO EM FACE DA CRISE AMBIENTAL, EM CONTEXTO TEÓRICO E ANALÍTICO.....	65
4.1. A regra e a norma: dispositivos de ordenação na organização sociopolítica.....	66
4.2. O Sistema de Comércio Multilateral.....	68

4.3. Certificações.	70
4.3.1. A norma ISO 14000.....	72
4.3.2. Revisão da norma série ISO 14000.....	75
4.3.2.1. O Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT/CB 38.....	77
4.4. Método.....	81
4.5. Análise.....	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
6. BIBLIOGRAFIA.....	114
7. ANEXOS.....	120

INTRODUÇÃO

Conciliar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental tornou-se um grande desafio para a sociedade urbano-industrial a partir da segunda metade do século XX. O que expressa que a questão ambiental está incorporada aos modelos de desenvolvimento econômico, uma vez que essas questões inscrevem-se na agenda político-econômica e passam a ocupar lugar importante na produção e acumulação de riquezas.

A discussão a respeito dos problemas ecológicos alcançou maior escala a partir da segunda metade do século XX. Nesse contexto, surgiram movimentos (a exemplo dos movimentos de contra-cultura¹) que passaram a questionar o desenvolvimento do capitalismo, mais especificamente na relação tecnociência-produção-consumo, vinculando seus reflexos sociopolíticos, econômicos e culturais às questões ambientais.

Nesse entendimento, a relação sociedade-natureza exprime uma face da totalidade da vida em que a desigualdade ambiental - o acesso aos recursos e serviços naturais - está entrelaçada com a desigualdade social, política e econômica. Posto que as sociedades são constituídas por processos conflituosos em que diferentes grupos buscam a construção de um ambiente que melhor corresponda à satisfação das suas necessidades, sejam elas materiais ou espirituais. Isso implica não apenas em concepções, mas em definição de usos da natureza. Nessa perspectiva, compreende-se que as relações que as sociedades constroem em si e com a natureza materializam-se no espaço, sendo que nosso entendimento de espaço advém, principalmente, das concepções de Santos (2004, 2008).

Entendemos que os sujeitos produzem uma dada representação de natureza no mesmo plano que produzem a de sociedade, pois a representação no nível humano é cultural². Daí que, ao falarmos de produção de espaço estamos considerando que esse é produto da indissociabilidade do social e do natural, não como junção, mas como processos históricos que se desenvolveram em formas de organização social e dos usos da natureza. Assim, o sentido que se tem de natureza é aquilo que a ação social apreende. Isso não significa que a natureza seja, somente, uma produção social, mas sim, que cada sociedade a concebe como o ambiente construído pelas e para suas relações, nas quais estão materializados os valores engendrados e constituintes significantes para os sujeitos. E como parte do espaço geográfico, a natureza é incorporada e produzida enquanto objeto

¹ Numa abordagem histórica, ver Hobsbawm (1995) e numa abordagem histórica associada à questão ambiental ver Porto-Gonçalves (2006).

² Há claro, nos limiares simbólicos a representação condicionada pela biologia do ser, mas no homem essa representação passa a ser dominada pelo símbolo (PERUZZOLO, 2006, p.35).

e idéia, transformada em recurso pela função que o homem lhe dá. Ou seja, a natureza torna-se social porque em um dado contexto as práticas sociais a inscrevem numa realidade socioespacial como ente material.

A partir desses entendimentos, fortalece-se a necessidade de estudar as políticas ambientais público-privadas, em contexto das transformações organizacionais da nova lógica espaço-temporal que inferem sobre as práticas sociais, estendidas amplamente a todas as dimensões da vida. Para tanto, tomamos como lócus da discussão o conceito de esfera pública, trazido por Arent (1998, 2009), e Habermas (1980, 1984, 1988), configurada pelo debate crítico-argumentativo, que passa a constituir a circulação de ideias e interesses comuns de indivíduos ou grupos em contextos e/ou espaço-temporais diferentes.

Não primamos em discutir se as empresas têm fins mercadológicos em suas ações, mesmo as de políticas ambientais, pois a resposta nos parece óbvia e, em sendo assim, não se faz questão para esse trabalho. Todavia, o trabalho das empresas baseia-se em usos de recursos- fato que não podemos negligenciar. A partir disso, refletir a interface entre projetos de ações de natureza econômica e de ações que estabelecem a inserção de ordem moral nas empresas, como no âmbito da responsabilidade socioambiental, que constituem a psicofera atual, entender os usos e, como algumas das agressões à natureza possam ser mitigadas (ou mesmo se podem ser), a partir das regulamentações/certificações, se faz latente.

No setor empresarial, até meados dos anos 1980, houve uma resistência às iniciativas de minimizar os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades. A partir dessa data observou-se um aumento da instabilidade – social, econômica e política - que impôs novos desafios às organizações. Mas as empresas³, em seu geral, enfrentam dificuldades em superar uma visão e posição reativa. E por isso, nota-se que em longo prazo escolhem estratégias ecológicas e economicamente ineficazes (DEMAJOROVICK, 2003).

Importante destacar que as pretensas mudanças do setor empresarial não almejam colocar a questão ambiental no centro das deliberações das organizações. Um programa de políticas ambientais é parte constituinte das estratégias de uma dada empresa, por isso, dizemos que a implementação desses programas tanto reflete quanto constrói sua cultura.

³ Nesse trabalho tratamos como sinônimos os termos: organização, empresa, unidades de negócios, por mera estratégia semântica, “usam-se as terminologias organização e empresa como sinônimos para identificar agrupamentos sociais nas suas mais diferentes tipologias (empresas ou privada, escolas, universidades, ONGs...)” Kunsch (2003, p.32). Para este trabalho entende-se os termos com visão de tê-los enquanto modo de conjunto de estratégias de produção de significação e sentido, que , enquanto uma pluralidade de indivíduos, é essencialmente uma entidade relacional que busca os outros, quando temos modos de conjuntos que são o resultado do fazer humano.

Como modelos de programas de políticas ambientais temos os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), implementados nas organizações tanto no setor público como no setor privado. Tais SGA's têm apresentado um foco predominantemente normativo e operacional, com interesses ao mercado globalizado. Mas a nosso ver, a questão industrial é política, isso porque ela deve ser concebida em função de decisões que a sociedade toma para a configuração industrial que se deseja, bem como, a relação de apropriação da natureza tida/admitida por essa sociedade.

Sendo assim, destacamos nesse trabalho a tendência de organizações desde empresariais, ONGs e acadêmicas em criar/aprimorar um quadro de indicadores pelo desempenho das organizações no campo socioambiental e ao mesmo tempo entender o contexto da construção do discurso das empresas sobre a temática apresentada. E apesar de não tratarmos os indicadores como fatores técnicos, não os ignoramos como instrumento, inclusive, para entender o fenômeno sócio-técnico contemporâneo. Para tanto, os indicadores antes de quantificar-monitorar-avaliar o impacto das atividades empresariais, exprimem uma escolha, uma racionalidade referente a uma prática que pode nos trazer uma clareza dos agenciamentos constituintes da questão. Pois ao entender o fenômeno produzido por esses atores, quem sabe poderemos resolver (ou questionar) indícios formalizantes de um modo de constituir-se. Sendo que ao privilegiar algo em detrimento de outro estamos o tornando valor, como formas de fundamento da vida e da natureza do ser que entra em relação, aplicando a isso os devir's (o torna-se em busca de exelência), baseados no entendimento de Deleuze e Guattari (1995).

Por isso, acreditamos que relacionar a análise dos indicadores socioambientais aos processos de construção de modelo cultural empresarial, engloba os resultados de escolhas e de modos de constituir-se. O que afirmar a necessidade de uma politização dos sujeitos e suas formas de apropriação dos recursos, sem que desapareça do horizonte utópico projetos de desenvolvimento *socialmente incluyente ou ambientalmente sustentável e economicamente sustentado*, como afirma Sachs (2002, 2008).

Essa abordagem, no que diz respeito ao interesse específico dos pesquisadores, ocorre pelo caráter menos fragmentário diante de processos e contextos entre empresa-natureza-sujeitos. A busca de um diálogo de pensamentos que se interdiscutem, também expressa nossa ideia do fato de precisar do outro para constituir a si mesmo e, acaba acionando novas formas de representação e entendimento de domínios da vida, nos quais, os valores expressam seus interesses. E como se trata

⁴ Já que mesmo uma necessidade pode ser dita sob a forma de valor humano, que atingem formas fundamentais, agenciados no discurso na busca pela produção de significação. Pois, afinal, todo discurso é o suporte de circulação social de significações que podem qualificar e personificar uma instituição.

de uma pesquisa que envolve a Geografia e a Comunicação Social (não reduzindo o tema a essas duas áreas do conhecimento) tem-se como a articulação do percurso de análise ideias congruentes com as transformações sociais e representações dos sujeitos em um recorte da cena atual da relação homem-natureza materializada pela produção espacial e os valores agenciados. Ou seja, uma reflexão pautada pelo contexto e a análise do discurso⁵ socioambiental que se articula através dos indicadores socioambientais dos programas empresariais.

Portanto, esse trabalho, encontra-se entre fronteiras dos questionamentos que, direta ou indiretamente, lidam com as temáticas ligadas à relação entre meio ambiente e sociedade a partir das estratégias econômicas estruturantes das empresas. Por isso tendemos a uma discussão menos tecnicista da certificação em si e mais os conteúdos político-discursivos que tangenciam/ultrapassam/afetam os elementos normativos dos parâmetros de certificação.

Alinhada a esse raciocínio, tratamos a seguinte questão: Partindo-se de um conhecimento prévio que há diferenças entre os indicadores socioambientais apresentados por diferentes organizações e atores, normas ambientais e conceitos estudados buscamos uma hierarquização e análise das variáveis que agenciam valores engendrados a partir das certificações no contexto da construção discursiva empresarial.

A definição dos objetivos desse trabalho deu-se a partir de algumas questões centrais suscitadas por um embasamento na concepção sistêmica de análise dos fenômenos. Para tanto, a pesquisa realiza uma investigação das implicações espaciais-comunicativas-temporais e uma análise das possíveis concepções do discurso socioambiental das empresas que interajam com os conceitos em contextos de: Esfera Pública, Elemento do Espaço, Cultura Organizacional e Normas Ambientais focalizando a análise dos valores de indicadores socioambientais.

1.2. Objetivos

Identificar e analisar as principais variáveis dos indicadores socioambientais propostos por atores da cena ambiental, vinculados às certificações, no agenciamento de valor no contexto da construção discursiva empresarial.

⁵ Tomo 'organizar/ construir um discurso' por um equivalente de construir estratégias discursivas, que em última instância irão determinar os valores que podem ser identificados no discurso. Essas escolhas é que vamos analisar nesse trabalho.

Objetivos específicos:

1. **Identificação dos indicadores:** definir quais as principais variáveis dos indicadores na construção da cultura organizacional socioambientalmente responsável, entre os atores organizacionais e civis;
2. **Discurso socioambiental:** Definir as principais variáveis no posicionamento empresarial responsável, em organização certificada pela ISO 14001.
3. **Esfera Pública e opinião pública:** observar e alocar os sujeitos atuantes, reintroduzir o homem nas ações da cena política- discursiva, com a opinião pública e a esfera pública contemporâneas, na ampliação dos discursos socioambientais e ressignificação da temática ambiental nas empresas, entre sujeitos divididos em 2 grupos:
 - ligados a temática de certificações socioambientais (exceto a ISO 14001), empresas que tenham desenvolvido seu método de programa ambiental, pesquisadores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade- ANPPAS, organizações não- governamentais, órgãos ambientais governamentais;
 - certificados pela norma ISO 14001;
4. **Intersecções:** comparar e analisar as variáveis identificadas como principais entre os questionários um e dois.

NAS PARTES E NO TODO: RESSIGNIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DE UM ELEMENTO DO ESPAÇO COM O MEIO AMBIENTE.

Há, no debate histórico da Geografia e de outras ciências sociais, a afirmação de que os homens e mulheres constroem o espaço geográfico transformando a natureza. De fato é, pois as relações sociais só podem materializar-se humanizando um espaço para esse fim, de forma que isso se tornou uma condição da própria vida. Nessa acepção, o espaço geográfico é a materialidade das relações, pois é o lugar em que a ação social constrói os objetos técnicos que lhe permitirão transformar a natureza no meio ambiente adequado à vida que essas relações empenham-se em construir (SANTOS, 1999).

Nesse entendimento, compreende-se que a relação que as sociedades constroem entre si, concomitantemente, com a que constroem com a natureza, materializa-se no espaço. Tal materialidade realiza-se por meio das relações de poder aí exercidas, nas formas de apropriação e domínio do espaço, criando a condição para o desenvolvimento dos modos de produção e dos modos de vida que, ao longo da história, possibilitaram sua legitimação.

Para esse trabalho faz-se fundamental considerar o espaço, pois partimos de aportes teórico-metodológicos miltonianos, como uma instância da produção social e sua conjectura com as instâncias econômicas, políticas e culturais. Buscamos captar a indivisibilidade do espaço em articular as instâncias produtivas, sendo então, o espaço um campo de forças, com a articulação dessas instâncias. Daí apreender as relações primárias que se dão entre estruturas, formas, função e processo - qualidades de seus elementos - que proporciona uma compreensão evolutiva da produção do espaço através do tempo⁶.

O repensar as funções do Estado em face ao aprofundamento das desigualdades sociais, especialmente após os anos de 1980, as empresas passam a assumir um novo papel como mitigadores pela chamada responsabilidade social. O que configura toda uma psicofera promovida pelas fundações e institutos empresariais, juntamente com as certificações e normas voltadas para a promoção de um papel, sendo que cada empresa estabelece tipos de relações que permeiam a dinâmica de suas ações e públicos.

As transformações históricas e variações locais demandam uma contínua rotação dos temas dominantes. Ratificamos aqui a busca contínua pelo lugar do sujeito nessa análise, ou seja, como os indivíduos organizam-se espacialmente, pois as relações dos homens materializam numa dimensão

⁶ Explicamos aqui que não é nosso objetivo, para esse trabalho, apresentar a evolução histórica da produção do espaço, mas que não podemos deixar de citá-la, exatamente por nossa compreensão da produção espacial, como produção social em um dado tempo. O tempo deve aos eventos o seu existir, e os eventos materializam-se – portanto existem num espaço e no tempo-, tendo os sujeitos como fomentadores dessas mudanças (posteriormente iremos nos ater mais).

espaço-temporal. Partimos, então, do pressuposto que para algo fazer parte de um universo de sentido necessariamente deve estar integrado ao sistema de significação humano. No processo de significação vemos que no mundo humano uma coisa só é valor por sua relação com o homem. Pois mesmo uma necessidade pode ser dita sob a forma de valor humano. Consideremos, daqui em diante, que um valor sempre estará presente em uma relação social.

As formas simbólicas constituem a vida social, simultaneamente, em reflexo, meio e condição social. Presentes em toda a história humana as formas simbólicas passaram, a partir da segunda Guerra Mundial, a fazer crescentemente parte do processo produtivo (HANNIGAN, 2002). Por estarem presentes por toda parte, as formas simbólicas adquiriram crescente interesse entre aqueles dedicados em tornar inteligível a ação humana. Calcada na análise dos significados atribuídos à natureza e às construções humanas no espaço, desenvolvida durante a década de 1980, aparecem estudos sobre formas simbólicas. Inclusive, na manipulação direta pelo homem através da atividade produtiva, na consideração do recurso natural como item no jogo de interesses de uma sociedade. Neste mesmo sentido, Santos (2004) ainda arremata dizendo que as formações espaciais são, na verdade, formações sócio-espaciais, denotando o peso que as determinações sociais têm sobre a produção do espaço.

2.1. Espaço banal- híbrido-solidário como materialização da relação homem-natureza.

O conceito de espaço como “(...) um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações (...)” (SANTOS, 2004, p.51), traz-nos a compreensão de que objeto e ação compõem um par dialético fundamental nas transformações contemporâneas. As mudanças processam-se por objetos técnicos – *sistema de objetos* – que, à luz de comandos – *sistema de ações* – permitem a manifestação e recomposição do conteúdo do espaço, um conteúdo social e técnico revelador do movimento geral da sociedade e do mundo.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem, de um lado, os objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. (SANTOS, 2004, p. 63)

Ao teorizar o espaço como uma das estruturas da sociedade, Santos (1997) argumenta que a produção do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história. A forma espacial é tanto reflexo como elemento de explicação social. “As formas, pois, têm um papel na realização social. (...) [e] o conteúdo corporificado, o ser

já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço” (SANTOS, 1997, p. 26-27).

O espaço considerado como uma instância da sociedade como as demais (economia, cultura) tanto contém como é contido pelas demais instâncias. Isso quer dizer que a essência do espaço é social, e assim, *cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual*. Os processos sociais representam uma sociedade em dado momento, contextualizando esses processos em funções que se realizam por formas. Santos (2008) explica que o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço soma os dois, marca o movimento social, posto que as formas-conteúdo estão sempre mudando de significação, na medida em que lhe atribui, a cada momento, frações diferentes do social.

Santos (2004) propõem considerar tempo e espaço numa forma de unicidade, pois ambos se encontram na materialidade produzindo o existir. O tempo é marcado-constituído por eventos, são eles que fazem o existir do tempo, tendo em conta que onde o evento se instala não há a possibilidade de repetição, o que faz um evento ser novo, irreversível, solidário e escalar. Tempo e espaço metamorfoseando um no outro em um movimento contínuo, e assim, construindo o novo, por sua mudança de conteúdo e, necessariamente, de significação, tomando o tempo como a dimensão da mudança que conserva a contradição – uma constante mudança-permanência. Estabelecemos, então, essas relações fundantes: ordem temporal dos eventos e a relação entre os eventos no tempo, tendo como preexistentes qualidades que constituem e são constituídas por esses eventos. Santos (2004, p.124- 126) apresenta a ideia de que é através dos eventos que se pode rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço, “os eventos são filhos do mundo, seus interpretes atentos, suas manifestações particulares”.

Nesse ponto se faz fundamental a apropriação do sujeito, posto que não há evento sem sujeitos que fomentam essas mudanças por suas necessidades, na prática de seus devires, o seu torna-se na busca da excelência. Partimos, então, segundo Santos (2004, p. 122) “de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ações em conflito, em que os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos- verdadeiras situações (a sucessão de eventos).” Se as relações sociais se materializam no espaço, humanizando-o, e essas relações são conflituosas, então a espacialização é desigual e contraditória, pois é da sua própria materialidade. Entramos aqui em uma discussão importante ao entendimento das forças distintas e representações dos objetos. Destacando aqui que a forma como sujeitos simbolizam os objetos se dá por sua função e uso, em condição cultural.

Corrêa (1995) traz um breve panorama sobre as mudanças nas concepções de espaço nas diversas fases pelas quais passou a ciência geográfica. De um modo geral, sobressai a ideia que a palavra espaço, sozinha, não diria da real especificidade geográfica, mas a organização desse espaço, sim, traz uma noção um tanto mais identificadora. Isso porque a organização/produção traz implícita a dinâmica relação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, conforme os conceitos expostos por Santos (2004). Fala-se então, em espaço geográfico. Não é qualquer espaço, nem sob qualquer visão; é um espaço estruturado pela sociedade que o detém e que ele mesmo, de certa forma, modela o modo como essa sociedade o deterá.

Visto dessa forma, a organização do espaço tem sua concretude e uma circunscrição, ou seja, uma delimitação de área, apesar de ser criado por fluxos que podem transcender em muito a esses limites do concreto. E esse recorte (definimos o recorte desse trabalho como um elemento do espaço), além de ser uma necessidade prática de operacionalização da pesquisa, não deve ser arbitrário, pois é uma necessidade metodológica estreitamente relacionada aos pressupostos teóricos adotados. O objeto existe geograficamente em um lugar e, a partir, de sua instalação nesse lugar passa a ter uma nova “certidão de idade”. E essa inserção, instalação, implantação segue uma ordem que expressa um sentido, como a implantação de uma certificação ambiental em uma empresa. Aqui destacamos também a ideia (que posteriormente discutiremos mais especificamente) de que o próprio meio natural e as infra-estruturas, em função de suas imbricações, se tornam inseparáveis, “em uma evolução concomitante do homem e do que se poderia chamar de *natureza*, pela intermediação das instituições e firmas”(SANTOS, 2008, p.18). Esse processo de transformação marca uma mudança relevante para situarmos as relações dos elementos do espaço, tão relevantes para esse trabalho, bem como, fazer a crítica a produção histórica de uma assimetria entre o homem e a natureza, pois o mundo que os homens constroem como representação de si mesmo e da natureza não está deslocado da base material que o sustenta.

2.1.1. Um elemento do espaço- processo, técnica e significação- como sistematização da vida.

Os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. A cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor, dos elementos e do próprio espaço, também muda, pois deve ser tomado de sua relação com os demais elementos e com o todo. Santos (2008) aponta como elementos do espaço os homens, as empresas, as instituições, as infra-estruturas, o meio natural, tratados como conceitos *que só podem ser entendidos à luz da sua história e do presente*. Isso significa que eles variam e

mudam segundo o movimento da história, considerando que, em função de suas relações, os elementos do espaço são um sistema. Tal sistema é comandado pelo modo de produção dominante nas suas manifestações à escala do espaço em questão. Irredutíveis e intercambiáveis uns com os outros, os elementos do espaço, conforme a função também vão se tornando uns em outros, se entrelaçam e confundem, como as instituições que se apresentam como firmas, e essas como instituições, caso das grandes corporações que intervêm em normas sociais e as instituições como o Estado, produtoras de bens e serviços. Nesse ponto a relação entre os elementos quando intercambiados se torna mais extensa.

Como sistemas abertos os elementos do espaço tratados especificamente em um recorte temporal, posto o processo de mudanças apresentados por eles, toma-se como um estado de auto-organização em suas qualidades. Ou seja, cada elemento está sempre variando de valor tanto por sua relação com os demais elementos como por si, sendo assim tempo, lugar, relações são variantes desses elementos, o que faz seu conteúdo e concomitantemente sua significação se alteram. Nessa concepção para entender e analisar o espaço não basta cogitarmos seus elementos, posto que o que devemos observar é a relação que os elementos mantêm entre si. Essa interdependência das partes e mediação com o todo, mantidas pelas qualidades dos elementos, também encontramos nas idéias de Morin (2005), quando descreve a auto-organização de um sistema.

Na apresentação de seu segundo princípio, o princípio da *recursão organizacional*, Morin (2005, p.108) apresenta como processo recursivo “é um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu”. E para exemplificar utiliza o caso da relação indivíduo e sociedade. A sociedade é resultado das interações humanas, mas uma vez que há uma sociedade (que ela tenha sido produzida), ela mesma age sobre os elementos que a produziu (as pessoas, as instituições, os espaços, etc) e também os altera, alterando-se assim a ela mesma, “se não houvesse uma sociedade e a sua cultura, uma linguagem, um saber adquirido, não seríamos indivíduos humanos” (MORIN, 2005 p. 108). Esse princípio rompe com a ideia linear de causa e efeito, uma vez que o efeito retorna sobre a causa em um ciclo auto-organizador/ produtor, quando o produto também é produtor.

Portanto, as relações estabelecidas são influenciadas tanto pelas mudanças de outros elementos como suas próprias mudanças, uma auto-organização. Essas relações enfatizam as constantes mudanças das características próprias- técnicas e funcionais- concomitante com as sistêmicas, condições definidas pelas formações sociais no tempo. Tem-se, então, o espaço como um sistema complexo, submetido à transformação das próprias estruturas (SANTOS, 2008) e, essas mudanças se fazem em fluxos e proporções diferentes, apresentam essas desigualdades como criam

condições dialéticas com um princípio de mudança. Esses fluxos imbricam da construção de um corpo mesclado que se torna, portanto, complexo.

Nesse sentido, a comunicação, entrada em relação entre sujeitos por suas próprias necessidades, se dá em todas as estruturas do espaço e como na produção do espaço e na organização social, também se faz pela procura do outro para sua própria existência, e assim em suas ligações de dados tanto contraditórios como homólogos, Santos (2008) apresenta três princípios de mudanças/evolução do espaço:

O princípio da evolução externa, responsável pela evolução exógena do sistema; o intercâmbio entre subsistemas, que permite falar de evolução interna do todo, uma evolução endógena; e uma evolução particular a cada parte ou elemento do sistema tomando isoladamente, evolução que é igualmente interna e endógena.(SANTOS, 2008 p.29)

Mas é preciso ressaltar que a ação externa reverbera através dos dados internos, assim quando um elemento recebe uma influência externa suas características internas já não são as mesmas. Em Santos (2008, p.30) “a ação exógena age como um detonador que traz para dentro do sistema um novo impulso, mas que por si só não tem as condições para valorizar esse impulso”. Esses impulsos têm influência diferente dependendo do lugar onde se relacionam, por isso, dizemos que também os esforços externos são de resultados diferentes devido às condições internas, quando, então, essas agem como “modificador do impacto externo”. Sendo assim esses sistemas tem realidades mistas e, que só existem em relação com os demais e, que tal vetor externo ganha valor a partir das condições do impacto de suas relações. Esse valor relativo dentro do sistema mais amplo se dá, portanto, em função das condições atuais dos sujeitos.

Claro que, ao referirmos o espaço por seus elementos, ou melhor, a partir da relação das qualidades desses, se faz necessário o destaque das diferenças- hierárquicas, formais, estruturais, de conteúdos, circulação de valores e, portanto, de funções- que emergem de um quadro complexo e dinâmico da realidade, número e representatividade dos dados.

O movimento das sociedades é sempre compreensivo, global, totalizado, mas a mudança ocorre a diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem, e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias- sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras. (SANTOS, 2008, p. 72)

Assim, a história do homem também segue essa mesma linha, posto, que as constituintes espaciais só se tornam relevantes quando a sociedade lhe confere valor e significado. Temos assim a

compreensão da transformação dos elementos/matérias naturais em recursos sociais, consagrados por suas funções, em dado tempo. O mesmo pode ser dito de bens essenciais para a existência—como a água. A água para a vida sempre se fez recurso, mas seus usos/funções diversos mudam de valor conforme o período. A água existe na natureza, mas a necessidade de regulação política diz respeito aos diversos usos produzidos socialmente. O fato de a água ser um bem indispensável à vida torna-a, também, naturalmente indispensável aos processos de produção dos objetos técnicos — existe uma produção social da água, como existem dos demais recursos. Recursos surgem e se esgotam não apenas de acordo com as leis da natureza, mas de acordo com as leis sociais.

Em congruência a essa ideia Raffestin (1993) evidencia que todos os elementos naturais são caracterizados por propriedades cuja valorização dependerá da relação que os sujeitos estabelecerem com eles.

Um recurso é o produto de uma relação... é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio-política e sócio-econômica dos recursos. Pois sem intervenção externa uma matéria permanece aquilo que é. Um recurso, ao contrário, pode evoluir na qualidade de “produto”. (RAFFESTIN, 1993, p. 225-226)

Nessa mesma linha Ribeiro (2008 p. 20) alerta que os usos da água fazem parte da reposição da base material da existência, ou seja, “a dimensão material da vida depende da água tanto para a dessedentação quanto para higiene pessoal, para a produção de alimentos, para a produção de abrigos, enfim, sem água não há suporte material à vida”. E são criadas historicamente novas necessidades sociais, uma vez que dependem da forma de organização das diferentes sociedades humanas e do aparato científico-tecnológico-cultural criado e utilizado.

Faz-se relevante também pensar que o valor, ou valores, de tal elemento está, em certa forma, limitado e dirigido por suas formas preexistentes, e aguarda o próximo movimento da sociedade. São rugosidades (formas remanescentes dos períodos anteriores) que constituem com as novas- coexistência- estabelecidas pelas necessidades donde ela surge ou se encaixa. E esses valores mudam na proporção em que mudam as relações estruturantes de formas sociais.

O entendimento de natureza como estamos tratando aqui passa por alguma forma de apropriação, seja ela político-econômica ou cultural-espiritual como dimensão dominante apenas no sentido de que, em algumas sociedades predominam uma forma de apropriação da natureza pautada em usos mais agressivos dos recursos incorporados nessa sociedade, outras são menos agressivas. Não obstante, tanto a forma mais agressiva quanto a menos agressiva, deve ser entendida como dimensão dos valores que constituem essas sociedades. Destarte, não há natureza que possa entrar no campo das relações sociais sem ter, ao mesmo tempo, nascido nessas próprias relações sociais,

como seus resultados e suas causas – como processo simbiótico. Aquilo em que os povos acreditam, como crença, não é um produto das suas mentes, mas um efeito das relações entre eles (LATOUR, 2002). Têm, portanto, uma sociabilidade e uma espacialidade, uma vez que se concretizam em formas espaciais que são frutos da vida e que, ao mesmo tempo, dão suporte a essa.

Nesse ponto sentimos a necessidade de esclarecermos um pouco mais, donde inicia a reflexão de nosso pensamento das relações homem-natureza, já citada inúmeras vezes. Pretendemos apresentar de forma mais extensa nossa ideia das relações estabelecidas pelos sujeitos, como inserir esses sujeitos na esfera cultural, como modo de compor os sentidos- formas- lutas do existir. O modo como a técnica, o tempo, a razão e a emoção são utilizados pelos sujeitos espacializados em um dado momento e lugar justifica a produção de uma natureza determinada, baseada em formas, funções, processos e estruturas próprias, conforme a produção e reprodução do espaço.

2.2. Da natureza da crise.

Na medida em que tratamos da relação natureza-sociedade, vendo o homem como um agente do sistema, desaparece a ideia de submissão preferencial de um pelo outro e, então, é necessário olhar para um novo nível de relação.

Sabemos que o homem é um ser de relação, com os demais seres e com o ambiente, representação e transformação, relaciona-se com a natureza e nela interage e modifica a significação de várias formas, dependendo da época e do modo em que vive. O referencial histórico cultural enfatiza sua construção como a interação mediada por várias relações, na troca com outros sujeitos e consigo próprio, vão se internalizando os conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a constituição da representação dos outros e da própria consciência.

A relação homem-natureza sofreu transformações no decorrer do tempo, de um processo de desmistificação até chegarmos ao de dominação. Tanto para o homem primitivo como o da antigüidade a natureza consistia em mistérios. As interpretações e tentativas entender tais fenômenos e ordenar com forma e significado, fez com que fossem criados arquétipos que assumiram a forma de personificação mítica, que com o tempo perde o seu caráter enigmático passando a ser um objeto de pesquisa, descobertas e variados usos.

Concebemos que qualquer afirmativa sobre natureza é vista como desenho de um repertório amplo de outras imagens e normas sociais – qualquer que seja o gênero. E como em todo discurso, esse gênero também pressupõe uma mediação. Conhecimento e linguagem são os dois instrumentos

que usamos para fazer o sentido de um mundo natural que ao mesmo tempo em que nos difere o pertencemos, o construímos e somos menores que ele. A noção de alteridade, diferentes repertórios para fazer sentido de uma mesma natureza, faz cada discurso, ao mesmo tempo, intersubjetivo e autêntico. Portanto, esses discursos não revelam ou escondem verdades da natureza, mas, preferencialmente, constroem seus próprios sentidos de verdades (CASTREE, 2001).

A natureza em si existe claro, negá-la seria negar uma dimensão do próprio humano. Destarte, quando a tomamos como uma produção social não estamos falando de uma oposição entre o natural intrínseco e a produção humana, mas que o seu sentido é circunstancial, porque se trata de processos das relações sociais. Isso significa, de acordo com Latour (2004), que devemos concentrar o estudo na relação construída entre a natureza e a sociedade, pois, a assimetria é o privilégio que se dá a um ou a outro numa abordagem.

Assim, o entendimento de natureza como estamos tratando aqui, passa por formas de apropriação, seja ela político-econômica ou cultural-espiritual. Nesse sentido, não há natureza que possa entrar no campo das relações sociais sem ter, ao mesmo tempo, nascido nessas próprias relações sociais, como seus resultados e suas causas. Posto que para algo ter sentido e ser representado necessita estar integrado ao sistema de significação humano, pois só se faz valor por sua relação com o homem. E todo objeto integrado nas relações sociais carrega consigo uma relação de significação, que passa a representar uma convenção cultural, que manifesta a produção de sentido das sociedades, em dado tempo e espaço.

Para estudar a cultura é preciso que se parta da dimensão essencial do modo de ser e fazer humanos, quer dizer, as questões precisam ser consideradas a partir do modelo relacional, pois, os fenômenos culturais são constituições relacionais, que em seu fundamento são ligações entre forças distintas. Peruzzolo (2006, p.133) explica que “a especificidade da relação humana está na possibilidade de escolha”. Assim, entendemos que o homem faz suas escolhas como respostas às suas necessidades (forças que produzem cultura) e que, sempre que houver escolhas, uma relação estará sendo privilegiada. À medida que ela é aceita, e privilegiada, busca sua estabilidade e manutenção. É nesse instante que temos um modelo cultural, pois esse é exatamente uma relação, um modo de fazer privilegiado/consagrado humano. Peruzzolo diz:

A escolha de uma relação pelo homem torna-se, hábito, costume que é a institucionalização desse ser, a que denominamos “cultura”. No fenômeno cultural de institucionalização de relações privilegiadas e estabelecidas porque o homem

tem a necessidade de dar continuidade à comunicação. (PERUZZOLO, 2006, p.140)

A cultura compreendida como modos relacionais de ser, privilegiadas pelo homem, e que assim se torna um modelo codificador e decodificador dos sentidos e significados intercambiados na comunicação. Quando se privilegia uma relação satisfatória, o andamento normal é querer que ela se perpetue, por isso é que se buscam formas de continuidade para que seja institucionalizada. Um modelo cultural é então, resultante de um modo conjugado de ordenação e desenvolvimento de atividades, sendo um resultado de escolhas e de modos de fazer essencialmente humanos que buscam a manutenção da própria existência.

Nesse sentido também entendemos que a relação homem-natureza variou nos períodos, de forma que, quando uma dada relação entra em crise, o sentido e a função de natureza também entram. Nesse entendimento, a crise ambiental não é a crise da natureza (até porque a natureza não se faz um problema para ela mesma, pelo menos não pela forma que definimos os problemas naturais), a natureza como a concebemos é, também, nossa produção (FOLCH, 2000). Assim, os ditos problemas naturais são, nesse sentido, sociais, e por isso se transformam em crise para grupos, empresas, Estados, etc; que passam a ter que procurar alternativas para continuar existindo.

As técnicas marcam formas da relação entre o homem e a natureza, Santos (2004) aprecia a ideia de que na técnica existe uma esfera de ordem *racionalidade-conscientização-intencionalidade-invasão-ilusão*, que por si só é um meio e uma noção de evolução/utilização, pois se apóia na noção de território e rugosidade, justificando sua difusão ser desigual e seletiva. É o trabalho humano que utiliza as manifestações do Espaço e do Tempo mediado pela técnica, ou melhor, por um sistema técnico, enquanto que a divisão territorial do trabalho, o responsável pela desigual e seletiva difusão.

A questão que aqui se coloca é a de saber, de um lado, em que medida a noção de espaço pode contribuir à interpretação do fenômeno técnico, e, de outro lado, verificar, sistematicamente, o papel do fenômeno técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico [...] As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empirização pode ser a base de uma sistematização solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas. (SANTOS, 2004, p.45, 54).

Devemos atentar que não há sistema técnico dissociados de um sistema de ações, de um sistema de normas, de um sistema de valores, o que implica na ideia de que são os sujeitos que

impulsionam esses sistemas. A partir disso, passaremos então, a vislumbrar partes dessas relações em seus tempos e formas.

2.2.1. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional.

Como já comentamos no início do capítulo, os homens e as mulheres produziram, nos períodos históricos, diferentes formas de relação com a natureza. E que, em cada um desses períodos foram desenvolvidas técnicas que possibilitaram às sociedades interferirem na natureza para produzir um modo de vida. Isso marca de certo ponto de vista, a história da própria relação que as diferentes sociedades produziram com a natureza e que significaram, também, processos de produção de naturezas, pautados pelas suas significações.

Nesse sentido, Santos (2004) identifica a existência de três períodos dessa relação – o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional -, e em todos eles a técnica ocupa uma posição fundamental.

A técnica é indissociável da produção do espaço geográfico e da relação homem-natureza, de forma que, ao tratar dessa relação, não dá pra pensar num período não-técnico. Para que homens pudessem produzir alguma mudança na natureza foi necessário o desenvolvimento de técnicas que possibilitaram uma ação no meio geográfico a fim de transformá-lo em meio apropriado para as suas ações.

Para essa concepção, consideramos que o meio natural começa a ser produzido socialmente no momento em que as primeiras sociedades desenvolvem técnicas que pautam sua relação com a natureza, criando uma forma de produção da própria vida. Inicialmente, essa ação está relacionada aos processos pelos quais os homens e as mulheres produzem formas de organização social como materialização espacial. Mas o meio natural permanece pouco alterado porque as técnicas e o trabalho foram inseridos de forma que praticamente não existia intermediação (SANTOS, 2004).

Assim, o meio natural não é um período anterior à ação humana como promotora de alterações na natureza, pelo contrário, é um período dessa relação. O espaço, nesse momento, não está intermediado pelos objetos técnicos autônomos como tem sido pelo menos nos últimos dois séculos, a simbiose entre homem e natureza era um dos principais sentidos desse meio.

As motivações de uso eram, sobretudo, locais, ainda que o papel do intercambio nas determinações sociais pudessem ser crescentes. Assim, a sociedade local era,

ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização (SANTOS, 2004, p.188).

Essa foi a produção de uma nova natureza, mas esse processo não se dá pela via da objetivização técnica e, sim, de uma harmonia com a natureza herdada, pois “existiam sistemas técnicos sem os objetos técnicos” (SANTOS, 2004, p 188). O principal sentido desse período está no modo de vida que desenvolveram tendo a conservação do meio natural como sua marca mais característica. Em outros termos, podemos dizer que o meio natural é o período em que a natureza produzida pelos homens e as mulheres não significou alterações que desembocassem na produção de objetos técnicos como resultado de uma intervenção agressiva na natureza. Ai existia apenas híbrido de natureza e cultura.

Quanto ao meio técnico, seu principal sentido está na produção de um espaço mecanizado que desembocou no surgimento dos híbridos como objetos técnicos (LATOURE, 1994). Nesse sentido, o componente material do espaço é cada vez mais resultado da interação “natural” e “artificial”, pois os meios de transformação da “natureza” pela ciência é um dado revolucionário de cada período, uma vez que se alteram cada vez mais as propriedades da matéria para produzir objetos em laboratórios. E, portanto, à hibridação sociedades-natureza como representação se junta os objetos híbridos produzidos pela ciência através dessa transformação cada vez mais acelerada da natureza, e que pela forma como que foram socializados também ganharam um estatuto de naturalização, pois existem de forma tão autônoma que é como se existissem por si mesmos.

Uma observação pertinente, é que o meio técnico não se trata da intervenção na natureza “natural” e, sim, na própria natureza social, pois se refere da produção de outra natureza, divergente e conflitante com aquela produzida no meio natural. É o meio natural como sentido de organização socioambiental que será alterado. Nesse aspecto, a transformação do meio natural em meio técnico não se trata, somente, das intervenções nos recursos da natureza, mas principalmente o desdobramento das transformações de relações sociais. Então, produz-se uma nova natureza porque se desenvolve uma nova relação entre os homens. A relação homem-homem e, inclusive, o que se entende do próprio homem sofre mudanças para o período moderno, como escreveu Latour (2004) ao fazer referência à constituição dos modernos e sua relação com o período anterior.

Todas as formas de pensar de outrora tornaram-se ineptas ou aproximativas. Ou, antes, a simples aplicação da Constituição moderna define um “outrora” absolutamente diferente do belo presente. O obscurantismo das idades passadas,

que misturavam indevidamente necessidades sociais e realidade natural, foi substituído por uma aurora luminosa que separava claramente os encantamentos naturais e a fantasia dos homens. As ciências naturais definiam a natureza e cada disciplina foi vivenciada como uma revolução total através da qual ela se separava enfim do Antigo Regime. Ninguém é moderno se não sentiu a beleza desta aurora e não vibrou com suas promessas (LATOURE, 2004, p 40). Grifo do autor.

O meio técnico opera a mecanização do espaço, mas também produz o divórcio entre o social e o natural. Claro que, a ideia que punha de um lado as coisas da natureza e do outro as coisas da sociedade, assim como também punha de um lado as coisas da ciência e do outro lado as da política nunca representaram, de fato, uma separação. Os objetos técnicos são forjados no seio de processos políticos, considerar esse divórcio seria atestar que a ciência é portadora de neutralidade.

O meio técnico, de acordo com Santos (2004) se inscreve espacialmente como algo bastante restrito, sendo realidade apenas para poucos países onde esse progresso técnico podia instalar-se. Ou seja, a mecanização do espaço técnico é algo muito desigual geograficamente. Tal desigualdade ocorre pelo fato, como já discutido, de que os eventos não ocorrem da mesma forma em todos os lugares. Entendemos que isso deve-se, também, as assimetrias existentes nos processos de produção de novas tecnologias⁷. O uso da ciência aplicado, cada vez mais, ao desenvolvimento dos objetos técnicos promoveu significativas mudanças nas relações espaciais, como também, mudanças na relação sociedade-natureza. E, nesse sentido, Santos (2004) destaca o papel que a informação passa a significar no período atual.

O meio técnico-científico-informacional, expressão cunhada por Santos (2004), apresenta que ao binômio técnica-ciência incorpora-se um terceiro, o componente informacional. A informação, nesse caso, não diz respeito apenas àquela que os objetos carregam e propagam, mas também a que os sujeitos precisam portar para que entendam os objetos cada vez mais carregados de informação.

Para Santos (2004), esse meio geográfico é a própria face da globalização, período no qual as correntes do sistema político-econômico mundial ganham uma dimensão global e representam interesses de atores que passam atuar nessa escala planetária. É justamente no dado global que o componente informacional da nova família de objetos ganha mais importância pela abrangência e rapidez com que são difundidos espacialmente.

⁷ Isso não significa eleger determinada técnica em detrimento de outra, mas reconhecer que há formas que se implantam de forma hegemônica nos espaços e carregam os interesses dos sujeitos que a produzem.

Não obstante, a manutenção do meio técnico, que pelos seus acúmulos históricos acrescentaram a ciência e, hoje, a informação, necessita de uma postura diferente, passando da exploração dos recursos para o binômio exploração-conservação, sem o qual o próprio meio não teria como se reproduzir. Nesse sentido, o meio técnico-científico-informacional é o próprio estágio em que chegou a relação sociedade-natureza, é o estágio avançado do processo de hibridação.

Dessa forma, não se trata da transformação dos ‘recursos naturais’ em objetos técnicos-científicos-informacionais apenas, mas da própria objetivação da natureza que, pelo mesmo lado, está relacionada ao processo de objetivação e subjetivação da realidade como práxis humana; pois a natureza só é transformada nos objetos técnicos que usamos no dia a dia porque fora antes e continuamente (simultaneamente), representada.

2.3. Dos pilares da racionalidade fundadora da cena atual: tecnosfera e psicosfera.

A inserção de um discurso de Estado mínimo e a multiplicação das normas privadas, não ocorrem de maneira independente da evolução das técnicas como um todo. As duas variáveis-chave do período: difusão instantânea das informações e das finanças sobre a temática em questão foi a criação de um mercado global, cujas trocas passaram a ser realizadas em função dos mesmos parâmetros normativos- daí a necessidade de certificações de alcance internacional, como veremos no capítulo terceiro.

Assim, não são apenas as empresas que fazem uso dessas informações globalizadas, suas ações recebem uma notoriedade inédita na história, e o controle, se não efetivo, pelo menos potencial- de suas ações pode ser realizado em qualquer lugar do planeta. Consumidores, ativistas de ONGs e até os Estados começam a repercutir as ações empresariais, nem sempre com vantagem para as empresas.

Uma das contribuições apresentadas por Santos (2004) se refere ao denominado “Tecnosfera” e a “Psicosfera”. A primeira, *mundo dos objetos*, pautada na tecnologia e na ciência, produz formas territorializantes que acabam por se tornarem próteses nos lugares ou no espaço. Já a segunda, *mundo das ações* viria estimular o imaginário. Nas palavras de Santos:

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercambio e, deste modo, freqüentemente traduz interesses distantes; desde, porem, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido também faz parte da produção desse ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas –tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem produto

de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis tem dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 2004, p.256)

O instalar de uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, de mesmo modo, a psicofera desse período toma as mesmas dimensões. O poder político das grandes empresas na atualidade influencia e condiciona a conformação da base material- a tecnosfera. Isso gera por fim uma problematização do mandar e do fazer: os recursos destinados para a criação de infra-estrutura e serviços são orientados segundo os novos imperativos empresariais, que agora incluem, além das vantagens tradicionais para a competitividade entre empresas, a lógica das ações sociais empreendidas por elas. Esse contexto é fortemente marcado pelo planejamento corporativo no lugar do planejamento governamental, e apresenta toda uma sorte das chaves normativas que influenciarão a complexa formação da psicofera desse período.

O período atual acaba por produzir outra característica que influencia a atuação social das empresas: a multiplicação das carências. Sabemos que essas não são novas, mas o fato da informação e alargamento dos contextos as trazem à tona. A pobreza em escala mundial e, simultaneamente, a alta lucratividade das organizações chama as mesmas a empreender esforços para atuar nesse quadro. Vemos, então, mesmo que sem grandes questionamentos as empresas tomar um lugar que fora do Estado. Por conta do poder político e econômico as ações das companhias condicionam a conformação das bases materiais (tecnosfera) em função de seus interesses.

Destacamos, então, que as ações de responsabilidade social organizacional propõem em si engendramento de valores como a transparência das ações, por meio do balanço social e projetos relacionados com as comunidades envolta da empresa, o meio ambiente, e temáticas que se relacionam a pauta midiática, dos quais sendo eles ressaltados em suas divulgações. Os questionamentos sobre essas ações, feitos por pesquisadores e membros da sociedade/movimentos, tendem a apresentar-se de forma polarizada e/ou acredita em uma ‘troca de lugar’ entre o dito e o feito. O que ressaltamos aqui é a possibilidade da coexistência de valores tratados como “não idênticos” em um mesmo discurso, posto que, um valor, um ato simbiotizado não necessariamente neutraliza o outro.

Com os processos de reforma do Estado a partir da década de 1980 e, em especial, na década de 1990, o poder estatal torna-se menos atuante em setores básicos da sociedade. Nessa nova arena política, as empresas passam a assumir o papel de mitigadores pela chamada responsabilidade social (DEMAJOROVICK, 2003). O que configura toda uma psicofera promovida pelas empresas, juntamente com as certificações, voltada para a promoção desse papel de responsável social, que

estabelece tipos de relações que permeiam a dinâmica das ações empresariais para com os recebedores dessas ações.

E ao verificar um curso de ação mais ativo por parte das empresas (seja pela pressão da opinião pública- atuação dos diversos segmentos da sociedade civil- seja pela apropriação de um discurso ambiental) as iniciativas das empresas no âmbito do que se convencionou como responsabilidades socioambientais procuram internalizar em suas políticas uma dada apropriação de noções com propostas socioambientais, para descrever e/ou inserir significado à suas ações.

2.3.1. Cena socioambiental e a apropriação pelas ações empresariais.

O debate da cena ambiental está marcado por uma grande diversidade de perspectivas epistemológicas e teóricas de abordagem, tal como aparece, em meio a uma questão construída progressivamente, com maior ênfase, ao longo dos últimos 30 anos. Podemos observar toda uma trajetória de conceitos de uma para outra disciplina científica até aparecer no final do século XX como uma noção relativamente corrente no debate público. Nesse âmbito, as empresas utilizam termos- desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ou ecoresponsáveis⁸- em suas ações que colocam em pauta os princípios éticos, políticos, utilitários e outros, em orientar a reprodução da base material da sociedade.

A separação semântica dos termos crescimento econômico e desenvolvimento marcou seu início formal, em 1990, com a publicação do primeiro “Relatório de Desenvolvimento Humano”. Segundo Veiga (2008), até o início dos anos 1960 não se teve a necessidade da distinção dos conceitos, uma vez, que as poucas nações desenvolvidas é que haviam se tornado ricas com a industrialização. No entanto, a década de 1950 com sua intensa industrialização mostrou como que esse crescimento econômico não se traduziu em maior acesso à saúde e à educação para a população pobre. O crescimento da economia passara, então, a ser entendido como elemento de um processo muito maior, já que seus resultados não se traduziam em benefícios de grande escala. Percebera-se que as políticas de desenvolvimento não deveriam ser estruturadas por valores condizentes apenas à base econômica. Ao parco entendimento dos que tem desenvolvimento como

⁸ Sabemos das diferentes concepções desses vários conceitos que se mostram mais especificamente dentro da política acadêmica, mas que geralmente não alcançam o grande público, seja por um condicionamento das mídias, das empresas, dos movimentos ou mesmo de não representar questão para quem não os estudam/analisa (e essa característica não contempla uma preocupação com o meio ambiente) e que, portanto, vemos sendo tratados como sinônimos ou mesmo sem uma preocupação de construção conceitual. Para este trabalho também não se faz fundamental uma extensa discussão sobre os entendimentos desses conceitos, posto que o que pretendemos é observar a psicofera da cena empresarial, bem como, para a contextualização da temática das certificações.

crescimento ou ilusão, o desenvolvimento não é resultado da expansão dos mercados, sendo esses, um dos seus elementos (VEIGA, 2008).

A adoção do termo sustentabilidade ao desenvolvimento, muito apreciada na atualidade, acarreta em si um intenso processo de legitimação e normatização. Sua apresentação, pelo Relatório Brundtland de 1972, gerou um conceito que foi ganhando sofisticação com o passar do tempo, ao alcance de um processo que talvez seja hoje o maior desafio contemporâneo. Mas o termo que passou a exprimir a necessidade de um uso responsável dos recursos faz com que se atente ao fato de que a reflexão da sustentabilidade ambiental advém de uma sustentabilidade social. O conceito desenvolvimento sustentável aponta dois elementos centrais: solidariedade diacrônica - garantia de um mundo para as próximas gerações e a posição da solidariedade sincrônica - um desenvolvimento com equidade para as gerações presentes, com o respeito à inviolabilidade da natureza, tornam esse um conceito ético-político (SACKS, 2002).

Ribeiro (2001) considera que o desenvolvimento sustentável poderia ser uma possibilidade viável para pensar a relação sociedade-natureza, desde que servisse para a construção de novas formas de relações entre seres humanos e natureza.

Tendo como princípio conciliar crescimento e conservação ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável, por sua vaguidade, passou a servir a interesses diversos. De nova ética do comportamento humano, passando pela proposição de uma revolução ambiental até ser considerado um mecanismo de ajuste da sociedade capitalista (capitalismo soft), o desenvolvimento sustentável tornou-se um discurso poderoso, promovido por organizações internacionais, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil internacional e na ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001, p.6-7).

Em última instância, o desenvolvimento depende da cultura, na medida em que ele implica na invenção de um projeto, que não se limita, em valorizar os aspectos sociais e a base econômica. Sen (2004) chega a questionar se as prioridades ambientais não deveriam também ser tratadas como sustentação das liberdades humanas, uma vez, que tratar como suficiente o direito das próximas gerações à um meio ambiente preservado, sem levantar a questão dos valores expressa a redução do entendimento de sustentabilidade.

Sachs (2002) afirma que o desenvolvimento sustentável é incompatível com o jogo sem restrições das forças dos *mercados míopes* que não são capazes de transcender os curtos prazos. E apresenta a reformulação do planejamento como ferramenta indispensável para as estratégias de desenvolvimento sustentável. Um planejamento flexível negociado e contratual, viabilizando as questões sociais e ambientais, que devem ser tratadas como inseparáveis o que de fato são.

Faz-se importante, então, pensar em que medida a noção de sustentabilidade pode enraizar-se na complexidade do tecido social, ou seja, em que medida pode fazer parte dos projetos de atores sociais, como as empresas. A caracterização do contexto sociopolítico em que emerge o discurso da sustentabilidade e, em particular, dos sentidos que adquire esse discurso no tempo, são qualificações que importam às determinações de ordenamento ambiental. A inserção desses sentidos na psicosfera empresarial se dá através dos programas de políticas ambientais, esse planejamento contempla os objetivos das empresas frente às mais variadas temáticas em que a empresa atua, para esse estudo focamos a cena socioambiental retratada nas ações de certificações e/ou responsabilidade socioambiental.

2.3.2. Programa organizacional: estratégias, ações e discursos.

Nos últimos anos tem surgido um pluralismo teórico crescente no campo da teoria das organizações em função, principalmente, das dificuldades apresentadas com a emergência de novas formas organizacionais e a turbulência da inserção das questões ambientais, mas que invariavelmente retomam antigas formulações principalmente àquelas tratadas sob o prisma sistêmico.

Mas até meados dos anos 80 do século XX, predominou uma resistência à iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades e os desafios de superar a visão fragmentada. Ao mesmo tempo, a mobilização da questão ambiental se multiplicava com a exposição na mídia de grandes desastres ambientais provocadas por organizações. O que culminou em colocar o setor industrial como alvo de debates e protestos.

O discurso empresarial iniciado na década de 90, baseado na prevenção da poluição, prega uma relação de cooperação com os órgãos governamentais e ONG, que estimulam uma postura proativa por meio de ações voluntárias das empresas para a melhoria dos programas ambientais, que incluíam diminuição de riscos para seus trabalhadores e comunidades. Mazurek citado por Demajorovic (2003 p. 94) afirma que uma ação de impacto realizada para a melhoria da imagem perante a opinião pública diminui a pressão por regulamentações mais rigorosas, o que reflete em menos custos para as operações dos programas ambientais.

Uma organização, pensada simplistamente, divide-se em dois grandes patamares: um o engendramento pelas estratégias e estruturas discursivas e outro, pelas estratégias de ação (planejamento estratégico/marketing, setores de trabalho/produção- muitas organizações usam nomeações diferentes). Esses dois patamares coexistem a todo tempo em qualquer que seja a

companhia, são criados e criadores da cultura organizacional e devem ser assim tidos para contribuírem ao alcance os seus objetivos. E são esses por esses dois eixos que se realizarão estratégias, que por sua vez fornecerão explicações mais amplas sob sucessos de cada programa organizacional. Do lado discursivo, o sentido é engendrado pela relação no interior da enunciação⁹, e do lado dos sujeitos sociais, ele é criado a partir da relação existente no interior do campo social, e ambos podem ser analisados a partir dos produtos comunicacionais.

Enquanto uma pluralidade de indivíduos, a empresa é essencialmente uma entidade relacional que busca os outros: as demais organizações, indivíduos, meios de comunicação - o mundo à sua volta. Tem seu modelo cultural resultante de um modo conjugado de ordenação e desenvolvimento de suas atividades, sendo um resultado de escolhas e de modos de fazer essencialmente humanos que buscam a manutenção da própria existência. Então, pode-se dizer que uma organização, assim como a sociedade, “é resultante de um modo de concebê-la e de organizá-la” (PERUZZOLO, 2006 p.135). Um programa empresarial, tanto reflete a cultura quanto a constrói, porque a concepção de cultura diz respeito ao modo relacional estabelecido entre o homem e o mundo que o circunda, refletido diretamente no discurso construído por esse.

As estratégias de um programa organizacional correspondem, em uma primeira dimensão, a um princípio de organização, compreendendo a ação ampla (decisões quanto à construção, circulação de valores) que explora as condições favoráveis para alcançar os objetivos pretendidos. Isso implica a criação de uma situação que leve em conta o conhecimento do ambiente, a partilha de hábitos, a escolha de temas, a observação dos públicos, em uma espécie de movimento que pressupõe a articulação das vias e dos meios do sistema comunicante.

O programa empresarial, termo cunhado por Simões (2001) é o planejamento estratégico de dada empresa e deve ter por objetivo a intervenção para a correção e manutenção nas relações entre empresa e público.

O programa refere-se a ação consciente e intencionada de intervenção, pelo ser humano no processo, tanto para mantê-lo em determinada direção quanto para corrigir seu rumo. Ao programa cabe diagnosticar e prognosticar o processo, orientar os líderes organizacionais para nele interferirem e, a seguir, elaborar e executar o discurso organizacional, explicando ou justificando a ação organizacional, a fim de evitar ou resolver mal-entendidos entre organização e seus agentes de influência (SIMÕES, 2001, p. 35).

⁹ A enunciação é uma ação de mediação que opera num discurso, operada por sujeitos com papéis específicos- o enunciador e o enunciatário- que são respectivamente o destinador e o destinatário implícitos, e que pertencem ao sistema do texto inscrito nos discursos pela ação de enunciação. Uma frase/texto é tornada enunciada pela consideração de seu contexto de produção. Algo a ser bem destacado é que a enunciação está diretamente ligada a um acontecimento único definido no tempo e no espaço, é sempre histórico. Maingueneau (1997, p.41): “a enunciação constitui o pivot da relação entre língua e o mundo, ela permite representar a factos no enunciado, constituindo ela própria um facto, um acontecimento único definido no espaço e no tempo”.

Constituindo esse programa é que se encontram as estratégias e objetivos que dada empresa tem para suas relações, sejam essas com governo, meio de comunicação midiáticos, consumidores, bem como, processos de produção e meio ambiente. A política ambiental de dada empresa é apresentada por planos de metas da gestão ambiental e pelos processos de planejamento da companhia. A abrangência da política ambiental em relação ao planejamento ou gestão da companhia é descrita por meio objetivos, metas, programas de gestão, procedimentos específicos e seus resultados.

Entende-se por função organizacional política a contribuição do conjuntos de programas de ação (políticas, normas, procedimentos, atividades, serviços e produtos) para a integração dos interesses comuns e específicos da organização com seus públicos, para a consecução da missão¹⁰ da empresa (SIMÕES, 2001, p.35).

A mensuração do desempenho destaca que para se conseguir uma gestão eficaz, é imprescindível incorporar um sistema de medidas que assegure o alinhamento das atividades com o objetivo maior da organização, sua missão. A qualidade da sua tomada de decisão em relação a cada atividade e a sua execução também será influenciada pela existência de um sistema apropriado de mensuração, como os de indicadores, por exemplo.

No entanto, há de se destacar, que a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental não garante o seu gerenciamento ou qualifica a empresa por si só. Esse SGA pode viabilizar medidas que ajudam a empresa a estabelecer o grau de evolução ou estagnação de seus processos, fornecendo informações para que possam ser tomadas ações preventivas e/ou corretivas. Por sua vez, essas informações serão úteis também para a tomada de decisão dos gestores e um melhor alinhamento dos objetivos e metas ambientais às estratégias da organização.

Têm-se, então, das políticas ambientais das empresas a abrangência das unidades da companhia em contemplar, no mínimo e de forma clara e objetiva, os compromissos com o atendimento aos requisitos legais aplicáveis as suas atividades, produtos e serviços; a prevenção da poluição e impactos ambientais, potenciais e efetivos, decorrentes de suas instalações e operações. Claro, nesse momento se faz pertinente a questão de que, dentro de tamanha competitividade entre as empresas e seus produtos no alcance de seus públicos, é suficiente que ela contemple os requisitos legais, ate mesmo por se autodenominarem como socioambientalmente responsáveis? Na

¹⁰ A missão empresarial apresenta seu objetivo principal, caracterizando sua responsabilidade para consigo e com a sociedade.

efervescência desse jogo de interesses vários tipos de estratégias são aplicadas pelas empresas, entre elas, podem estar intrínsecas ao programa e nomeadas como de Responsabilidade Social.

2.3.3. Responsabilidade socioambiental, dispositivos contrapontuais e solidários da psicosfera.

Adentemos a uma das bases que fundamentam a construção da psicosfera no período atual, analisando aspectos através dos quais o novo papel social das empresas se impõe em esfera global. Essa psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões das empresas, que evoca valores, símbolos, preceitos e relações que preenchem de significado torna o seu agir indissociável com a tecnosfera.

Ainda que seja uma prática antiga, com mudanças de conteúdo ao longo da história, recentemente a responsabilidade social das empresas toma maiores proporções e ganha destaque em diversas disciplinas, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1990. Essas ações nomeadas como de responsabilidade social/socioambiental (em um novo enfoque). Ao buscar as chaves que permitem entender as possibilidades para o futuro da questão da responsabilidade social ou, mais relevante, como esse tema se relaciona com os demais que apontam para novas sociabilidades, nos debruçamos em pontos que se pretendem inovadores nas práticas empresariais. Os modelos de performance social corporativa apresentam uma visão das relações de troca da corporação com a sociedade, incluindo valores econômicos, sociais, filosóficos que passam pela legitimação das empresas e permeiam os seus processos decisórios.

Em seus trabalhos de Carroll (1979, 1991, 1994), Frederick (1994) fazem uma abordagem crítica ao conceito de responsabilidade social corporativa, concluindo que o conceito e discurso da responsabilidade social corporativa carecem de coerência teórica, validade empírica e viabilidade normativa, mas que oferecem implicações para o conhecimento dos agentes sociais. Chadwick (1997) afirma que toda a empresa está submetida à influência da sociedade que a rodeia, num cenário historicamente novo as empresas realizam seus negócios em sociedades compostas por públicos, cuja participação é crescente, disposto e com pleno direito a requerer informação que possa afetar suas vidas. “O certo é que as empresas estão expostas hoje, acerca de como elas desenvolvem sua gestão, seus planos e suas perspectivas de futuro” Chadwick (1997, p.10). Para esse trabalho não utilizaremos distinções para termos como responsabilidade social, filantropia, empresa-cidadã, entre outras, visto que à priori o conteúdo já representa uma interpretação.

Para compreender a dinâmica da responsabilidade social empresarial no Brasil, não basta tomarmos esta variável isoladamente, como fenômeno cuja explicação possa ser dada de maneira autônoma. Para explicar essa estratégia, é preciso entender os contextos que a envolvem, seja considerando as demais variáveis atuantes em um determinado momento, bem como, pela compreensão histórica dos contextos que levaram à evolução dessas ações. A periodização, mais do que uma ferramenta adicional, desse modo, é um pressuposto de método (SANTOS, 1985). Não se trata de um momento cronológico, mas da sequência de eventos que modificam a totalidade passada, inserindo novos elementos, que serão sucedidos por outros no futuro. Trata-se, pois, de um conjunto de possibilidades sempre maior do que aquelas que de fato se historicizam e se geografizam. Damos destaque à questão da psicofera, visto que a temática relaciona-se aos esforços de produção, como afirma Torres Ribeiro (1991, p.48), da “busca social da técnica e adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais”. Como as características dos períodos se alteram ao longo do tempo, os parâmetros das relações também modificam, tanto efetiva como potencialmente. Essa psicofera apoia, acompanha e até mesmo antecede a implantação dos objetos e técnicas de cada período. Como as características de cada período se alteram ao longo do tempo, os parâmetros dessa relação também se modificam, tanto efetiva como potencialmente.

Um dos aspectos que ganha importância na questão que nos ocupa é o fato das empresas passarem a instituir órgãos internos a sua estrutura administrativa especializados no tratamento das questões que envolvem a relação da empresa com a sociedade. O que outrora se dava de maneira espalhada pelos departamentos da empresa ou agrupamentos dos próprios funcionários para arrecadação de alimentos ou roupas começa a exigir um planejamento que determine a melhor maneira de repassar os recursos tanto humanos como financeiros, nesse ponto faz-se a inserção de critérios científicos para pensar essas ações.

Isso significa que, desde a criação de uma comissão responsável pela ação junto a comunidade até a instituição de uma fundação juridicamente independente da empresa, a racionalidade científica e instrumental passa a determinar que tipo de ajuda seria válida e viável para ser realizada. Dessa maneira atender a essas novas normas influenciarão inclusive a maneira das entidades que desejem receber tais recursos. Vê-se, então, uma profissionalização da responsabilidade social empresarial, com a ruptura entre as chamadas práticas ‘assistencialistas’ e esse novo padrão característico das empresas abertas a tendências globalizantes.

Consideramos duas linhas básicas de classificação das ações de responsabilidade empresarial: linha ética e linha instrumental. Os argumentos éticos derivam dos princípios religiosos e das normas sociais prevalentes, considerando que as empresas e pessoas que nelas

trabalham deveriam ser conduzidas a se comportar de maneira socialmente responsável, por ser a ação moralmente correta. Esses argumentos, tão notórios na cultura brasileira, expressam-se hoje nas divulgações dos valores de transparência e apoio às carências. Os argumentos na linha instrumental consideram que há uma relação entre o comportamento socialmente responsável e a performance econômica da empresa. Dentre premissas a respeito das justificativas por uma ação da empresa socialmente responsável: uma consciência maior sobre as questões culturais, ambientais e de gênero; uma antecipação as regulações restritivas à ação empresarial pelo governo; e uma diferenciação tanto em imagem organizacional e de seus produtos diante de seus competidores que não apresentem essas mesmas ações.

A padronização dos parâmetros que envolvem a prática da ação social das empresas é uma forte tendência. Eventos fundamentais para o estabelecimento do que hoje se considera responsabilidade social empresarial inicia-se, no Brasil, em São Paulo, dos quais destacamos o Prêmio ECO em 1982, promovido pela Câmara Americana do Comércio de São Paulo, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) de 1990, Grupo de Institutos e Fundações empresariais (GIFE) em 1995, Fundação Instituto de Desenvolvimento empresarial e Social (FIDES) em 1986 e a criação do Instituto Ethos, em 1998 (PAULA e ROHDEN, 1998).

A transferência da responsabilidade do Estado para o setor empresarial em uma primeira análise implica numa alteração substancial na própria concepção de política, uma vez, que as empresas escolhem desde os beneficiários: como atores, locais, processos. E com isso, os que são assistidos pelas ações acabam por não pressionar por seus direitos/nessecidades. Isso não significa que as ações em si sejam negativas, mas a falta de planejamento mais amplo em termos de mitigação dos problemas em análise do Estado. Os lugares atendidos correspondem a critérios próprios das empresas, principalmente por escolha da repercussão desejada.

Há na prática da responsabilidade social uma preocupação com a lucratividade, mesmo quando objetiva as amenizações dos problemas sociais. Não há contradição, nesse ponto de vista, em melhorar as condições de vida para certa população na expectativa de vender diretamente a ela seus produtos ou marca. Mas mesmo assim, poderíamos questionar em até que ponto a responsabilidade social não é simplesmente um meio de abafar forças sociais opostas?

No momento atual, sem ter como horizonte um sistema opositor, esperava-se uma diminuição da prática de ações sociais pela empresas. Mesmo a globalização tendo no poderio das grandes empresas sua sustentação, as empresas voltam a ter que justificar sua existência e o poder que possuem. E as ações de responsabilidade social transformaram-se na forma de validar essa existência, em termos de uma nova racionalidade.

Essa busca, por si só, já é um indício de que há mudanças a serem enfrentadas no plano da psicosfera, que podem gerar alterações nas condições de existência não apenas das empresas ou para um grupo de atores, mas para um conjunto espacial.

Tem-se que enfatizar que as empresas não existem como um ente independente daqueles que formulam suas políticas e do lugar de onde essas se originam. As próprias ações sociais proporcionam situações nas quais aqueles que participam são convidados a pensar sobre sua ação, e em maneiras de construir novas sociabilidades. Tratar-se-ia de uma psicosfera cujos alicerces deixariam de serem dados por um discurso parcial e passariam a serem construídos conjuntamente, no espaço banal.

Esta dinâmica contraditória e solidária das vozes tem sua matriz nas interações entre atores sociais que produzem o espaço a partir de racionalidades a ações semelhantes e diferentes, solidárias e contrastantes. As intencionalidades que presidem no movimento socioespacial são, em cada caso, a condição e o resultado de formas de pensar, falar e agir, no contexto do mundo de todo dia.

Um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições-cooperação e conflito são a base da vida em comum. O que cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se materializa, com o confronto entre organização e espontaneidade.(SANTOS, 2004, p.258)

A convergência com as considerações sobre o espaço banal se dá neste ponto: apenas na coexistência nos lugares de atores com opiniões diversas é possível fundar outros parâmetros para ações. A inter-relação das partes de um todo ou uma dada organização, incluindo o arranjo dos objetos e dos falantes e ouvintes, com suas funções mantidas pelos processos de entendimento ou de orientação ao êxito que os originam. Pois o espaço é resultante das ações, como também, das condições de suas reproduções.

Essas latências podem ser vislumbradas como redes de relações na reapropriação dos lugares dos sujeitos, na tentativa de devir, de suas potencialidades de sujeito. Essas latências presentes nos lugares seriam o material dos valores de sociabilidades, entretanto, a base para os valores que compõem a postura, depende da latência compartilhada, em que a ação dos atores apareça como a condição e o resultado de suas associações.

Das vozes marginais, dissonantes a ressonantes:

Esfera pública, uma contextualização contemporânea político-comunicativa.

Neste capítulo buscamos entender a relação entre a constituição da esfera pública, opinião pública e a pauta-pressões-mediações de posicionamento no setor empresarial (não só nesse setor, mas sendo esse o foco do trabalho optamos por nomeá-lo) frente a temática socioambiental. Com a questão ambiental tornando-se mais presente no dia a dia das sociedades, mesmo que abordada na maioria das vezes como problemática, vê-se a possibilidade de observar a relação das novas sociabilidades constituídas entre os campos científicos/acadêmicos- grupos sociais- midiáticos-públicos/privados. Destacando assim, o interesse de encontrar o lugar dos sujeitos atuantes, em reintroduzir o homem como sujeito das ações na cena política- discursiva, com a opinião pública e a esfera pública contemporâneas, contextualizadas não mais por interações sociais de espacialidades comuns, mas também por ligações sócio-técnicas. Para tanto baseamos a abordagem em pesquisas como Arent (1998, 2009), Habermas (1980,1984,1988), Thompsom (1995, 2000), Wilson Gomes (1997).

A legitimação de um discurso¹¹ no contexto social se estabelece por um esforço de assentimentos/agenciamentos entre sujeitos comunicantes. O discurso exprime uma prática coletiva, quando concebemos que a fala pode ser individual, mas o discurso sempre é coletivo, de um dado grupo constituído por interesses/valores comuns na expressão de modos de vida. Habermas (1984, 1988) desde seus primeiros trabalhos apresenta a existência do interesse na definição de uma proposta teórica que complete uma análise reconstrutiva baseada na crença da evolução da sociedade através da auto-reflexão e do interesse emancipatório. Ele acredita no potencial emancipatório, ao adotar o paradigma da ação comunicativa, e nesse contexto pressupõe uma teoria social - a do mundo da vida.

A visibilidade de temas, como o ambiental por exemplo, redesenha traços, faz-se perceber à mídia (conjunção de um suporte, um sistema de práticas de utilização) que vincula as estratégias comunicacionais e discursivas circulantes na esfera pública às lógicas políticas, econômicas e culturais. Na qual a grande mídia, é o campo de realização e interpenetração das práticas sociopolíticas, e configuração-mediação-reconfiguração entre representantes e representados. Mas

¹¹ Para Habermas, discurso refere-se a uma das formas da comunicação que tem por objetivo fundamentar as pretensões de validade das opiniões em que se baseia implicitamente a outra forma de comunicação, que chama de “agir comunicativo”. O discurso, nesse sentido, possui um aspecto intersubjetivo, que serve para classificá-lo como uma espécie do gênero “comunicação”, e um lógico argumentativo, que serve para determiná-lo como caso específico da fundamentação de pretensões de validade problematizadas (ALMEIDA, 1989).

há também uma tematização não originária dos espaços formais de deliberação que repercutem e integram a política como um todo interrelacionado com o campo que as tornam visíveis e ressonantes esses discursos mais ligados à micropolítica, com uma estrutura decisória descentralizada, dão voz às suas ações que ecoar nas vias institucionais. Tais discursos fazem incursões pela esfera pública, movimentando a opinião pública e pressionando diversos setores tais como governo, organizações e civis.

A teoria do agir comunicativo e a esfera pública como locus de sua realização podem ser inseridos na abertura dos espaços de argumentação, no sentido em que entendemos dois momentos do agir comunicativo descrito por Habermas (1989): o primeiro voltado para a aliança com o outro; o segundo, orientado para o exercício da influência sobre o outro. A partir disso, faz-se importante identificar os desdobramentos dessa teoria dos significados de uso e da força ilocucionária dos atos da fala na proposta de fundamentar a universalidade do discurso. Bem como, a questão de quem são e como se organizam, em esferas públicas autônomas- associações da sociedade civil, no Estado e/ou nos mídia, grupos sociais ou segmentos políticos- que podem ser sujeitos de uma opinião pública ativa e de uma esfera pública autêntica, e a possível influência dos mesmos nas mudanças de um setor, como o empresarial, quando esses por meios diversos conseguem pautar temas. Ou seja, se o debate público e da constituição de uma opinião pública ativa estão diretamente ligados ao poder participativo e deliberativo, pretendendo normatizar e legitimar a reconstituição de uma outra esfera pública para salvaguardar a construção de uma autêntica democracia¹².

3.1. A gênese da esfera pública, a esfera pública burguesa.

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, lançado em 1962, Habermas (1984), no século XVII começa a surgir a esfera pública a partir do fluxo de informações remanescente do intercâmbio de mercadorias da fase pré-capitalista, que inicia a desprender a comunicação de representatividade pública para uma nova esfera definida publicitariamente. Logo, o Estado moderno passa a reduzir a mediação das autoridades através dos senhores feudais e surge a

¹² Quando Habermas faz a vinculação do discurso ao estabelecimento da democracia deliberativa propõe a superação do aporte da soberania popular calcada nos pressupostos da filosofia da consciência e advoga a formação de um novo enfoque através da intersubjetividade constituída a partir do discurso. É através da análise da democracia deliberativa que Habermas vai progressivamente introduzindo os pressupostos discursivos de uma formação política que prime pela participação dos indivíduos nas discussões públicas por meio da reestruturação da sociedade civil. Tratar dos modelos normativos de democracia, da supremacia da democracia deliberativa onde o procedimento poderia ser desdobrado em formas discursivas e regras argumentativas na compreensão de um modelo democrático síntese que representaria a auto-organização política da sociedade. Não trataremos, nesse trabalho dos conceitos de democracia, mas sendo essa contextualização de tal importância na obra de Habermas, como também, de enfoque reflexivo, não poderíamos deixar de citar.

mediação através da imprensa, na qual é separado público e privado. Observa-se, o conceito de esfera pública em Habermas (1984):

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. (...) A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portanto o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua esfera íntima, esta aí inserida. A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade (HABERMAS, 1984, p.42, 46).

O conceito de esfera pública de Habermas (1984), como um âmbito social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresenta-se discursiva e argumentativamente de forma aberta e racional. Trata-se de uma esfera de mediação entre o Estado e a sociedade civil, entre poder público e esfera privada, civil emancipada do Estado e publicamente relevante. Apresenta como características importantes: o caráter dialógico e a interação baseada na co-presença.

O crescimento do comércio, os surgimentos das companhias e das sociedades por ações vão exigindo maiores garantias institucionais. Paralelamente, temos o desenvolvimento do Estado-nação, que nacionaliza economias antes mais localizadas, centralização política, com administração e exército permanentes. Assim, há um fortalecimento do Estado e da burguesia, porém o Estado sendo dirigido pela nobreza e a burguesia sendo privada do poder. Estão aí os elementos fundamentais da contradição que levava ao surgimento da esfera pública burguesa: a força emergente e paulatinamente hegemônica na economia está desprovida de poder político. Mas que vai se tornando mais educada (letrada) e se constituindo como sujeitos economicamente poderosos que consome informações (imprensa), discutem suas preocupações intelectuais e materiais em variados fóruns informais (como cafés e salões de festas) ou formais (como clubes de leitura) e busca influir nos rumos políticos.

Portanto, em Habermas (1984 p.72) a “esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público”, para defender a sua liberdade econômica e atacar o próprio princípio de dominação vigente: não baseado numa superioridade determinada por uma origem hereditariamente nobre, mas no argumento racionalmente submetido à opinião pública. A esfera pública burguesa surge em “espaços

tornados públicos” num campo tensional entre Estado e sociedade civil, ou seja, como uma ponte entre a sociedade decadente representada pela corte e a novos grupos emergentes (HABERMAS, 1984).

Mesmo com suas particularidades, segundo Habermas (1984), a esfera pública burguesa mantém uma série de características básicas semelhantes: a reunião permanente de pessoas privadas em grupo, buscando formar racionalmente uma opinião pública baseada no melhor argumento. Quando a autoridade do melhor argumento se sobrepõe à hierarquia social e se contrapõe a esta, coloca-se, neste sentido, o burguês com direitos não inferiores ao aristocrata.

Mas, a esfera pública burguesa nasce como esfera de proprietários privados. Dela ficavam fora as mulheres e os empregados, pois eram vistos como pessoas sem autonomia para decidir em razão do melhor argumento. Mesmo assim, essa ‘ficção de uma esfera pública’ ganha legitimidade naquele contexto de luta da sociedade civil contra o mercantilismo e o absolutismo, pois convergiam os interesses dos proprietários privados com o das liberdades individuais. Assim, a propriedade privada era vista como a base da liberdade e mesmo da igualdade, permitindo com que a burguesia identificasse a sua emancipação política com a emancipação política geral e/ou mesmo com a emancipação humana.

Thompson (1995) entende que o conceito original de Habermas tende a negligenciar a importância de outras formas de discurso e atividades públicas que existiam nos séculos XVII, XVIII e XIX na Europa que não faziam parte da sociabilidade burguesa e que, em alguns casos, foram excluídas ou a ela se opuseram, a exemplo dos movimentos sociais e políticos plebeus surgidos na origem da era moderna. Sua crítica considera restrita a noção de esfera pública burguesa de Habermas já que esta se limita ao universo masculino e aos indivíduos que tiveram acesso à educação e meios financeiros para dela participar.

Em síntese, a esfera pública é tida como a zona alternativa da maior liberdade de expressão e crítica ao governo monárquico, especialmente por parte da elite intelectual e da burguesia que freqüentava as casas de chá e os cafés londrinos e cuja origem se localizava no século XVII. Nesse contexto a comunicação e a informação veiculadas em folhetos, volantes, jornais, outras publicações que circulavam nos meios intelectuais e burgueses, cumpriam relevante papel na promoção do debate de questões de interesse que aos poucos foram se alargando na esfera pública.

Atualmente não encontramos uma esfera pública como aquela descrita inicialmente por Habermas (1984). Ou seja: a reunião de um público, formado por pessoas privadas, que constroem uma opinião pública, com base na racionalidade, e fora da influência do poder político e econômico. De modo geral, é correta a crítica que se faz a um processo de superficialização da política e do

debate político, à inconsistência do que tem sido chamado de opinião pública, aos métodos quantitativos e caracterização de apreensão dessa opinião, à burocratização e mercadorização crescente do espaço público, e ao papel que mídia e marketing exercem neste sentido.

O modelo habermasiano de esfera pública passou por revisões, pelo seu próprio criador depois de sua concepção, quando incorporou novos processos de organização e participação pública dos sujeitos, como em *O Espaço Público 30 anos depois*, de 1999. Neste sentido, Habermas, revê suas reflexões iniciais ao reconhecer as deficiências de seu primeiro enfoque, especialmente por ter deixado de fora os movimentos populares daqueles tempos e que não podiam ser simples variantes do modelo liberal de esfera pública. Em sua atualização, a partir dos anos 90, incorporou novas análises dos processos de organização e participação pública, aceitando a existência de uma pluralidade de esferas públicas.

O poder midiático influenciou fortemente a revisão dos conceitos devido à multiplicação de espaços de interação e argumentação pública. Ela [a esfera pública], novamente, transformou-se com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de massa, com a importância recente da publicidade, a crescente produção- difusão-consumo de informação, o declínio da vida associativa liberal dos espaços públicos locais. [...]. O espaço público, que é, ao mesmo tempo, pré-estruturado e dominado pelas mídia de massa, tornou-se uma arena pautada pelo poder, no seio da qual se luta por temas, por contribuições, não somente para a influência, como também para um controle dos fluxos de comunicação eficazes (HABERMAS, 1999).

Apesar do tom de degradação da esfera pública burguesa, Habermas (1999) ainda vê a possibilidade de construção de uma esfera pública autêntica, pois não existe somente a “*publicidade demonstrativa e manipulativa*”, mas também uma “*publicidade crítica*” que disputa com esta. Ele reconhece que as mídias não criam um espaço de comunicação como teria sido aquela esfera pública burguesa. Entretanto, isso não é suficiente para se falar em desintegração da esfera pública, se a consideramos como uma esfera de formação da opinião e de crítica do público.

As esferas públicas, portanto, desligam-se de sua presença física de relações de comunicação primária¹³ e passam a ser integradas por leitores, ouvintes e/ou (tele)espectadores situados em lugares distintos, mas ligados por uma rede de fluxos e processos comunicacionais capazes de condensarem opiniões e interrelacionarem interesses.

¹³ Temos por comunicação primária aquela que se faz com os sujeitos em um mesmo lugar, popularmente dita como de boca-a-boca e face-a-face.

3.2. A esperança de Habermas na auto-geração de uma autêntica esfera pública: ação comunicativa e a formação da opinião pública crítica.

Habermas (1980, 1988, 1999) continua buscando uma “esfera pública autêntica” e vendo, como uma das condições de sua existência, a sua “auto-geração”, instituição e concorrência com a publicização não crítica. Nesta atitude intelectual de crítica e busca, ele afirma que “o projeto da modernidade ainda não se cumpriu”, pois modernidade não é uma simples modernização econômica e administrativa, pois depende de padrões do que chama de racionalidade comunicativa¹⁴. (HABERMAS, 1980)

Mesmo sob várias críticas à sua obra, Habermas crê na possibilidade de se pensar a ação comunicativa como base para um projeto emancipatório efetivo. E visando demonstrar, assim, que sua teoria não era “cega para a realidade das instituições”, Habermas (1997, p.11), procura resgatar o potencial emancipatório da idéia de *poder comunicativo* para pensar a intersubjetividade como *medium* através do qual seria possível tanto uma estabilização das expectativas de comportamento social quanto uma legitimação democrática da circulação do poder nas sociedades complexas.

Trata-se, então, de construir um novo “poder”: “Eis o que queremos enfatizar: o poder de integração social da solidariedade deveria ser capaz de resistir às forças dos outros dois recursos, dinheiro e poder administrativo” Habermas (1987, p.34). Ele apresenta como caminho a constituição de “esferas públicas autônomas”, que não lutariam “diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições”. Essas “esferas públicas autônomas” também se põem em comunicação uma com as outras “tão logo o potencial é aproveitado para a auto-organização e para o emprego auto-organizado dos meios de comunicação”. (HABERMAS, 1987, p. 47)

Em contexto atual, existem diversos entendimentos de esferas públicas. Alguns se dedicam mais a descrever aquilo que vêem como esfera pública realmente existente; há quem procurar normatizá-la; outros entendê-la como utopia desejável; e outros ainda buscam viabilizar a sua operacionalização. Como o entendimento de esfera pública sintetizado por Wilson Gomes (1997).

¹⁴ A racionalidade comunicativa proporciona ao homem uma oportunidade de repensar sua ação na sociedade mundial. O projeto de emancipação humana via razão instrumental implica numa reificação do próprio ser humano, buscando um reconhecimento intersubjetivo de exigências de validade. “Essa racionalidade comunicativa exprime-se na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo.” (HABERMAS, 2004, p.107) Com o ato de fala, o falante busca se entender a respeito de algo com um ouvinte. Nesse sentido, a racionalidade comunicativa deve levar em consideração as condições que tornam válido um ato de fala, a pretensão de validade levantada pelo falante e a garantia de seu cumprimento. A racionalidade tem menos a ver com o conhecimento ou com a sua aquisição do que com a forma como os sujeitos fazem uso dele.

A esfera pública é um âmbito da vida social protegido de influências não-comunicativas e não-rationais, tais como o poder, o dinheiro e as hierarquias sociais. A pública argumentação que nela se realiza constrange por princípio os parceiros do debate a aceitar como única autoridade aquela que emerge do melhor argumento. A esfera pública como que impõe uma paridade inicial entre os sujeitos de pretensões até que a sua própria posição se torne discurso; depois disso, há de se submeter apenas às regras internas ao processo de conversação ou debate público. (GOMES, 1997, p.35)

A comunicação informal, que se desdobra livremente entre indivíduos e comunidades, fora das arenas políticas formais, deve ser vista como recurso importante para uma interpretação produtiva de preocupações políticas e formulações de demandas a serem enviadas aos corpos administrativos e deliberativos do sistema político. Com isso vemos uma mudança de entendimento do ideal de uma esfera pública única e singular, para uma multiplicidade de esferas públicas:

Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede super-complexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com os pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém ainda assim acessível a leigos (...) (GOMES, 1997, p. 107).

Nessa perspectiva, a esfera pública não é entendida de forma única e global, mas, sim, constituída por diversos públicos e grupos de públicos que se organizam em torno de temas ou causas de interesse comum, “numa rede pública e inclusiva de esferas públicas que se sobrepõem umas às outras, cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluídas” (HABERMAS, 1997, p. 33). Em busca por construir um entendimento de esfera pública a-histórico, como um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade.

Na definição contemporânea de Habermas, a esfera pública, enquanto *locus* da discussão, está associada tanto às interações simples que ocorrem nas arenas conversacionais da vida cotidiana quanto aos fóruns organizados da sociedade civil.

Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. Em princípio, ela está aberta para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presentes ou que poderiam vir a se juntar (...) Quanto mais elas [as esferas públicas] se desligam de sua presença física ... tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 1997, p. 93).

Entendemos que ao tratar de esfera pública não se deve prescindir das reflexões de Arendt, que busca na polis grega o ponto de partida para relacionar a esfera pública e o domínio privado. Para Arendt (2009), o termo público indica o que pode ser visto e ouvido pela coletividade e, desta forma alcança grande divulgação. Mas a presença de outros que, como nós, compartilham da visão e da audição de determinado objeto/instrumento nos garante a realidade do mundo e de nós mesmos. Ela reforça sua crença ao afirmar que “o que a esfera pública considera irrelevante pode ter um encanto tão extraordinário e contagiante que todo um povo pode adotá-lo como modo de vida, sem com isso alterar-lhe o caráter essencialmente privado” (ARENDR, 2009, p. 61).

Arendt (2009) apresenta o modelo de espaço público como ideia de uma cena de aparecimento, que orienta o observador para a dimensão fenomenal das atividades políticas produzidas no espaço público. São os juízos reflexivos dos espectadores que recebem essas atividades políticas surgidas na cena pública que estão na origem das opiniões que eles formam e que são susceptíveis de engendrar um sentido comum, próprio de um espaço de pertença. Para a filósofa, o modelo de referência é constituído pelo espaço público, a ágora, o local físico onde os cidadãos se encontram para debater os assuntos políticos da cidade.

Essa autora acredita na necessidade que haja uma profunda discussão a partir dos fatos, na qual, seja colocado grande número de opiniões divergentes e que, desta discussão, saia a medida que confira sentido às ações. Nisso se constituiria uma ética renovada, cuja garantia de não se tornar prejudicial para a maioria seria o fato de ser construída a partir da diversidade. Trata-se de uma ética produzida politicamente, através da participação não concensual e conflituosa em convivência.

O sentido da ação em Arendt (2009, p 15) significa “vir a público em palavras e atos na companhia de seus pares, iniciar o novo cujo resultado não pode ser conhecido de antemão, fundar uma esfera pública (res-pública), comprometer-se com os outros”. Mesmo sob o risco de sermos repetitivos, reiteramos que para a autora essas ações só podem acontecer no espaço em que os homens são plural. Para Arendt (op. cit) a pluralidade dos homens onde e pela qual essas ações acontecem se dá justamente pela condição de seres humanos absolutamente distintos. Nesse sentido, os homens e as mulheres, distintos que são entre si, “tem por vezes, ainda que raramente, se associarem para agir politicamente e logrado mudar o mundo que se forma entre eles (ARENDR, op cit, p 16).” O que leva a tal associação, na acepção da autora, é o aparecimento de fenômenos de interesse comum, embora não necessariamente interesses homogêneos; o que implica em considerar que os homens devem existir numa esfera pública de liberdade em que a condição ou grupo em que determinados homens se encontrem não impliquem no cerceamento do direito de ação de outros.

Assim, no entendimento de Arendt (op cit, p.18) considerar os homens isoladamente ou uma espécie desses homens isolada (como os representantes de uma dada classe) significa “ignorar a experiência da liberdade política, justamente seu maior potencial de ação.” Desta forma, uma esfera política democrática é aquela na qual a pluralidade possa constituir um espaço de liberdade política – de suas palavras e de seus atos -, ou seja, de sua ação. E como, nessa arena política da ação cada homem, representado em quais grupos que sejam com suas diferenças e interesses possa ter o seu agir – em palavras e atos -, salvaguardados.

Destarte, para Arendt (op cit) o pensamento político que ora põe a liberdade em uma espécie de homem, ora em outra, ao invés de considerar como fundamental a ação na pluralidade constitui o maior preconceito da política. Assim, a ação política entendida como a que a pluralidade dos homens realiza é a que existe numa esfera pública. E, nesse caso, essa liberdade de ação só pode ser alcançada renovando-se o julgamento de cada nova possibilidade de ação que o mundo apresenta. Dito de outra forma trata-se de encontrar nos novos eventos, possibilidades para que essa liberdade de ação possa de fato acontecer, com a produção do novo.

Algo novo, no sentido de que fala Arendt (op cit), desenvolve-se como potência no espaço que os homens produzem entre si e para si. Uma possibilidade dessa relação espacial pode dar-se pela emergência que a questão ambiental alcança na atualidade. Isso porque a mesma constitui-se, potencialmente, a capacidade de gerar um espaço de ação em que palavras e atos de uma pluralidade se encontram numa nova arena de ação política.

A esses novos exercícios de vida, o não estar preso ao singular, implica a constituição de diferentes habilidades de sobrevivência. Essas qualificações podem significar subjetividades que por elas os sujeitos vêem o mundo em relação à vida, e se percebe a si mesmo em relação ao mundo, de modo, que percebem o surgimento de possibilidades simbólico-sociais, contruídas pela mediação da percepção e o sentido, interferindo na representação. Sabemos que as culturas nascem devido às condições de relações sociais que são desiguais e assimétricas, que se produzem das alteridades dinamizadas pelas suas necessidades e, assim, podemos falar de interação social, talvez também na necessidade de (re)alocação inerentes aos sujeitos pela ação da própria existência.

3.3. Das diversas vozes da temática ambiental.

Partimos, então, do princípio de que a esfera pública na contemporaneidade se caracteriza pela pluralidade de instâncias de participação da sociedade civil, tanto formal quanto informalmente, sendo a esfera ambiental espaço ilustrativo dessa reconfiguração. Essa noção contempla, contudo, o papel da mídia, mesmo porque é inegável a presença e a centralidade dos meios (massivos e alternativos) de comunicação nas esferas da vida da sociedade.

E sendo que uma noção mais madura de esfera pública pela existência de discussão em público, pelo público e apoiada em razões públicas, supõe, ademais, que esse seja o meio fundamental através do qual se forma a opinião pública. Assim, os requisitos como visibilidade e acessibilidade, são pré-condições para a sua existência e, requerimentos fundamentais de liberdade de expressão, opinião, consciência etc., além da interdição da intromissão decisiva de qualquer outro ‘poder’ (dinheiro ou força). A esfera pública é o meio propício da produção do atrito de pensamento, da divergência argumentada, em um evento quando as singularidades não se anulem. A opinião pública resulta, então, dessa troca de razões e é ela mesma simplesmente a condensação dos fluxos de opinião particulares. Numa esfera pública, em que divergir é natural e a opinião pública pode vir a ser materialização e a coletivização desta divergência.

Portanto, ao escolher esse recorte da moldura atual emergente na tentativa de entendimento desses fenômenos, compilamos a necessidade de confrontar a divisão sociedade-natureza, organizações científicas de fronteiras, grupos sociais, civis, e claro, a grande participação das mídias na seleção de temas pulsantes.

3.3.1. Atores coletivos

Tematizar danos derivados de práticas rotinizadas do Estado ou de sub-sistemas funcionais que se fazem sentir na vida dos indivíduos, pressupõe uma empreitada coletiva. Pois, quando convicções comuns emergem, os sujeitos podem agir em concerto, desenvolvendo uma perspectiva crítica e reflexiva de uma coletividade. Isso permite uma definição compartilhada do problema e, assim, uma contestação pública organizada, como construção de alianças e cooperação, mas que também é permeado por conflitos que decorrem do impacto das assimetrias sociais e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos.

Os grupos sociais são vistos como atores que agem tanto para modificar os modos de perceber e interpretar os problemas sociais quanto para articular projetos alternativos de ações políticas, propagando, em outros grupos da população, o interesse em suas causas ou questões. E no momento atual, uma das questões que se apresenta com grande força na arena de ação desses diversos atores é a temática ambiental.

Na década de 1990, o ímpeto do processo de globalização e a realização de inúmeras Conferências Mundiais das Nações Unidas¹⁵ possibilitaram a interlocução entre grupos coletivos da

¹⁵ Meio Ambiente e Desenvolvimento- Rio/92, Direitos Humanos-Viena/93, e Conferências sobre água, como: de Dublin-92, de Paris-98, de Noordwijk. Vide demais no livro Geografia Políca da água de Wagner Ribeiro da Costa.

sociedade civil e apresentaram novos desafios analíticos. Esses fóruns globais levaram a articulação das organizações civis através de fóruns locais e nacionais, com vistas a uma preparação de suas atuações nessas conferências. Das preparações para a Eco/92, realizada no Brasil, originou-se o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, que teve continuidade para além do evento através de fóruns e das Agendas 21 locais. Iniciou-se, então, uma nova forma de embate entre assistência e ação para cidadania, autonomia organizacional e institucionalidade.

Mas a expansão de grupos ou atores coletivos não é algo que ocorra de modo automático, ao invés disso, pressupõe a mobilização de redes de comunicação informal dentre e entre os grupos sociais. A competência e criatividade comunicativa são elementos que são conquistados através de amplas seqüências de falas e discussões mais ou menos estruturadas com aqueles concernidos, e negociações em situações práticas com as quais esses se deparam nas diversas relações do meio societário. Além de tentar influenciar diretamente o sistema político, se preocupam, ao mesmo tempo, em revitalizar a esfera pública e alargar a dinâmica da sociedade civil – como forma de obter confirmação de suas identidades e de sua própria capacidade de ação. É por isso que os atores coletivos se fazem importantes para a constituição do debate público, na tentativa de mudanças à configuração das instituições ou que podem modificar, em longo prazo, padrões culturais das sociedades.

Ao explorar as questões dos grupos e atores coletivos, é preciso ressaltar a controversa noção de igualdade política. Nos processos deliberativos, os participantes entram para a deliberação com recursos desiguais, capacidades e posições sociais diferentes. Um problema inicial a ser enfrentado pelos grupos que surgem no espaço público é estabelecer credibilidade e autoridade para além da própria comunidade de argumentantes. A influência de fatores de caráter político, econômico e cultural torna o processo muito mais dificultoso, e o estilo de apoderamento que tende a prevalecer obedece a uma lógica sócio-técnica. As relações de poder passam a ser trabalhadas e negociadas conjuntamente entre atores de e em diferentes níveis e o espírito presente nessa negociação parte da premissa das assimetrias na situação dos atores, tanto em termos econômicos, como sociais e políticos.

Apresentando três correntes relativas à preocupação a ativismos ambientais Martinez Alier (2007) destaca *pontos de contato e pontos de desacordo* entre “o culto ao silvestre, o credo da ecoeficiência e o movimento pela justiça ambiental”. O Autor sublinha as diferenças entre elas, respectivamente:

-preocupado com a preservação da natureza silvestre, sem pronunciar sobre a indústria ou a urbanização, mantendo-se indiferente ou em oposição ao crescimento econômico, muito preocupado com o crescimento populacional e respaldado cientificamente pela biologia conservacionista.
-Preocupado com o manejo sustentável ou uso prudente dos recursos naturais e com o controle da contaminação, não se restringindo aos contextos industriais, mas também incluindo em suas preocupações a agricultura, a pesca e a silvicultura.
-Nascido de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p.38-39)

Mesmo com essa diferenciação de correntes Martínez-Alier (2007) ressalta que as organizações não são ligadas unicamente a uma ou outra corrente apresentada por ele e, sim, que pode pertencer a mais de um desses tipos, conforme for o objetivo de suas ações.

Martínez Alier (2007) diferencia o ecologismo dos pobres ou o ecologismo da sobrevivência, do ecologismo da modernização tecnológica, esse último, vinculado à manutenção do sistema de mercado. Para ele, os movimentos sociais pela sobrevivência são movimentos ecológicos uma vez que seus objetivos são as necessidades ecológicas para a vida.

Reconhecendo que existe uma mútua relação entre distribuição econômica, distribuição ecológica e distribuição do poder político, Alier argumenta que o ecologismo popular busca uma solução para os conflitos distributivos econômico-ecológicos: “a categoria essencial é a distribuição ecológica, ou seja, o acesso desigual ao uso de serviços e recursos da natureza.” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 35-37)

Na avaliação de Thompson (2000), há necessidade de se ter um enfoque mais flexível para compreender a participação dos atores coletivos na constituição das esferas públicas contemporâneas. Que está intensamente permeada por novas formas de comunicação e de difusão de informações, nas quais os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas sem sequer os encontrar no mesmo ambiente e espaço temporal.

Os fenômenos de interações humanas, portanto, também mudam nos eventos de tempo, os intercambiados da co-presença cedem espaço ao de sócio-técnicos em processos de virtualização. Não tratamos essas diferentes interações em positiva ou negativa, mas sim, de reflexionar a maneira como esses procedimentos inserem-se na vida cotidiana e do valor que adquirem. Nesse contexto, é necessário situar a mídia nos debates que se desenvolvem e nos quais tanto os meios de comunicação como os atores a que eles se dirigem são privilegiados.

3.3.2. O discurso dos atores coletivos nos medias.

O campo dos medias está diluído entre os outros campos sociais como também nas práticas coletivas menores usadas como forma de produção pessoal. Embora haja autonomia do campo

midiático na tematização e publicização, entendemos que os mesmos se instalam em uma posição representacional, na medida em que fazem circular algo, cujo controle de enunciação está fora do seu âmbito: os outros campos sociais. Um ponto de importância indicado pelo fenômeno da midiaticização é aquele dos contextos de interação social com os outros campos, sendo os meios vetores de construção de formas de cultura, pois agem como forças interconstituíntes da realidade social.

A inserção das falas (ou melhor, dos fluxos comunicativos) dos atores da sociedade civil no espaço de visibilidade midiática pode ser pensada como uma dinâmica em curto e em longo prazo. Particularmente em situações problemáticas, de escândalo ou crise (envolvendo matérias passíveis de regulamentação), a mediação permite confrontos diretos ou virtuais entre representantes do aparato estatal administrativo, especialistas e atores da sociedade civil. Isso provoca uma troca de visões/razões num processo de idas e vindas, que também se ramifica para além da oposição inicial dos enunciados de cada falante.

Num processo de longo prazo, a incorporação das falas dos atores da sociedade civil no espaço midiático é melhor apreendida como uma contribuição à ação conjunta de deliberação pública. É, assim, parte de um processo mais geral de interpretação realizado por diferentes comunidades em diversos ambientes sociais, cada qual com seus próprios interesses, entrecortados, por critérios de relevância e julgamentos conflitantes.

A contribuição dos atores da sociedade civil para o debate público, no espaço de visibilidade midiática, pode ser pensada em diferentes níveis analíticos. Em primeiro lugar, as questões colocadas pelos atores críticos geralmente trazem considerações éticas, morais e de autoentendimento cultural para o debate público. Isso tende a desencadear polêmicas entre os próprios especialistas, como aponta Habermas:

A partir do momento em que se apela para um saber especializado, a fim de tratar de problemas relevantes para a regulamentação política, percebe-se que ele possui um teor normativo que desencadeia controvérsias polarizadoras entre os próprios especialistas (HABERMAS, 1997 p. 83).

A inclusão da perspectiva dos atores da sociedade civil no debate público, ampliando a definição dos problemas, demanda um compartilhamento do saber social para tratar dos problemas, isso pode significar que os conflitos se tornem complicados de serem resolvidos, porém, o fato positivo da deliberação é que ela pode trazer à superfície a insatisfação legítima, suprimida por outros modos de lidar com o desacordo. O resultado que servir aos atores em deliberação terá maior chances de gerar acomodação. Neste sentido, desacordos mais agudos e formulados com maior clareza contribuem para uma melhor deliberação do que as tentativas pré-maturas de consenso.

A distinção entre a formação da opinião pública, que ocorre de modo relativamente espontâneo/autônomo entre os indivíduos em suas relações informais na sociedade e os processos de tomada de decisão, formalmente regulados nos corpos administrativos e legais do sistema político, permite tratar o problema da legitimidade do exercício do poder público em diferentes dimensões analíticas. Uma esfera pública ativa não significa necessariamente que os sujeitos serão capazes de intervir, de forma bem sucedida, nos processos de tomada de decisão, uma vez que formas de poder ilegítimo podem se acumular nas instituições sociais. Contudo, esse quadro teórico permite que se investigue a legitimidade das decisões políticas e os graus de interpenetração destas com a opinião construída de maneira informal, mas, ainda assim, racionalizada.

Ademais, há uma esfera de debate sobre questões determinadas dentro da própria cena midiática, várias controvérsias e polêmicas, com diferentes modalidades de discurso (de especialistas, de representantes do aparato estatal administrativo, de leigos ou de grupos organizados da sociedade civil) que se desdobram. Os agentes da mídia processam e editam esses fluxos comunicativos de origens distintas e organizam, de maneira peculiar, um conjunto de “opiniões em perspectiva”, “discursos dogmáticos” ou “discursos argumentativos”, como diz Gomes (1999, p.227), para “recompô-los como os termos de uma discussão”. Nesse caso, a mídia pode ser vista como um fórum em que não há parceiros fixos ou autorizados.

Portanto, deve-se falar em pré-estruturação da esfera pública política por causa do volume informativo altamente denso e diversificado presente na cena midiática e pela impossibilidade de determinar *a priori* o modo pelo qual os telespectadores, ouvintes e leitores irão adquirir e utilizar os bens simbólicos mediados. Como vem sendo amplamente reiterado pelos estudos da comunicação, a interpretação do produto midiático se dá sempre a partir de um conhecimento interpretativo anterior, à luz do qual os sujeitos recebedores da informação estabelecem o que é relevante ou não, inscrevem elementos processados nas rotinas práticas da vida cotidiana, e utilizam tal material simbólico de maneiras diversas, dentro de comunidades particulares e/ou contextos culturais políticos específicos. Aquilo que se dispõe ao conhecimento comum no “espaço de visibilidade midiática” pode ser ‘destacado’ do denso ambiente informativo e passar a alimentar diferentes discussões politicamente relevantes. Isso coloca em movimento diversas interações e lutas dentre e entre os atores sociais e, interfere, de maneira dinâmica, nas próprias relações sociais e na organização dos debates fora da mídia.

Gomes (1999) percebe o questionamento quanto à existência e ao papel desempenhado pela esfera pública contemporânea, quanto ao poder de argumentação da esfera de debate público nos quadros da mídia, e ele acredita que tal fato ocorra devido, sobretudo, por a esfera pública ter sido incorporada como meio para legitimar o próprio Estado. O autor vê um paradoxo em tal situação, já

que a mídia, percebida originalmente como constituinte de esfera pública legal, não mais exerce a função de proteger os atores civis, mas ela própria está dentro do Estado, legitimando-o.

Um segundo fator, é que a esfera pública perde, gradualmente, sua condição de legitimar posições quando concernentes ao bem de uma maioria. O autor entende que a esfera pública atualmente se presta apenas a legitimar decisões políticas e não a produzi-las socialmente, ou seja, com a participação pública. Estas decisões são, então, tomadas sem o conhecimento e a participação do público. Para Gomes (1999, p. 207), a partir do momento em que a esfera de decisão não é pública, esta se estabelece “não mais se protegendo do Estado simplesmente, mas protegendo-se da esfera pública em geral, inclusive da forma institucional de esfera pública que é o parlamento”.

Diante de tal situação, na concepção de Gomes (1999), a esfera midiática como se apresenta, portanto, é uma esfera de representação pública de posições geradas de forma não-pública. Porque discursivamente ganha a aparência de esfera pública enquanto, na realidade, é esfera pública encenada, espetacular, espaço de exibição, vitrine de opiniões em disputa pela atenção e adesão (GOMES, 1999, p. 207).

Em meio à euforia atual de se noticiar o meio ambiente, alguns veículos de comunicação focam-se em temas pulsantes com o propósito de satisfazer um determinado grupo de leitores, mas apesar de em muitas vezes essas notícias, que tendem a seguir caminhos voltados a denúncias dos problemas ambientais e ao esclarecimento, há a predominância de um enfoque fatalista, especialmente pelas imagens que completam o texto. Hannigan (2009) diz que de problemas ambientais à condição de questão para uma política pública a visibilidade da mídia é crucial.

3.3.2.1. Visibilidade de um tema: da ciência a mídia.

A divulgação/veiculação do conhecimento ambiental na mídia (fala-se aqui tanto do jornalismo ambiental, noticiários, documentários, revistas especializadas, redes sociais e outros sítios da internet) faz com que o ‘cidadão comum’ (não especializado no tema) tome contato cada vez mais freqüente com o mundo da ciência, porém raramente apresenta o papel estratégico que ela ocupa nas sociedades. Para que a produção de conhecimentos específicos chegue àqueles que não são peritos, faz-se, então, que os meios de comunicação popularizem esses saberes.

E um dos campos em que a ciência tem sido bastante divulgada são os esforços para oferecer soluções aos problemas ambientais. O tema ciência como estudo, ou seja, como objeto de investigação encontra no pensador Bruno Latour um de seus maiores expoentes a partir do final do

século XX. Suas preocupações no âmbito da ciência, que implica principalmente num projeto de investigação maior denominado de antropologia simétrica¹⁶ e faz um esforço para expor as diversas instâncias que produzem a realidade (política, ciência, economia, cultura) como processos de hibridização.

Sua análise das ciências fundamenta-se, então, numa crítica dirigida ao tratamento da ciência como ente isolado do corpo social. Dito de outra forma trata-se de romper com os projetos que colocaram de um lado a ciência e do outro a política, a economia, a cultura. Nesse sentido, Latour (1994, 2000, 2004) expõe que a ciência é uma prática e os resultados dela provenientes não são puros, e sim carregam uma gama de valores e interesses dos que dela participam. A prática dos próprios cientistas, dos políticos, das empresas que reúnem esforços para que as pesquisas aconteçam não aparecem nos resultados obtidos pelas pesquisas científicas. O que acaba reverberando na mídia menos crítica, que não apresenta questionamentos a respeito das políticas científicas, bem como, acabam por apresentar da mesma forma as ações estratégicas das empresas nessa temática. Não se trata de especulação ou conjecturas sobre o trabalho dos cientistas e para que fins eles se concretizem. Trata-se, sim, de entender as relações sociais, de mostrar que os resultados da ciência que aparecem para o público como obra do cientista é, de fato, resultado de uma diversidade de ações agindo em conjunto.

A funcionalidade da mídia enfrenta diversos obstáculos, como pressões políticas, comerciais e editoriais. As restrições impostas pelos pesquisadores também são muitas, porém, àqueles que se dispõem a encarar o desafio de divulgar a ciência, o meio ambiente, a tecnologia devem saber (ou aprender) lidar com essas situações. Bueno (1988) é crítico em relação ao jornalismo científico quando diz que ele deve ter em mente a democratização da ciência e não ser mera reprodução dos discursos que detêm o poder em todos os níveis. A mídia não pode esquivar-se de seu papel de articulador da construção de novos pensamentos a cerca da existência humana.

A divulgação das informações científicas segue uma série de normas de padronização e normatização universal (estabelecidas especialmente na redação), quando a comunicação midiática acaba por fazer uma espécie de ‘tradução’ de algo específico para uma linguagem que alcance um maior número de pessoas. A decodificação da linguagem da ciência para a sua apresentação a um

¹⁶ A antropologia simétrica de Latour (1994, 2000, 2004) diz respeito, principalmente, ao fato de a ciência focar determinados corpos de pesquisa em detrimento de outros. Por exemplo, quando as chamadas “Ciências Naturais” direcionam seus estudos apenas para o trato da natureza, como se esta fosse independente da forma humana – daí sua definição dos humanos e dos não humanos, separação que fora segundo ele, desenvolvida pelos modernos (os objetos técnicos também entram nos não-humanos). Como ele parte da teoria do ator-rede, considera que tudo está conectado por redes – e assim corpo social e natural constituem uma conexão e não divisões. E, assim, os objetos técnicos são sempre híbridos de natureza e cultura. Nesse aspecto, a investigação sobre a ciência trata-se de buscar entender como as assimetrias são produzidas. Dito de outra forma, entender as práticas que produzem os objetos científicos.

grande público heterogêneo e disperso de um pré-conhecimento implica a leitura de textos corretamente escritos, mas que sejam de fácil compreensão, sem uso de neologismos ou emprego de palavras especificamente usada para uma área, tornando possível que os ouvintes/leitores/telespectadores incorporem a informação sem maiores dificuldades. Ness sentido, a mídiatização potencializa a alocação de indivíduos deslocalizados na fragmentada sociedade contemporânea em um local de reconhecimento por meio de bens simbólicos, que ativam as memórias culturais e remetem às nossas identidades, a um sentimento de pertencimento.

Os comunicadores, então, tomam o papel de mediadores dos campos sociais e, embora não façam somente isso (pois possuem compromissos com a informação, com o público e com a própria classe), não sobreviveriam sem a ajuda contínua dessas outras instâncias. É claro que, essa mediação não é isenta de críticas ou comentários: por mais tentativa de isenção que se pretenda há sempre a ótica subjetiva de um enunciador¹⁷, que escolhe o enquadramento, a hierarquização das informações, as fontes a serem consultadas e leva em conta seu repertório sócio-cultural quando redige. Tem de se considerar a extensão da qual a notícia ambiental está baseada, isso reflete os múltiplos argumentos competidores com que os comunicadores têm que lidar diariamente.

A mídia ligada à temática ambiental não é um discurso isolado, mas sim a soma dos discursos científico ambiental e midiático, é uma articulação entre dois discursos distintos que se produz pela injunção a seu modo de circulação, estipulando trajetos para a convivência social com a ciência. Esse pautar e visibilizar a temática ambiental são constituídos de um transpassar de saberes oriundos da ciência ambiental que se alterna e funde aos conhecimentos empíricos daqueles que a vivenciam (todos nós).

E levando em consideração, então, que cresce o contato do público com os resultados da ciência, é importante que não sejam apenas consumidores de um produto finalizado, que se apresenta como um objeto puro. Destarte, quando Latour (2000) nos propõe abrir a caixa preta da ciência refere-se, justamente, ao processo que produz o objeto científico. Isso implica no fato que pela crescente visibilidade que tais resultados são divulgados, acaba por ganhar importância o caráter em que tal publicização da ciência acontece.

Nesse sentido existem diferenças entre influência dos públicos sobre as políticas e a influência das políticas sobre os mercados. Mas precisamente, a análise dos esforços dos sujeitos para influenciar as políticas permite observar a representação política nos quais os públicos participam. E ao compararmos a arena das mediações atuais com eras passadas, consideremos ser

¹⁷ O enunciador é uma entidade discursiva, como também o é o destinatário. Esta diferença evidencia que um mesmo emissor pode ter discursos diferentes, logo de enunciadores também diferentes. Isso se torna claro, quando observamos um mesmo sujeito com discursos diferentes, construindo, assim, sujeitos discursivos distintos (enunciadores e enunciatários).

preciso repensar o significado do caráter público, hoje, sim, intensamente permeado por novas formas de comunicação e de difusão de informações, nas quais os indivíduos são capazes de interagir com outros e observar pessoas sem sequer os encontrar no mesmo ambiente e espaço temporal.

Nesse entendimento, destacamos o caráter multidimensional que ganha o poder, em que a ação unidirecional do Estado passa a conviver com a ação política de outros atores. Assim, o poder como um mecanismo relacional, em que a ação de um ator passa a considerar o lugar do outro nesse campo de relações e como os outros podem agir no sentido de uma interpenetrabilidade das ações. Dito de outra forma, trata-se de considerar que a diversidade de interesses no campos dos campos sociais, mesmo que representem interesses antagônicos não são, necessariamente, interesses excludentes, uma vez que passa-se a considerar o que a ação de um ator pode influenciar na do outro – e isso não acontece apenas entre os iguais, entre os grupos que buscam os mesmos interesses. Esses grupos influentes, comumente, são tratados pelas empresas como seus stakeholders.

3.4. A Relação com os Stakeholders¹⁸

O termo stakeholder surgiu na literatura de Administração, pela primeira vez, em um memorando interno do Instituto de Pesquisas de Stanford, em 1963. Esse termo foi usado para generalizar a noção de shareholders (acionistas) como um tipo de público com o qual os gestores de empresas precisavam oferecer respostas (FREEMAN, 1984, p. 32). Mais tarde foi citado por Freeman (1984) para diferenciar os shareholders (acionistas) dos outros membros da sociedade que atuam como pilares de sustentação à atividade organizacional. Ganhou a denominação de teoria dos stakeholders (FREEMAN, 1984), compreendendo quaisquer atores que tenham interesses e expectativas sobre a organização. Considerado um conceito novo, e com início de uso mais tardio no Brasil, stakeholders muitas vezes é usado como sinônimo de público. Mas em atuais e bem aceitos estudos tem-se um distanciamento particular desses conceitos.

¹⁸ Stake em inglês: estaca; interesse ou participação em negócios; empreendimento; prestar auxílio financeiro. Hold é ato de segurar, domínio, poder, autoridade, ponto que se propaga. Holder, proprietário, dono, pegador(dicionário inglês-português, Houaiss, Record, Rio de Janeiro 1982). Por ser um idiomatismo não se tem uma tradução própria para stakeholders, mas pode-se dizer que se refere ao público que tem certa ligação com a organização por razões de participações, interesse e ou poder de decisão.

O conceito stakeholder foi originalmente definido como aqueles públicos de relevância tal que, sem o suporte deles, as organizações poderiam deixar de existir. A lista de stakeholders incluía originalmente os acionistas, empregados, fornecedores, clientes, financiadores e a sociedade. Freeman (1984) defende a idéia de que, mesmo que os executivos de empresas satisfizessem as necessidades e preocupações de grupos de stakeholders, eles não poderiam formular objetivos corporativos que pudessem assegurar a sobrevivência contínua da empresa (FREEMAN, 1984).

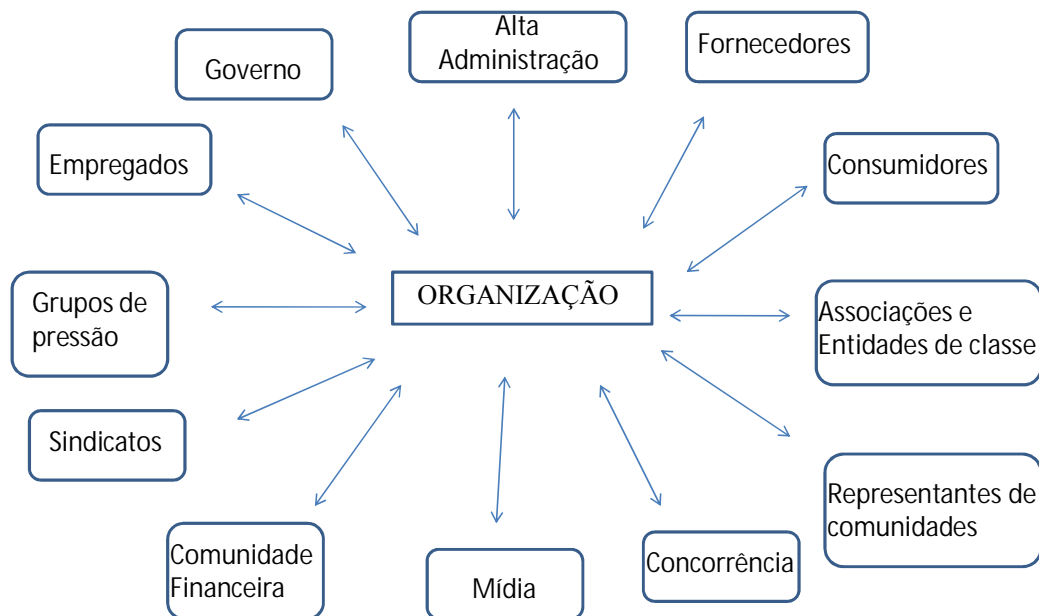
A partir do trabalho de Freeman (1984), alguns autores vêm contribuindo para o tema por meio de estudos que buscam entender os sujeitos influentes para as organizações. Esses estudos enfocam não apenas o ponto de vista dos públicos, mas incluem os stakeholders. Freeman (1984, p. 24) sustenta que os “stakeholders podem ser considerados como todas as partes interessadas nos rumos estratégicos da organização e que nela influem, ou são por elas influenciados, devendo, por isto, ser considerados nos processos de tomada de decisão”.

Dentro dessa definição pode-se identificar tanto stakeholders tradicionais (clientes, fornecedores, acionistas, competidores, etc.), quanto emergentes (agências governamentais, organizações sociais, agências de regulação, organizações não-governamentais – ONGs, associações de populações tradicionais, associações comunitárias, etc.).

Na bibliografia brasileira, Costa (2002) sugere que:

stakeholder pode ser definido como qualquer instituição, pessoa, grupo de pessoas, formal ou informal, que tenha algum tipo de interesse que pode **afetar ou ser afetado** pelo funcionamento, desempenho, comercialização, operação, resultados presentes ou futuros da organização em questão. (COSTA, 2002, p. 89) grifo nosso.

Quadro 1: Diagrama de públicos comunitários citados como stakeholders.



Fonte: França, 2004 p.62

Sua definição trata stakeholders como pessoas, grupos e empresas de interesse, que se relacionam com a organização, afetando-a e sendo por ela afetados. Essa influência pode se dar de forma direta ou indireta, pelo desempenho da organização na busca de seus objetivos, em termos de produtos, políticas e processos operacionais. Bem como, pelos objetivos desses sujeitos e/ou grupos em seus interesses com a organização. Além de mapear a situação atual e levantar tendências da área em investigação, a abordagem permite delimitar e identificar as variáveis-chave, cujos impactos poderão determinar a sua existência. A identificação das relações de influência e dependência entre as variáveis e das relações diretas, indiretas e potenciais que possam existir entre elas, possibilita a geração de informações privilegiadas quanto à alocação de recursos e à otimização de esforços sobre determinados temas.

As pessoas que compõem o painel de especialistas são fundamentais no processo, bem como a diversidade e a participação dos stakeholders. O caso referente à análise responsabilidade social empresarial permite a visualização de variáveis-chave para atuação da companhia e determina focos para nortear o planejamento estratégico. A antecipação dos fatos pode permitir uma iniciativa pró-

ativa que auxiliará para o êxito das decisões tomadas, especialmente se essas se consolidarem de forma compartilhada, envolvendo o maior número possível de stakeholders em um debate colaborativo.

Embora se reconheça e valorize a importância dada aos interesses dos diversos atores das empresas, não se sabe ao certo qual é o verdadeiro potencial dessa abertura empresarial. Há, claro, uma reciprocidade de interesses entre a organização e os sujeitos de influência, visto que cada uma das partes pode afetar a outra em vários aspectos. Mas tem de se relevar o possível distanciamento dessas influências recíprocas, a diferença de escala de consequências das ações. O conjunto de interações geradas por esses atores determina em grande parte o nível de complexidade do sistema, o que aponta para a necessidade de apropriação de ferramentas que facilitem o processo de diálogo.

Os pontos aqui levantados devem ser discutidos a partir de uma ética de coresponsabilidade, enfatizando as questões ambientais, uma vez que tais problemas não são frutos de um grupo particular, ou seja, de uma cultura da razão instrumental própria de algumas sociedades. No entanto, não se pode ter como fundamento uma concepção de razão que reduza o próprio homem a um objeto manipulável, pelo contrário, ela deve, acima de tudo, ressaltar a irredutibilidade dos sujeitos. Deve levar em consideração sua dimensão relacional e, portanto, sua necessidade de estar em relação com outros seres, de se comunicar. A força de integração social seria a solidariedade e deve poder desenvolver-se com base em diversificados espaços públicos autônomos e em procedimentos de formação da opinião e de vontade políticas.

E para compreender essa fase atual de relação sócio-política-ambiental entre os sujeitos tem de se considerar que a fragmentação da esfera pública é irreversível assim também como não é possível a sua limitação territorial, o que exigiu uma revisão do conceito. Os antigos cafés e salões têm agora sua correspondência em inúmeras esferas públicas de características socio-técnicas. Essas novas esferas públicas autônomas e o processo da implementação social se efetua em consequência de conflitos políticos, de iniciativa de vozes marginais.

Temos, então, ao extermecimento de algumas vozes e o silenciar de outras, quando se observa os sujeitos dessa nova esfera pública, e de como se dá a formação da opinião pública nessas esferas autônomas. Mas a esfera pública não pode por si própria garantir a qualidade do funcionamento dos espaços públicos. Ou seja, a reanimação do debate público e da constituição de uma opinião pública ativa estão diretamente ligados ao poder participativo e deliberativo dessa opinião pública.

Seja como utopia possível ou como conceito normativo, sustentamos que a defesa da necessidade de uma esfera pública política, requer a definição de condições para sua existência, como medidas no sentido de desmercadorização progressiva da sociedade. Com a ampliação e democratização dos canais de decisão e discussão, ou seja, com a constituição de uma esfera pública efetiva e com espaços não simulados aos sujeitos. A questão ainda está no quanto pode os sujeitos no meio, que não devem ser tomados como determinantes de valores e, sim, como arena de debates de valores e de modos de vidas que se disseminam segundo interesses e formações discursivas.

CERTIFICAÇÕES: A EMERGÊNCIA DE MECANISMOS DE REGULAÇÃO EM FACE DA CRISE AMBIENTAL, EM CONTEXTO TEÓRICO E ANALÍTICO.

A partir do alcance das questões ecológicas em escala global constroem-se normas, regras e outros elementos regulatórios para a ação dos atores e problemas que necessitam de cooperação coletiva. É dentro dessa nova tessitura que os conceitos e as ações de âmbito internacional, como segurança, papel do Estado, passam a reconfigurar-se para a questão ambiental, bem como os questionamentos sobre seu acesso.

Inseridas nesse contexto as empresas, atores do comércio internacional, tratam com uma diversidade de partes interessadas: a legislação ambiental mais rígida, consumidores que levam em conta as características ambientais para selecionar produtos e serviços, investidores preocupados com trato ambiental das empresas, seleção de fornecedores, competitividade, estratégia global, alcance de imagem positiva, tais fatores pressionam por mudanças no comportamento das empresas em termos ambientais. Para tanto, ter estratégias e programas vinculados ao meio ambiente melhora a reputação das empresas e favorece o seu desempenho financeiro, mas é preciso atentar para o fato de que enquanto algumas empresas empenham-se em realizar ações dentro da temática ambiental, há também uma ‘maquiagem verde’ sob os critérios ambientais das empresas.

As normas de padronização ambiental são modelos de gestão entendidos como construções conceituais que ordenam as atividades administrativas e operacionais para alcançar os objetivos definidos. Essas atividades são desenvolvidas de forma sistêmica pois perpassam por todos os setores de uma empresa seja no que concerne à solução de problemas existentes, seja na prevenção de eventos danosos. A idéia de um sistema de gestão ambiental (SGA) para atender a essas necessidades congrega ainda a intenção de proporcionar à organização um desempenho que vá além das exigências legais e políticas, e que atenda às especificações do SGA.

Essas normas acabam por homogeneizar a linguagem das normas nacionais e regionais em nível internacional, o cumprimento legislativo além dos índices legalmente propostos com objetivo de melhoria contínua e a ampliação das leis a serem cumpridas, não restritas ao direito, pátrio ou local, onde está instalado o empreendimento, mas em esfera internacional. Entretanto, podemos observar outro objetivo além da padronização, o de atuar nas transações nos mercados globalizados, pois as várias normas e legislações se colocam como fator de padrões a serem seguidos pelas empresas exportadoras, exigindo desses novos mecanismos de produção, circulação de serviços e produtos. E nesse sentido, as questões ambientais podem, portanto, se tornar restrições admissíveis e legítimas ao comércio, mas podem ser usadas como forma velada de barreiras diante da

dificuldade de usar as medidas tradicionais como as tarifas, cotas e entraves burocráticos, pelo uso do argumento da proteção ao meio ambiente para disfarçar medidas protecionistas. São importantes regras internacionais de padrões ambientais discutidos e elaborados pela comunidade internacional.

Por isso, não tardou muito para que a *International Organization for Standardization* (ISO) criasse o Comitê Técnico 176 para tratar desse assunto, resultando a série de normas sobre qualidade, a ISO 9000. Já na esfera ambiental a norma é da série ISO 14000, que instrumentaliza a aplicação das convenções internacionais. Essa padronização, que se tornou exigência crescente no mercado para viabilização de transações internacionais, a partir de sua prescrição de atendimento aos mandamentos legais e a busca de melhoria ambiental, fomenta o cumprimento das convenções internacionais, sejam elas internalizadas ou não na esfera legal do local do empreendimento.

Mas discussões sobre a norma ISO 14000 inserem-se em um contexto mais amplo do que a aplicação da norma, pois a normatização ambiental internacional pressupõe duas questões centrais, a de promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações e facilitar-barrar-restringir o fluxo de bens e serviços num espaço cada vez mais internacionalizado.

As empresas de saneamento, como exemplo de organizações de administração estatal, marcam um novo período das certificações, pois essas não têm pressão direta para buscá-las, quando sabemos que as normas foram criadas, principalmente, visando às empresas privadas de produtos para o comércio internacional. A certificação, nesse caso, serviria tanto para aqueles que defendem a manutenção dos serviços de saneamento nas mãos do poder público e que tal apresente uma preocupação com a prevenção como com os danos que podem causar, quanto para valorizar a empresa no momento da entrada de capital privado. A certificação pode ser uma forma de demonstrar aos potenciais investidores a segurança quanto a gestão ambiental. Embora não tenha sido desenhado especificamente para o setor público, vemos um direcionamento do sistema de gestão ambiental-ISO 14001 para esse setor, tal como para serviços de saneamento, estudo desse trabalho.

4.1. A regra e a norma: dispositivos de ordenação na organização sociopolítica.

Para entender o objeto desse estudo, é preciso esclarecer a relação entre norma e regra na cena política característica quando adentramos na temática ambiental empresarial. Como observamos no capítulo primeiro o espaço revela em sua estrutura o complexo de assimetrias sociais, e são essas relações que segundo Moreira (2007), determinam os termos da regra e da norma. Dito

de outra forma, dado o processo complexo de organização social as regras e as normas atuam como mecanismos de ordenação das relações sociais, desenvolvendo dispositivos que operam como elementos de ordenamento das diferenças- dos interesses diversos e divergentes, da própria mecânica do poder.

Por meio das regras e das normas, confere-se um tipo de estrutura ao espaço que passa a funcionar de acordo com tais interesses. Nesse sentido, podemos entender as regras e as normas como mecanismos de ordenamento espacial, a primeira porque produz enquadramentos funcionais que dizem aos atores o que pode e o que não pode ser feito dentro da estrutura espacial. A segunda porque estabelece um tipo de conduta a ser seguida por tais atores a fim de terem suas ações legitimadas. Regra e norma não se confundem, mas também não se separam, constituindo um par estruturante pelo qual as ações se consolidam como formas espaciais.

Assim, se por meios das regras podemos dizer que os valores são introduzidos em um corpo social, criando códigos de condutas, leis que proíbem e autorizam as ações sociais, políticas e econômicas; pela via das normas esses valores ganham um estatuto de naturalização, se fortalecendo em elementos mais específicos que a regra. A norma carrega uma finalidade de tornar o multipolo em uno, o conflito em consenso, porque opera por meio do discurso da naturalização.

Foucault (1999) argumenta que as normas se inserem no corpo social como técnicas disciplinares, pelas quais as regras de direito se transformam em discursos de normalização. O autor discute que a norma tem papel fundamental na mecânica do poder porque atua como disciplina do corpo social e através do discurso da normalização o processo da naturalização acaba por se instituir como regra. A contribuição trazida por Foucault (1999) para o entendimento da regra e da norma, reside justamente no papel que essas exercem como mecanismos de ordenamento das relações sociais, inseridas diretamente no campo da mecânica do poder.

Nesse sentido, retomando o que diz Moreira (2007), se a complexidade das relações sociais leva à determinação dos termos das regras e das normas, Foucault (1999) escreve que como processo elas atuam como ordenação das relações sociais. Trata-se, de fato, do desenvolvimento de dispositivos de regulação das ações sociais por conta das contradições e assimetrias de que tal corpo é constituído.

Seguindo essa linha podemos inserir ao debate de comércio internacional e certificações, uma vez que essas normas e regras fazem parte de acordos e tratados internacionais e regulações como a do comércio internacional. As empresas que atuam no mercado exterior, ou que pretendem

atuar, estão cada vez mais atentas às questões ambientais, pois estas são usadas freqüentemente como barreiras técnicas aos mercados globais.

4.2. O Sistema de Comércio Multilateral.

O comércio internacional é uma das vertentes que pressiona por mudanças no comportamento das empresas em termos ambientais, relaciona-se com o comércio internacional, principalmente no sistema de comércio multilateral pós Rodada de Uruguai¹⁹. Para muitos, essa é a principal força que move as empresas a se preocupar com o meio ambiente, pois fala mais de perto com as preocupações empresariais, por exemplo, a expansão de mercado. Esse é, em linhas gerais, o pano de fundo doutrinário das discussões que precederam a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, de *General Agreement on Tariffs and Trade*) e das diversas rodadas de negociação multilateral.

O GATT foi a principal fonte de ordenação do comércio internacional desde o pós-guerra. Sua origem é um Acordo, de 1947, sobre medidas para redução de tarifas. Esperava-se nessa época criar um órgão internacional para administrar esse acordo, mas isso não ocorreu por ter sido vetado pelos Estados Unidos. Em 1994, ao final da última das oito rodadas de negociações do GATT, a Rodada Uruguai, é que foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os acordos administrados pela OMC, que são mais de duas dezenas, objetivam a liberalização administrada do comércio internacional de bens e serviços, tendo entre seus instrumentos a redução de tarifas e a eliminação de entraves não tarifários pelos países participantes. As regras básicas, que haviam sido estabelecidas pelo GATT, em 1947, foram aperfeiçoadas em cada rodada de negociações multilaterais e nas soluções dos conflitos entre os países participantes (BATISTA, 1992)

O Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, outro acordo da OMC, estabelece que as normas ou regulamentos técnicos sobre produtos e processos são admitidos desde que não constituam barreiras ao comércio, inclusive requisitos para embalagens, marcação e rotulagem e os procedimentos para avaliação de conformidade. O que vale dizer, que não podem ser criados para proteger mercados. O Acordo procura estimular os processos de harmonização de normas e regulamentos da forma mais ampla possível através de instituições de normalizações internacionais.

¹⁹ A Rodada Uruguai é a oitava de uma série de negociações comerciais multilaterais, um tipo de negociação coletiva que somente se viabilizou, em 1947, quando entrou em vigor o Acordo Geral de Tarifas e Comércio- GATT. Lançada em Punta del Este, em setembro de 1986, após quatro anos de discussões e preparação, a Rodada não pôde ser concluída em Bruxelas, em dezembro de 1991, tendo sido prorrogada por mais dois anos. Batista, Paulo Nogueira. Palestra feita pelo autor em 4 de novembro de 1992, no IEA. Disponibilizada pelo Instituto de Estudos Avançados-USP, no sítio: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000300009

Conforme o relatório da United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) –UNCTAD.

o acordo sobre barreiras técnicas ao comércio requer o uso de normas internacionais, onde elas existem, como base para as regulamentações técnicas. Espera-se que as questões ambientais venham gerar um número crescente dessas regulamentações: o estabelecimento de normas de proteção ambiental é, por conseguinte, um assunto urgente. (UNCTAD,1991, p.5) tradução livre

Dentre as dez exceções gerais permitidas pelo General agreement on tariffs and trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) – Gatt para estabelecer restrições ao comércio estão: as medidas para proteger a saúde e a vida das pessoas e dos animais e para preservar os vegetais; e as medidas relativas à conservação dos recursos naturais esgotáveis, desde que sejam aplicadas juntamente com as restrições à produção ou ao consumo nacionais. O Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, outro acordo multilateral de comércio administrado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), permite que os governos estabeleçam restrições às importações de produtos que possam causar danos à saúde ou ao meio ambiente, desde que não se trate de uma prática discriminatória (BARBIERI, 2007).

A normalização internacional é um componente importante dos processos de liberação comercial, pois gera maior segurança para os importadores, os órgãos reguladores e fiscalizadores. Porém, a existência de diversas normas relativas a um mesmo assunto adotadas em diversos países atua de modo contrário, pois gera custos adicionais às empresas que quiserem vender seus produtos nesses países, face à diversidade de critérios, exigências e procedimentos de análises e verificação das diferentes normas. Um produto que atenda a norma ambiental exigida pelo importador de um país, poderá não atender as normas de outros países, ou seja, o mesmo produto pode ser considerado ambientalmente correto num país e não em outro. O produtor irá incorrer em custos adicionais para adequar seu produto às diferentes normas, fato este que acaba funcionando como barreira técnica ao comércio internacional.

As normalizações inserem-se na necessidade de padronizar e de critérios quantitativos de mensuração da produtividade, o que se fez essencial para a instalação das empresas transnacionais e para a promoção das trocas globais de mercadorias, inclusive para que a produção pudesse ser fracionada em vários países de acordo com as políticas das empresas, aspecto comum quando se tratam de mercados globalizados, que procuram benefícios como mão de obra barata, incentivos fiscais ou matérias-primas.

Assim, importante observar que a partir de uma eminentemente tendência mercadológica, de aplicação voluntária, a ISO 14000, entrelaçada às exigências de cumprimento da legislação e da melhoria contínua, observa-se um fomento aos mercados internacionais através da implantação do Sistema de Gestão Ambiental.

4.3. Certificações.

Certificações possuem um interesse central para a questão da responsabilidade social empresarial, bem como, para este estudo, isso porque além de promover o reconhecimento pelas ações já realizadas pelas empresas, ambas são responsáveis por direcionar as práticas e indicar quais delas possuem as características necessárias para serem tomadas como ações de ‘excelência’, bem como, eventos fundadores da psicofera que hoje é tão difundida. Outro destaque são as premiações, as quais enfatizam um caráter voluntário das ações, não sendo apenas o atendimento das exigências legais. De certa forma, essas ações ligadas aos processos produtivos, de qualidade ou ambientais tendem em tornarem-se constitucionais, fazendo com que as empresas reconquistem ações de responsabilidade social.

Para Arroyo (2000, p.118) a crescente imbricação de determinantes políticos nas normas gerou, no período atual, três formas normativas híbridas: as técnicas, funcionando em solidariedade; as organizacionais, que regulam novos processos de trabalho e serviços; e as políticas, relacionadas à cooperação e disputa entre normatizações públicas e privadas. A autora afirma que não caberia falarmos de desregulamentação no período atual, visto o papel central que as normas possuem nesse período. Entretanto, a posição ocupada pelos Estados Nacionais, em período anterior, como agentes prioritários de regulação, passa a ser compartilhada com outros atores, marcando uma “erosão do monopólio das normas”.

Essa escalada das normas, atingindo âmbitos cada vez mais amplos da ação empresarial, contrapõe-se a tendência de desregulação da economia mundial. Isso ocorre porque “a ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, é cada vez mais normada”, por conta da “preeminência da técnica em todos os aspectos da vida social”(SANTOS, 1996, p.182).

As premiações e certificações, bem como, as ações empresariais sofreram uma alteração constante ao longo do tempo: as temáticas de suas ações sociais. Essas temáticas partem desde tratar de educação e atuação junto a menores carentes, à inserção das ações mais atuais que são as

ambientais com investimentos em tecnologia de ponta e campanhas na comunidade localizada em da empresa. Há inúmeras premiações no Brasil, inclusive, premiações internacionais, dentre elas empresas que premiam empresas como prêmio ECO, da Câmara Americana de Comércio; empresa premiando iniciativas da sociedade civil, Prêmio Bem Beneficente; empresas premiando Estado, Prefeito Cidadão; Ong's que premiam empresa, Prêmio Investidor social; Estado premiando empresas, Selo Hebert de Souza e Selo empresa cidadã.

Em termos de certificações as primeiras medidas adotadas foram pela indústria química nos Estados Unidos, que criou uma associação certificadora para meio ambiente e trabalho, em 1985. A mesma certificação passou a ser adotada pela indústria química brasileira em 1992 (essa diferença de tempo entre a elaboração da certificação e adoção no Brasil vem sendo reduzida ao passar do tempo), passando da denominação original de “Responsible Care” para “Atuação Responsável”. As certificações internacionais têm sua criação concentrada a partir da década de 90, mas não são homogeneamente elaboradas, nem aplicadas. As características das normas em geral e, das certificações em particular, dependem do país onde foram elaboradas.

As Nações Unidas também influenciaram, através de suas políticas, a questão da certificação. Em 1997, diante da variedade de tipos de relatórios ambientais publicados pelas empresas, procurou-se padronizá-los através do *Global Reporting Initiative (GRI)*. O GRI é um grupo formado por representantes de empresas, ONGs, organizações e associações comerciais, que estabeleceu, em junho de 2000, a primeira versão das diretrizes para a produção de indicadores. Segundo essas diretrizes, os relatórios deveriam seguir três aspectos: econômico, ambiental e social, através dos quais o grupo avalia e extrai os indicadores, quando há análise destes três aspectos, é denominada *triple bottom line*, como forma de assegurar a preocupação da empresa com os três aspectos descritos (CHAMPION e GENDRON, 2004).

No âmbito da União Européia, a iniciativa de certificação internacional ocorreu em 1993, com o Eco-management and Audit Scheme (EMAS). Trata-se de uma certificação ambiental que poderia ser aplicada a empresas de qualquer tamanho e atividade. Essa certificação padronizou os sistemas de gestão e auditoria ambientais num momento em que não havia nenhuma certificação desse gênero. O numero de normas para obtenção de certificado reconhecidas internacionalmente na área ambiental, comprovam uma tendência da valorização, como as da série ISO 14000 da Organização Internacional de Padronização-ISO e o ‘Selo Verde’, e as que as antecederam nos mercados internacionais: “Blue Angel” na Alemanha, o “Green Seal” nos Estados Unidos, o “Environment Choice” no Canadá, os “Eco Mark” na Coreia do Sul e Índia, e a norma britânica BS-7750, de 1994. Há tendência de que as normas européias possuam um caráter mais institucional

(elaboradas ou recomendadas por organizações da sociedade civil ou mesmo por Estados), enquanto, as estadunidenses possuem um caráter voluntário (adotadas ou promovidas por empresas e algumas organizações internacionais) (CHAMPION e GENDRON, 2004).

4.3.1. A norma ISO 14000.

Historicamente, a ISO esteve direcionada para desenvolver normas técnicas como padrões sobre tamanhos de roscas e parafusos, sensibilidade de filmes fotográficos e formatos de folhas de papel. O movimento da ISO em relação à normalização de sistemas gerenciais, inicialmente na área da qualidade e depois meio ambiente, marca uma alteração no foco organizacional mudando das normas técnicas da engenharia para normas que possuem impacto direto nos demais setores das organizações e implicações para a sociedade e políticas públicas (MORRISON, 2000).

Em 1992, um grupo de assessoria denominado *Strategic Advisory Group on the Environment* (SAGE) foi criado para estudar as questões decorrentes da diversidade crescente de normas ambientais e seus impactos sobre o comércio internacional. O SAGE recomendou a criação de um comitê específico para a elaboração de normas sobre gestão ambiental, o Comitê Técnico 207 (TC 207). Em 1996, são editadas as primeiras normas sobre gestão ambiental a cargo do Subcomitê 1 (SC1): a ISO 14001 e 14004, ambas sobre SGA. Entre as vantagens apresentadas que leva as empresas a investirem em Sistemas de Gestão Ambiental podem ser citadas: redução de custos; possibilidade de conquistar mercados restritos, economia de recursos pertinentes a indenizações por responsabilidade civil, mais facilidade para obtenção de financiamentos junto a organismos internacionais de crédito como o Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e atendimento a legislação inerentes ao meio ambiente (BARBIERI, 2007).

Fazem parte dessa série 14000 as seguintes normas: 14001-especificações para o Sistema de Gestão Ambiental- SGA; 14004- diretrizes gerais; 19011- auditoria sobre Sistema de Gestão de Qualidade e SGA; 14020, 14021, 14024 e 14025, rotulagem; 14031 e 14032, avaliação de desempenho ambiental; 14040 a 14043 e 14047 a 14049 – análise de ciclo de vida; 14050, termos e definições; 14062, projetos ambientais; e 14063, comunicação ambiental (LEMOS, 2007).

A ISO 14001, norma de adesão voluntária, que compõe a série ISO 14000, descreve padrões de gestão ambiental a serem implantados pelas empresas, sendo a única passível de certificação.

Ela especifica às principais exigências para Sistemas de Gestão Ambiental, todos os elementos especificados na norma destinam-se a ser incorporados num Sistema de Gestão Ambiental. O nível de aplicação dependerá de fatores como: a política ambiental da organização, a natureza de suas atividades e as condições em que opera. Por isso, cada organização elabora sua política e objetivos que levem em consideração os requerimentos legais e as informações referentes aos impactos ambientais de seus serviços. Ela aplica-se aos efeitos ambientais que possam ser controlados pela organização e sobre os quais se espera que tenha influência. A Norma se aplica a qualquer organização que deseje:

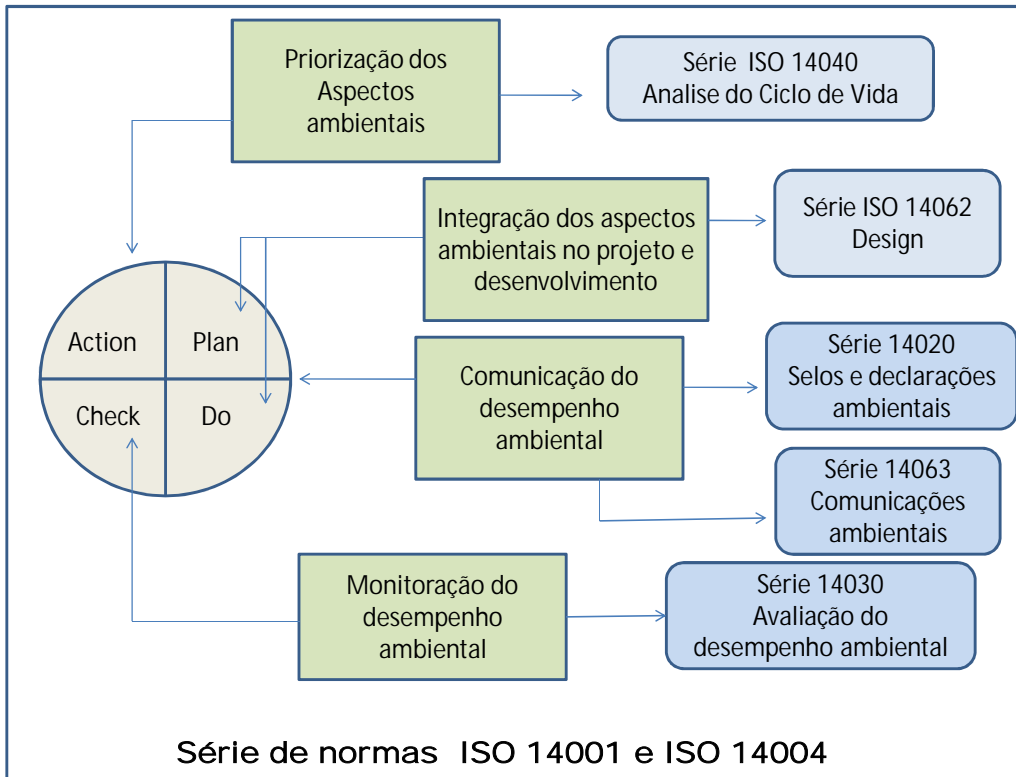
Implantar, manter e aprimorar um Sistema de Gestão Ambiental; e/ou assegurar-se do atendimento à sua política ambiental; e/ou demonstrar tal conformidade a terceiros; e/ou buscar certificação/registro do seu Sistema de Gestão Ambiental por uma organização externa; e/ou realizar auto-avaliação e emitir declaração de conformidade à norma. (Associação Brasileira De Normas Técnicas. Nbr ISO 14001: Sistema de Gestão Ambiental– diretrizes. Rio de Janeiro, 2004)

A certificação ISO 14001 tem respaldo internacional e dentro dessa cena política já está concretizada e creditada. Quando a mesma possibilita a abertura de novos meios de comercialização, objetiva assegurar ao consumidor produtos e meios de produção que sigam exigências de nível internacional, demanda auditorias para sua manutenção e aparece frequentemente nas comunicações midiáticas das instituições (o que pode indicar que a certificação alcança imagem positiva perante a opinião pública e os stakeholders de dada organização). O surgimento da certificação ISO 14000 com o estabelecimento de alguns termos e definições igualmente relacionados aos indicadores de desempenho ambiental, inicia uma tendência para que o perfil de indicadores seja estabelecido a partir de um tripé. Esse tripé é constituído por indicadores operacionais, gerenciais e de condição ambiental.

O núcleo desse tripé é concebido como um ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*). Todas as normas da gestão têm como base o ciclo PDCA, criadas para a gestão da qualidade e, que passou a ser utilizado para outros propósitos tornando-se uma espécie de modelo padrão de gestão para implementar a melhoria de modo sistemático e contínuo.

As normas citadas no quadro 2 são autônomas, podendo ser implementadas de modo isolado. Porém há uma expectativa de que os melhores resultados venham a ser obtidos na medida em que as normas sejam usadas de modo articulado, como mostrado a seguir em relação a implantação e manutenção de um SGA com base na ISO 14001 e ISO 14004.

Quadro 2: série das normas ISO 14001 e ISO 14004.



Por ser uma norma horizontal, não há requisitos absolutos para o desempenho ambiental, com exceção: do comprometimento, expresso na política ambiental, de estar em conformidade com os requisitos ambientais legais e outros por ela subscritos; prevenção da poluição; e com a melhoria contínua. Por isso, organizações com atividades similares e desempenho ambiental diferente podem atender aos requisitos dessa norma.

Assim, as normas legais estipulam o padrão mínimo de exigência, uma vez atendidos plenamente os requisitos legais, devem ser propostas metas com parâmetros de exigência superiores aos legalmente estabelecidos, como forma de dar sequência à melhoria contínua. Observamos neste ponto que os sistemas de gestão ambiental enfrentam diferentes patamares. Um enfocando a correção de rota a partir do momento em que busca cumprir acertadamente a legislação, outro enfocando a melhoria a partir do correto cumprimento legislativo buscando sua antecipação.

Outro fator que devemos atentar é que a norma ISO 14001 não é um atestado de excelência ambiental, mas sim, que seu objetivo é um modelo gerencial em busca da melhoria contínua, da qual sua base são as exigências legislativas. A norma ISO 14001, versão 1996, estabelece como sua

definição de melhoria contínua a melhoria do sistema ambiental e estabelece como patamar mínimo o atendimento legal e com as melhorias contínuas pode-se melhorar o desempenho. Portanto, em países com legislações ambientais menos rígidas, estar conforme a legislação não significa bom desempenho ambiental. Mas ao obter certificação para o seu SGA as empresas desses países estariam protegidas de barreiras e com melhores condições de competitividade.

4.3.2. Revisão da norma série ISO 14000.

Visando entender as divergências nacionais, eliminando o caráter pessoal dos especialistas presentes nas reuniões oficiais da ISO 14001, a ISO estabeleceu uma consulta às partes interessadas para verificar a real necessidade da revisão. Responderam ao questionário os seguintes países e entidades: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Indonésia, Itália, Irlanda, Japão, Malásia, México, Países Baixos, Polônia, República Checa, Reino Unido, Singapura, Suíça, e mais, *Environmental Protection Agency* dos Estados Unidos (USEPA), *Federation European Accountants*, *International Chamber of Commerce* (ICC), Ecologya (ONG de origem Russa). A pesquisa foi consolidada no documento ISO/TC207/SC1/N248 de 08/05/2000 e os 258 comentários classificados em itens da norma. Este documento serviu de base para o início do processo de revisão da norma.

A preocupação com a compatibilidade entre as normas ISO 14001 e ISO 9001 também foi o escopo do documento ISO/TC207/SC1/N180: *Report of the ISO/TC176/SC2 and ISO/TC207/SC1 Joint Task Group*, emitido pelo grupo tarefa de harmonização entre as normas, estabelecido formalmente pelo *Technical Management Board* (TMB), órgão técnico máximo da ISO. Segundo esse relatório o principal problema de compatibilidade estava no conceito de processo da nova ISO 9001:2000 contra orientação pelo ciclo da melhoria contínua da ISO 14001:1996. Essa diferença conceitual na prática, entretanto, apresentou um viés, já que, pode-se montar uma espiral de melhoria contínua em cada processo da qualidade organizacional. Com base nas preocupações do TMB, na pesquisa da ISO e seus 258 comentários e nas consultas nacionais, a revisão da norma foi aprovada considerando-se algumas condições limitantes à revisão do texto, justamente para harmonizar posições tão diversas entre países²⁰.

²⁰ Informações disponíveis nos relatórios ISO/TC207/SC1/N259R2, ABNT Comitê 38, de participação dos especialistas da ABNT nas reuniões do TC 207, nas reuniões de Washington DC, em 1999, e Estocolmo, em 2003. Disponível no sítio: http://www.abnt.org.br/imagens/certificacao/comite_de_imparcialidade.pdf, acesso em 03/03/2009.

Essa revisão da norma enfatiza a adaptação do programa ambiental com a realidade de cada organização e apresenta um escopo de indicadores a serem relevados pelos dirigentes que incluem: avaliação de desempenho ambiental, avaliação de ciclo de vida, auditoria ambiental, comunicação ambiental, rotulagem ambiental.

Os indicadores detêm características intersetorial, no momento em que está relacionado a setores como transporte, energia, trabalho, mede indiretamente produção de bens e consumo de recursos naturais. A utilização de indicadores para medição e síntese de um dado é usado por vários modelos de gestão ambiental, como os acima descritos: ISO 14001, ISE, Indicadores de responsabilidade social empresarial Ethos. Como definição, um indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, tendo como característica principal a de poder sintetizar diversas informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados.

Para estabelecer as diretrizes para um processo de avaliação da performance ambiental de sistemas de gestão ambiental, foram criadas as normas ISO 14031 em 1999 (revisada em 2004) e ISO 14032 também em 1999. As normas estabelecem e fornecem: ISO 14031, diretrizes para a avaliação do desempenho (performance) ambiental, ela inclui ainda exemplos de indicadores ambientais; e ISO 14032, exemplos de avaliação do desempenho ambiental.

A análise do ciclo de vida, ou seja, durante a existência da empresa, é um processo criado com o intuito de avaliar os impactos ao meio ambiente e a saúde provocada por um determinado produto, processo, serviço ou outra atividade econômica. A análise abrange todo o ciclo de vida de um produto/processo/atividade aborda. Para incentivar entidades oficiais e empresas privadas e públicas a abordarem os temas ambientais de forma integrada durante toda a sua existência, o subcomitê, criou diversas normas.

No que diz respeito à execução de auditorias ambientais, a ISO desenvolveu três normas: ISO 14010, ISO 14011 e ISO 14012, em 1996, que foram substituídas, em 2002, pela norma ISO 19011 que se refere a guias sobre auditorias da qualidade e do meio ambiente. Em 2001, foi desenvolvida a ISO 14015, revisada em 2003, que refere-se às avaliações ambientais de localidades e organizações. Relativas à comunicação ambiental, o subcomitê desenvolveu duas normas: ISO/TC 207/WG 4, que estabelece diretrizes e exemplos para a comunicação ambiental; e ISO 14063, estabelece o que foi definido sobre comunicação ambiental.

O subcomitê desenvolveu normas relativas as mudanças climáticas na Terra. Que são a ISO/TC 207/WG 5, estabelecida para a medição, comunicação e verificação de emissões de gases

do efeito estufa, a nível de entidades e projetos; a ISO/TC 14064 (parte 1), relativa aos gases do efeito estufa, diz respeito a especificação para a quantificação, monitoramento e comunicação de emissões e absorção por entidades; a ISO/TC 14064 (parte 2), relativa aos gases estufa, especificação para a quantificação, monitoramento e comunicação de emissões e absorção de projetos, e a ISO/TC 14064 (parte 3), relativa aos gases estufa, especificação e diretrizes para validação, verificação e certificação.

Pode-se utilizar à série de normas de análise do desempenho ambiental para acompanhamento com indicadores ambientais dos compromissos de melhoria contínua previstos pela política ambiental. Avaliação do Desempenho Ambiental é um processo permanente de coleta e análise de dados e informações para verificar a situação atual das questões ambientais pertinentes à organização e prever as tendências futuras, com base em indicadores previamente estabelecidos. A ISO 14031 apresenta diretrizes para selecionar e utilizar indicadores ambientais para avaliar o desempenho ambiental de organizações, enquanto a ISO 14032 apresenta exemplos de aplicação desse instrumento²¹.

4.3.2.1. O Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT/CB 38.

Em virtude da impossibilidade da ABNT criar, em 1994, um Comitê Brasileiro para acompanhar o desenvolvimento das normas da Série ISO 14000, foi criado com o apoio da ABNT o Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (GANA), com o objetivo acompanhar e analisar os trabalhos desenvolvidos pelo ISO/TC 207 e avaliar o impacto das normas ambientais internacionais nas organizações brasileiras.

O GANA, através de uma participação nos trabalhos do ISO/TC 207, foi o responsável em cuidar dos interesses da indústria brasileira em conta no desenvolvimento da Série ISO 14000. No final de 1998, o GANA encerrou suas atividades, e em abril de 1999 a ABNT criou o Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental – ABNT/CB-38, que substituiu o GANA na discussão e desenvolvimento das normas ISO 14000 a nível internacional e na tradução e publicação das

²¹ Todas as informações referentes a norma ISO 14000, apresentadas no item 5.4.1. Revisão da norma ISO 14000 foram retiradas do relatório ISO/TC207/SC1/N248 de 08/05/2000, disponível no sítio <http://www.iso.ch/iso/en/prods-services/otherpubs/Members.html>. Em acesso 09/03/2009.

normas brasileiras correspondentes. O ABNT/CB-38 foi criado com estrutura semelhante ao ISO/TC 207 e seus Subcomitês.

Em 2001, o Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental- ABNT/CB-38 decidiu criar um grupo para elaborar a interpretação oficial brasileira de pontos polêmicos de entendimento da norma NBR ISO 14001, de 1996. Esta decisão atendeu à orientação do TC-207 - Comitê Técnico em Gestão Ambiental da ISO. Com a publicação da nova versão da ISO 14001, em 2004, algumas das questões originalmente tratadas neste documento foram esclarecidas pela nova redação dos requisitos, como uma maior preocupação em tornar mais evidente a necessidade de que o esforço pela melhoria contínua traga um melhor desempenho ambiental e, principalmente, destaca-se a importância de evidenciar, com o auxílio de indicadores, estes resultados ambientais alcançados. A intenção da norma é que os aspectos ambientais novos e atuais sejam identificados e avaliados²².

Certificação dos sistemas de gestão ambiental é realizada por meio de auditorias de terceira parte, ou seja, realizada por organizações independentes, que não têm negócios com a organização certificada – exceto pelo contrato de certificação propriamente dito. Essas independentes são chamadas organismos certificadores. E as organizações de nível federal certificam unidades individuais primeiro para depois expandir o escopo da certificação para outras unidades. Se, por um lado, as informações empresariais circulam facilmente através das bases técnicas proporcionadas pelo período atual, como a atuação das empresas de consultorias, que trabalham com informações a serviço de grandes corporações. A partir do momento em que a responsabilidade social ingressa na estratégia lucrativa das grandes empresas, torna-se fundamental a produção de modos de fazer, indicadores do ‘desempenho social’, as consultorias passam a se configurar agente privilegiado de difusão desta psicofera empresarial.

Na direção de experiências estrangeiras com certificações e investimentos socialmente responsáveis e instrumentos financeiros no mercado internacional, que trabalham com índices/indicadores, no Brasil, destacamos: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organização não-governamental que iniciou suas atividades em 1998, os indicadores “Ethos de Responsabilidade Social Empresarial”, cujo objetivo é fornecer para as empresas uma ferramenta para a gestão da responsabilidade social; e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, índice de ações que sejam um referencial para os investimentos socialmente responsáveis.

²² As informações referentes ao Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT/CB 38, foram retiradas dos sítios: <http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/iso14000.html> e <http://www.iso.ch/iso/en/prods-services/otherpubs/Members.html>. Em acesso 10/01/2010.

BM&BOVESPA é o órgão responsável pelo desenvolvimento do ISE e pelo cálculo e gestão técnica do índice.

O índice constitui ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa. Os indicadores- dimensões analisadas pela ISE foram discutidas e elaboradas pelo Conselho²³ do ISE. Uma das principais inovações do processo definidas desde 2007 foi a inserção de uma análise qualitativa dos documentos de verificação enviados pelas empresas. As seis dimensões do Índice de Sustentabilidade Empresarial: dimensão geral (critérios relacionados à transparência por meio do balanço social e relatório anual, critérios de consistência das diretrizes, critérios de utilização de informações pertinentes aos clientes, critérios que avaliam o quanto a empresa está exposta a sanções judiciais ou administrativas), governança corporativa (critérios de propriedade, proteção dos minoritários, transparência na divulgação de informações; conselho de administração, sua estrutura, atividades e remuneração; critérios de qualidade na gestão; e, critérios de condução e tratamento dos conflitos de interesse), dimensão econômico-financeira (desempenho financeiro e lucratividade e os critérios de cumprimento das normas legais de apresentação dos resultados), dimensão ambiental unificada (verifica a existência de política corporativa ambiental; critérios de responsabilidade socioambiental, e gerenciamento e monitoramento das políticas socioambientais), dimensão social(critérios relacionados às relações de trabalho e formas de discriminação, critérios de conduta empresarial, relações com o público interno e externo)²⁴.

O questionário sobre indicadores de responsabilidade social empresarial do Instituto Ethos apresenta o objetivo de ser instrumento de avaliação para as empresas. A empresa interessada em avaliar suas práticas de responsabilidade social e se comparar com outras empresas poderá responder os Indicadores Ethos e verificar quais os pontos fortes da gestão e as oportunidades de melhoria. Trata-se de uma ferramenta de uso essencialmente interno, que permite a avaliação da gestão no que diz respeito à incorporação de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e do monitoramento do desempenho geral da empresa. Os indicadores abrangem os temas: Valores, Transparência e Governança, Público Interno, Meio Ambiente,

²³ O conselho deliberativo presidido pela BM&BOVESPA é formado pelas organizações ABRAPP, ANBID, APIMEC, IBGC, IFC, PNUMA e Ministério do Meio Ambiente, como já descrito no item 2.2.

²⁴ As informações referentes ao ISE foram retiradas dos sítios <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Opcao=0&idioma=pt-br> e http://www.richieri.com/wp-content/uploads/2009/09/ISE_Questionario2009.pdf. Em acesso 03/10/2008.

Fornecedores, Consumidores e Clientes, Comunidade e Governo e Sociedade²⁵. As empresas respondem ao questionário via internet.

Nesse cenário de regulação via normas ambientais, a entrada das organizações de administração estatal, tais como as de saneamento, marcam uma nova fase das certificações, em especial o sistema de gestão ambiental- ISO 14001, uma vez que foram desenhadas para o setor privado. A certificação, nesse caso, serviria tanto para aqueles que defendem a manutenção dos serviços de saneamento nas mãos do poder público e que tal apresente uma preocupação com a prevenção como com os danos que podem causar, quanto para valorizar a empresa no momento da entrada de capital privado.

A discussão da participação privada na gestão da água, em particular, da prestação de serviços de saneamento está permeada (pautada) pela ideia de maior eficiência global do setor, pelo aumento da concorrência entre operadores públicos e privados, com o reforço cifrado a respeito das virtudes do mercado e das ‘falhas dos governos’. Tais argumentos aparecem em publicações do Banco Mundial, no semanário britânico *The Economist* e Conselho de Washinton (VARGAS, 2005). Claro que, o comportamento dos operadores privados também depende de fatores como a qualidade da legislação que enquadra a concessão, do contrato, da autonomia das entidades reguladoras, do capital social presente nos municípios ou regiões e no formato de entidades as sociedade nos assuntos de interesses coletivos. Assim, a governabilidade da água²⁶ representa um conjunto de mecanismos institucionais (políticos, administrativos, jurídicos e éticos) orientados para a eficiência das empresas de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana), em que nessa eficiência pese o acesso a esses serviços. Apesar de que para esse trabalho a questão não está em apresentar pontos positivos ou negativos dos serviços de saneamento com investimento privado, não podemos deixar de levantar que a questão se encontra no alcance social e nas alternativas públicas com a participação da sociedade.

²⁵ As informações referentes aos indicadores ETHOS foram retiradas do sítio http://www.uniethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/autodiagnostico_setorial/. Em acesso 03/10/2008.

²⁶ As formas de uso da água começaram a suscitar discussões nos meios acadêmico e técnico-profissional sobre como minimizar seus decorrentes problemas e conflitos que envolvem não só setores usuários diferentes, como também os interesses de unidades político-administrativas distintas. Consideramos a questão da água e do acesso a ela deve ser expressa de forma política, econômica e administrativa (reconhecendo que existe uma mútua relação entre distribuição econômica, distribuição ecológica e distribuição do poder político), mas também ética e social, sem é claro forçar separações entre esses ‘mundos’, por não acreditar que tenhamos de um lado o mundo social ou político, e , de outro, aquele da objetividade econômica.

4.4. MÉTODO

Ao escolher a temática ambiental para este estudo, focado nas certificações ambientais, e questionar-se quais são os indicadores socioambientais mais substanciais na implementação de um programa ambiental, chegamos a conclusão que os métodos citados por Gil (1999) seriam os mais pertinentes para o alcance dos objetivos. Gil (1999, p.42-43) classifica as pesquisas em três grupos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos, e por dois enfoques, quantitativos e qualitativos. Esta pesquisa insere-se na classificação de descritiva-analítico-qualitativa, que apresenta as características de um determinado fenômeno e o estabelecimento de relação entre as suas variáveis.

Para tanto foram elaborados e analisados questionários, criando assim um método que valorize e priorize uma hierarquia entre as variáveis dos indicadores socioambientais, estabelecida dentre vozes constituintes da cena ambiental, com o objetivo maior de verificar quais os valores intrínsecos a dado programa. Para tanto colher o valor que qualifica tal acontecimento, faz-se o instrumento analítico da relação entre a empresa e as variáveis que ela privilegia, e a partir do pressuposto de que essas variáveis agenciadas em seu discurso constroem o modelo cultural da organização é que se deve pensar a questão de ressignificação da temática ambiental nas empresas.

Com o surgimento da certificação ISO 14000, que estabelece alguns termos e definições igualmente relacionadas aos indicadores, há uma tendência para que o perfil de indicadores seja estabelecido a partir de um tripé. Esse tripé é constituído por indicadores operacionais, gerenciais e de condição ambiental.

A priorização dos indicadores socioambientais, para o primeiro questionário (ligado ao objetivo específico 1), foram analisados e comparados partiram da leitura de documentos em que as certificações ambientais eram expostas, por métodos criadas e tidas como sugestões de avaliação para as empresas, como:

- Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE (ABRAPP, ANBID, APIMEC, IBGC, IFC, PNUMA e Ministério do Meio Ambiente – criaram um índice de ações que seja um referencial para os investimentos socialmente responsáveis. Essas organizações formaram um Conselho Deliberativo presidido pela BOVESPA, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento do ISE. A Bolsa é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice)²⁷;

²⁷ Os questionários aplicados as empresas certificadas pela ISE, está disponível em: http://www.richieri.com/wp-content/uploads/2009/09/ISE_Questionario2009.pdf

- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, cujo objetivo é fornecer para as empresas uma ferramenta para a gestão da responsabilidade social²⁸.

O questionário um (anexo 1) objetivou de dentre vários indicadores socioambientais retirados de pesquisas em certificações ambientais, se eleja os considerados mais importantes para implementação de um programa empresarial. Esse questionário 1 foi aplicado entre os atores:

-pesquisadores associados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade- ANPPAS;

-profissionais liberais que trabalhem na área ambiental,

-organizações não-governamentais ligadas à temática ambiental,

- órgãos ambientais estatais,

- empresas estaduais de saneamento (que não possuam certificações ambientais).

Os indicadores foram divididos no tripé gerencial, operacional e condição ambiental (baseado no tripé utilizado pela ISO 14001), divididos em requisitos: comunicação, políticas ambiental, objetivos/metapas/programas, preparação e resposta à emergências e riscos, variáveis internas, variáveis externos, aspectos físico-ambientais, monitoramento e medição. O uso dos indicadores socioambientais apresenta-se bastante viável, necessitando então do desenvolvimento de um modelo e de uma hierarquização, que vai além do monitoramento, pois deve considerar a integração com outros indicadores, que traz em si uma carga metodológica.

Uma carta de encaminhamento (em anexo 1 e 2 com os questionários), explicativa dos objetivos da pesquisa foi enviada juntamente com os questionários. O entrevistado atribuiu nota de cinco a dez a cada variável dos indicadores, as notas foram dividiram conforme quadro 1 e a frequência que deveriam ser analisados, quadro 2:

Quadro 1: classificação do indicador de acordo com sua nota atribuída.

Indicador	Nota atribuída
Ruim	5,01 a 5,99

²⁸ Os questionários aplicados as empresas certificadas pela ISE, está disponível em http://www.ethos.org.br/Uniethos/documents/IndicadoresEthos_2009_port.pdf

Razoável	6,00 a 6,99
Bom	7,00 a 7,99
Muito Bom	8,00 a 8,99
Excelente	9,00 a 10,00

Quadro 2: frequência que as variáveis devem ser analisadas.

FREQUENCIA	CÓDIGO
Mensal	M
Trimestral	T
Semestral	S
Anual	A
Dois a cinco anos	D
Única vez	U

No caso de não saber avaliar a pessoa pode assinalar na coluna: não sabe.

O segundo procedimento é a elaboração do questionário (2) para coletar dados que auxiliem na investigação e análise dos indicadores. Partimos do recorte de empresas que trabalham, em foco, com recursos hídricos.

A partir da análise dos questionários fizemos uma lista hierarquizada e, posteriormente, a intersecção com o segundo questionário (anexo 2). E que através da comparação e análise de ambos se identifique o valor dos indicadores socioambientais.

Com a formação de um banco de dados a serem relevados em parâmetros de comparação, interseccionamos indicadores considerados, para esse trabalho, como ideais e passíveis de implementação (coletados a partir do questionário 1), e os indicadores apresentados pela empresa certificada com a ISO 14001 e as possíveis mudanças na cultura organizacional. Essa estratégia

facilita a verificação das inconsistências encontradas no que as empresas apenas apresentam como valor aplicado em seu programa.

Apresentamos duas sequências de quadros, optamos pela análise comparativa entre os resultados dos questionários aplicados aos cinco grupos com aquele aplicado à empresa de saneamento certificada pela ISO 14001. Ao entender que os quadros possuem uma estreita relação entre si, o que nos permite obter uma análise a partir dos principais indicadores considerados pelos grupos e pela empresa, apresentamos nossas considerações sobre as respostas dos grupos e as ações da empresa e a intersecção para chegarmos aos indicadores privilegiados, ou seja, os que servem de fundamento conforme a natureza da relação aplicado aos seus devir's, o que acabam por promover uma ordenação dos requisitos que as empresas, interessadas em implementarem certificações fomentam, valoram.

4.5. ANÁLISE.

Tratado na parte teórica que compõem este trabalho, as certificações como uma das propriedades e, portanto, das vozes que constituem uma esfera de articulação do valor ambiental. Isto é, uma rede de variáveis que costura setores e a partir dos interesses para os quais foram pensados materializa as relações das empresas com suas partes.

Primeiramente há de se destacar que análise dos indicadores das certificações parte de um recorte dado por essas mesmas certificações, uma vez que o escopo de indicadores foi retirado delas. Outro ponto relevante é que a frequência se faz importante exatamente pelo objetivo de melhoria continua apontado pela certificação, principalmente a ISO 14001, sendo assim, a frequência que certo indicador e suas variáveis devem ser averiguados/analizados/medidos, para que sua manutenção e melhoria possam ser constatadas, bem como, a forma de privilegio que é dada a certa variável, pois não pode ser tornado valor se não mantida e consagrada, pois é nesse instante que temos um modelo cultural, um modo de fazer privilegiado.

Indicadores socioambientais implicam, na forma como tratamos aqui, em exprimir uma escolha, que ao serem privilegiados os tornam valor como indícios formalizantes de um modo de constituir-se. Pois, mesmo que enquadrados nos pré-requisitos de sistema de gestão ambiental possuem uma estreita relação com outros fatores de cunho não obrigatório. Nesse sentido, a construção do modelo de cultura empresarial que incorpora indicadores de sustentabilidade social e ambiental e/ou que mesmo propõe novos indicadores de desempenho expressa uma prática que se insere/inscreve na própria complexidade das relações que se organizam no espaço.

Para a hierarquização feita pelos grupos (dos quais cada grupo respondeu três questionários), apresentamos (para facilitar a comparação e relação entre as respostas) em quadros nos quais:

G1- grupo dos pesquisadores associados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade- ANPPAS;

G2- grupo de organizações estatais ambiental;

G3- grupo das Organizações não-governamentais;

G4- grupo das empresas estaduais de saneamento;

G5- grupo de profissionais liberais que trabalhem na área ambiental.

Tais grupos responderam ao questionário 1.

O questionário 2 aplicado a empresa de saneamento certificada com a ISO 14001, com as variáveis em hierarquia conforme a nota dada, respectivamente para cada indicador. Apresentamos os quadros em ordem hierárquica de importância (pela notas) segundo os grupos acima descritos, por suas notas e frequências, as quais já foram interseccionadas para chegarmos a um resultado por grupo.

No quadro referente indicador em desempenho gerencial requisito comunicação (quadros 1), verificamos que os respondentes do questionário 1 consideram ser o relacionamento da empresa com o público de interesse/stakeholders um importante fator concernente às responsabilidades que uma empresa precisa contemplar no contexto atual. Constata-se o privilégio dado à variável ética no tratamento das informações com as quais a empresa tem que manipular: canal para informações a fim de promover a interação com os stakeholders; transparência nas demonstrações financeiras; e práticas sociais e ambientais responsáveis, inclusive com políticas específicas para com as mesmas. Valores éticos recaem diretamente no campo dos interesses, no sentido de que se trata de como algo é feito ou deixado de fazer porque fere tais princípios, como que impactos as práticas das empresas podem ter efeitos para os sujeitos.

Nessa perspectiva, as variáveis são hierarquizadas pelos entrevistados ressaltado o compromisso das empresas com os “direitos” dos sujeitos que fazem parte de seu campo de relações. Além da variável de caráter ético em referência ao tratamento com fornecedores e a sociedade em geral, encontram-se considerações sobre o tratamento da questão ambiental pela empresa, ou seja, da divulgação das práticas ambientais nos veículos de comunicação. Dentre os princípios dessa ética da comunicação averiguamos, também, o tratamento dado ao risco que determinadas informações podem acarretar para a sociedade, incluindo a menção a grupos específicos como crianças e outros em estado de vulnerabilidade. Reiteramos, nesse caso, o caráter

de abrangência dos indicadores de desempenho empresarial para além das técnicas de produção e seu alcance como técnica da política, no tocante ao complexo das relações sociais.

Assim, considerando que não há disparidade considerável entre as respostas dos grupos entrevistados para o indicador do requisito comunicação, como pode ser percebida na hierarquia das variáveis, concluímos que a existência de canais de interação com o público, que possibilite o encontro das partes, constitui-se um dos pilares desse processo de ordenação das relações empresarias com a sociedade. Sua dinâmica de ações abrange toda a cadeia produtiva, transversando as práticas dos fornecedores, consumidores e o retorno à empresa dos efeitos de suas práticas.

Nesse aspecto, referente às variáveis de comunicação as ações empresariais apontadas pelos atores sociais entrevistados e pela empresa certificada pela ISO 14001 nos permitem verificar a relevância/tendência de uma prática de relacionamento aberta para o público de influência, no sentido de que os limites da ação empresarial extrapolam os interesses diretos do mercado no que concerne ao fator mercadoria (produção- consumo). Entre essas medidas destaca-se, por exemplo, aquelas tidas de caráter espontâneo, uma vez que a sua realização não diz respeito a uma exigência legal. A ação empresarial amplia-se para além das medidas estipuladas em leis que regem a produção e a relação empresa-consumidor. Em outras palavras, percebe-se a valorização de práticas concebidas como espontâneas o que vai ao encontro do tratado na parte teórica, da construção de uma psicofera de práticas sociais, como as ações de responsabilidade social e/ou ambiental que as empresas incorporaram, em um movimento que estabelece uma inserção não somente de ordem prática, mas de ordem moral.

O cruzamento das variáveis privilegiadas no questionário 1 com as do questionário 2, atinente ao indicador comunicação, expõe que o respondente do questionário 2 considera de grande importância o tratamento dado pela imprensa ao seu desempenho ambiental. Isso expressa o cuidado da mesma em evidenciar suas práticas para o público, ou seja, trata-se da publicização das práticas privadas das organizações empresariais. Destarte, esse campo de relações parece não ter apenas o objetivo de informar à sociedade as ações empresariais, mas também que existe uma influência desses públicos sobre a empresa, ou seja, a imagem construída e/ou tida pelos seus stakeholders e que perpassam pelas mídias.

Essa questão indica, também, que a imagem, nesse sentido, torna-se estratégica para a empresa quando essa busca uma legitimidade de suas ações, uma “licença social” em âmbito geral, uma vez que as variáveis apresentadas e hierarquizadas em ambos os questionários abrangem as questões sociais para além de um determinado grupo de consumidor.

As respostas semelhantes de atores diferentes em um questionário padrão podem significar que as variáveis destacadas venham, de fato, a constituir-se como elemento de um processo de ordenação das relações entre as empresas e as sociedades – ou melhor, entre as empresas e o espaço que ela integra. Outro ponto de destaque na resposta dos grupos (questionário 1) é o tratamento muito aproximado dado à importância da empresa comunicar seus valores socioambientais nas suas práticas internas, bem como, na interação que constrói com a comunidade nesse quesito.

O tratamento dos interesses da empresa num cenário público pode indicar se não a existência, pelo menos uma tendência, a constituição de um espaço de interação para atuação dos sujeitos no jogo de interesses, em que a certificação propõe à empresa um agenciamento de interesses. Não se trata nesse caso, da defesa desse espaço, da dimensão positiva ou negativa disso acontecer pelo veículo midiático, mas da constatação de que como práticas dos sujeitos, isso se inscreva como realidade.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA					FREQÜÊNCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
Compromisso de ética na gestão das informações privilegiadas ou de caráter privado obtidas durante os processos da empresa com seus diversos públicos (clientes, empregados, fornecedores etc.).	E	E	MB	MB	E	A	M	M	M	A
Mecanismos que evitem a veiculação de informação ou comunicação publicitária enganosa ou abusiva e, em particular, que incite a violência, explorem o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança ou de outros grupos vulneráveis, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o público a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.	MB	E	MB	MB	MB	M	A	M	M	S
Canal para comunicações anônimas, com garantia de sigilo, que se destina a receber denúncias, dúvidas e sugestões, práticas relativas a controles internos, contabilidade ou auditoria, bem como as relativas ao cumprimento de seu Código de Conduta que possam acarretar prejuízos aos princípios e interesses da companhia, de suas subsidiárias e de seus acionistas (0800, SAC, website, outros).	E	MB	B	B	MB	M	M	M	M	A
Divulgação de atividades consideradas de Desenvolvimento Sustentável (pela empresa), compromissos que possam ser comprovados por meio de documentos, que estejam diretamente relacionados ao conceito.	MB	B	MB	MB	MB	M	S	M	M	A

A companhia possui procedimentos formais para recebimento, registro e resposta as demandas de partes interessadas com relação à saúde e segurança no trabalho.	MB	B	NS	B	E	A	T	NS	M	A
Divulgação das demonstrações financeiras seguindo normas internacionalmente aceitas, além do padrão contábil brasileiro.	E	B	MB	Raz	MB	A	A	A	M	A
Atualiza sempre que necessário o material de comunicação destinado aos consumidores/clientes (rótulos, embalagens, bulas, manuais de operação, instruções de uso, termos de garantia e peças publicitárias, entre outros) para tornar mais transparente o relacionamento e mais seguro o uso de seus produtos.	MB	Raz	MB	B	MB	NS	A	A	M	S
Publicação de relatório e parte integrante do principal relatório corporativo (Relatório Anual), compondo um único documento.	B	E	MB	B	Razo	A	A	A	M	A
Interage com seus fornecedores e distribuidores estimulando-os a adotar uma postura responsável em relação à comunicação voltada para o público infanto-juvenil.	B	MB	B	MB	Rui	M	A	M	M	A
Ao participar da elaboração, avaliação, implantação ou monitoramento de políticas públicas, a companhia se manifesta por meio de propostas ou posicionamentos formais e publicamente divulgados.	MB	B	B	B	B	M	M	M	M	M
Divulgação da remuneração do Conselheiro de Administração e da Diretoria.	Rui	B	B	MB	B	A	T	M	M	M
Divulgação no Relatório de Sustentabilidade das proporções entre o maior e menor salário pago.	Rui	Raz	B	Raz	B	M	A	S	M	A

Quadro 1(questionário 1). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Comunicação.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Reportagens da imprensa sobre o desempenho ambiental da organização	MB	S
Divulgação das demonstrações financeiras em Balanço Social.	MB	A
Mecanismos que evitem a veiculação de informação ou publicidades enganosa ou abusiva.	MB	A
Inserções positivas espontâneas na mídia.	MB	M
Canal para comunicações: sugestões, reclamações, denúncias aberto aos diversos públicos.	B	M
Divulga seus compromissos éticos por meio de material institucional, pela internet ou de outra maneira adequada às suas partes interessadas.	B	A
Canal para consultas ou comentários sobre questões relacionadas ao meio ambiente	B	A

Quadro 1(questionário 2). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Comunicação.

O indicador em desempenho condições ambientais requisito política ambiental (quadros 2) é constituído por variáveis que inter cruzam outros indicadores (interdiscursividade), como: comunicação, variáveis externas e internas, dimensão operacional com aspectos físico-ambientais. Constata-se a valorização dada às variáveis que figuram como obrigatórias em caráter legislativo, assim como a relação com seus stakeholders (fornecedores, diretoria, empregados), além das práticas de cunho espontâneo. Isto é, em ambos os questionários foram consideradas as variáveis de adequação legal como as mais importantes. Pesa, no quadro de indicador da política ambiental, o fato de incluir variáveis de dimensão operacional com aspectos físico-ambientais, pois além da responsabilidade social incorporada a tal política, procedimentos técnicos são imprescindíveis como condição padronizada de obtenção de certificações.

Nesse aspecto, as variáveis expressam que mesmo a empresa buscando uma lógica de funcionamento operacional interno, as exigências de um sistema de gestão ambiental certificado extrapolam os limites da produção ou dos serviços prestados para uma escala mais ampla no contexto social. As considerações dos grupos entrevistados mostram uma preocupação com a dimensão social da política ambiental, perceptível pela forma de hierarquização das variáveis. O que pode expressar, mais uma vez, a inserção das empresas na psicosfera atual de consagração de ações que privilegiam práticas de cunho social, como destacado ao longo da abordagem teórica desse trabalho.

Para a empresa certificada (respondente do questionário 2) embora não sejam identificados conflitos com os grupos de entrevistados (respondentes do questionário 1) existe diferença na hierarquização das variáveis, pois para a primeira as variáveis de caráter técnico-operacional ocupam grande parte da sua preocupação. Não obstante, a variável que observa o alcance da política ambiental de toda a cadeia da organização – quando atesta a validade de que as políticas e procedimentos relativos à sustentabilidade ambiental sejam implantadas em todas as unidades e controladas da companhia foi estabelecida como mais importante. Isso pode indicar que esse princípio norteia as demais variáveis elencadas, de caráter mais pontual. No caso dos grupos entrevistados, com exceção das empresas estatais de saneamento, a variável que contempla o comprometimento de não utilização de material de procedência “não sustentável” é tida como a mais importante. Ressalvamos, ainda, que algumas diferenças entre os dois questionários devem-se, em parte, ao fato de apresentarmos algumas variáveis diferentes para o quadro de indicadores da

empresa, posto que nesse caso trata-se de uma análise direta da sua política de gestão ambiental para fins de certificação.

Verificamos, ainda, uma preocupação dos entrevistados – de ambos os questionários - quanto à abrangência escalar dos indicadores de sustentabilidade socioambiental. O fator escala corresponde a um processo recorrente nas questões envolvendo política ambiental, não apenas dos acordos de comércio que regulam as certificações, mas também das relações internacionais entre os países. Isso implica que a empresa que busca uma adequação às normas ambientais precisa cada vez mais lidar com questões fora do local, uma vez que o fator ambiental toma a proporção de uma ordenação em escala global. O mesmo pode ser dito, também, a um espraiamento das questões ligadas aos direitos humanos em escala internacional, em especial pela atuação de organizações atuando nessa escala, fator esse que exerce influência na política de ação de grandes empresas. Os quadros dos indicadores “variáveis externas” e de “objetivos, programas e metas” da empresa também corroboram essa ideia, uma vez que as principais variáveis consideradas no questionário 2, e também privilegiadas pelos grupos de entrevistados, contemplam uma preocupação escalar com questões ligadas aos direitos humanos e de grupos sociais específicos ligados à algum fator de discriminação.

Grupos entrevistados como os de pesquisadores, profissionais autônomos da área ambiental, organizações não-governamentais e organizações estatais da área ambiental consideram além da abrangência de escala das ações empresariais, aquelas diretamente comerciais, como a procedência dos materiais utilizados até a relação final com os consumidores. Cita-se, por exemplo, a não aquisição de material procedente de atividade de “caráter ilegal” e/ou de critérios socioambientais não aceitos.

Identificamos na hierarquização das variáveis, principalmente na empresa certificada, tendência para a constituição de um espaço das relações de produção ordenado pelas regras e normas de certificação ambiental. Isso está presente na indicação de que fornecedores e prestadores de serviços atendam a critérios “ambientalmente corretos” e, principalmente, que possuam sistema de gestão ambiental implementado ou certificados. No caso dos fornecedores, por exemplo, enfatiza-se como critério da empresa que os mesmos sejam certificados por normatização ambiental.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DE CONDIÇÃO AMBIENTAL	NOTA					FREQUÊNCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
Tem política explícita de não-utilização de	E	E	MB	Raz	E	A	M	M	M	A

materiais e insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, produtos florestais não-madeireiros, animais etc.).										
A política ambiental é formal, de conhecimento de todos os empregados e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	MB	E	MB	Raz	E	M	M	M	M	A
Política de compras que inclui critérios socioambientais na seleção e desenvolvimento de fornecedores de bens e serviços.	B	E	MB	B	E	T	M	M	M	S
Instrumento formal estabelecendo que suas políticas e procedimentos relativos a sustentabilidade ambiental sejam observados em todas as suas unidades e controladas, independentemente dos países ou regiões em que se localizem ou atuem.	E	MB	E	Raz	MB	A	M	M	M	S
Possuir uma diretoria que se reporte diretamente a alta direção da companhia e com atribuição de tratar questões ambientais.	MB	MB	E	Raz	MB	A	M	M	M	A
Incorpora critérios específicos com relação a mudanças climáticas em sua política socioambiental de avaliação de crédito/risco.	B	E	B	MB	B	M	A	A	M	NS
Comitê de Sustentabilidade ou de Responsabilidade empresarial formalmente estabelecido.	MB	MB	NS	B	MB	A	NS	NS	M	A
Política socioambiental de avaliação de crédito/risco.	B	NS	B	E	MB	D	A	A	M	A
Possui seguro para degradação ambiental decorrente de acidentes em suas operações.	B	E	MB	B	B	M	A	A	M	A
Utiliza estudos, pesquisas e o apoio de especialistas para melhor fundamentar a resolução de dilemas éticos, socioambientais.	MB	Raz	B	B	E	M	A	A	M	A
Criação de oportunidades de negócios decorrentes das mudanças climáticas (créditos de carbono e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL).	NS	MB	NS	MB	MB	A	A	NS	M	A
Desenvolvimento de ações voluntárias em prol do objetivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.	MB	NS	MB	Raz	MB	A	A	A	M	S
Utilização de metodologias (incluindo protocolos) para avaliar o impacto da incorporação de aspectos socioambientais no resultado econômico financeiro da companhia.	MB	B	NS	NS	MB	D	NS	NS	NS	M
Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) atualizado.	B	MB	NS	B	B	A	NS	NS	M	A
Remuneração de populações, comunidades ou organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de conservação ambiental, com fins de produção e manutenção de recursos hídricos, proteção da biodiversidade, ou absorção de carbono por reflorestamento permanente.	B	MB	Raz	Raz	Razo	M	A	A	M	M
no último ano o valor investido neste programa supera 0,01% da receita bruta da companhia.	NS	NS	B	NS	B	NS	M	M	M	A

Considerar somente recursos voltados diretamente a sensibilização e educação para o desenvolvimento sustentável. Caso os recursos incluam gastos com campanhas publicitárias, considerar apenas os custos de produção diretamente associados ao conteúdo de desenvolvimento sustentável. Não podem ser considerados custos de veiculação.										
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Quadro 2 (questionário 1). Indicador em Desempenho Condições Ambientais requisito: Política ambiental.

TITULO DOS INDICADORES DE CONDIÇÃO AMBIENTAL	NOTA	FREQÜÊNCIA
Estabelecimento que as políticas e procedimentos relativos a sustentabilidade ambiental sejam observados em todas as suas unidades e controladas, independentemente dos países ou regiões em que se localizem ou atuem.	E	A
Grau de implementação de códigos de gestão e práticas de operação.	MB	A
Iniciativas implementadas para prevenção da poluição.	MB	S
Política ambiental é formalmente estabelecida, de conhecimento dos empregados e consta no código de conduta ou na declaração de valores da empresa.	MB	S
Seleção de fornecedores e prestadores de serviço inclui critérios ambientais.	MB	S
Fornecedores e prestadores de serviço contratados tendo um sistema de gestão ambiental implementado ou certificado.	MB	A
Pré-requisito para empregar funcionários que têm conhecimento ou experiência no setor ambiental em suas descrições de trabalho.	B	A
Fornecedores certificados por normatização ambiental.	B	A
Percentual de resultado total investido em ações ambientais, estabelecido em planejamento estratégico.	B	A
Participação em programas de proteção ambiental.	B	A
Divulgação de relatórios dos pontos positivos e negativos das atividades ambientais da companhia.	B	A
Fundo para pesquisas e desenvolvimento aplicados a projetos com significância ambiental.	B	A
Níveis gerenciais com responsabilidades ambientais específicas.	Razo	D

Quadro 2(questionário 2). Indicador em Desempenho Condições Ambientais requisito: Política ambiental.

Sobre o indicador em desempenho gerencial requisito objetivos, metas e programas (quadros 3) identificamos que os respondentes do questionário 1 privilegiam os procedimentos tomados pela empresa para gerenciar os riscos aos trabalhadores e a comunidade em geral. Subsequente consideram variáveis como a gestão dos indicadores vinculados ao planejamento estratégico e dos procedimentos contemplados pelo balanço social da empresa. Elencam, também, a importância de que a política e as normas de relacionamento com clientes e consumidores constem no código de conduta e na declaração de valores da empresa. Chama a atenção, nesse quadro, a posição ocupada pelo tratamento dado ao reuso da água, que figura em uma última posição entre as variáveis.

A nosso ver, isso não significa que a questão da água seja preterida na escala das variáveis, mas que os compromissos com a política existente nas normas e objetivos da organização, pelo seu

caráter de responsabilidade social e ambiental, contemplam esse pré-requisito do cuidado com os recursos ambientais. De fato, o que toma uma dimensão maior nesse caso é de que forma essas variáveis aparecem como procedimentos numa política estratégica da organizacional, daí porque não se trata de preferir ou preterir, mas de quais são mais importantes para constituir indicadores levando em consideração o programa empresarial. E como estratégia, os indicadores de natureza ambiental - o que inclui o tratamento aos recursos naturais, como é o caso da água -, não podem ausentar-se dos objetivos, metas e programas empresariais.

O tratamento da empresa certificada pela ISO para esse quadro de indicadores conforma a hierarquização das variáveis feita pelo grupo de entrevistados. A empresa corrobora a importância do indicador de gestão dos riscos no quesito produção, caso dos procedimentos de segurança no trabalho e saúde, considerando os aspectos legais que regem essas práticas. Referente às variáveis socioambientais a empresa destaca políticas de cunho “inclusivo” como a contratação de pessoas que se enquadram em algum padrão de deficiência; destinação de recursos para apoio a projetos ambientais da comunidade e práticas de reciclagem de materiais pela empresa.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA					FREQUÊNCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal, com foco na melhoria contínua com ênfase para a prevenção de riscos ocupacionais.	E	B	MB	E	E	A	M	A	M	S
Sistema de gestão de desempenho baseado em indicadores vinculados ao planejamento estratégico.	E	E	MB	B	E	NS	S	M	M	S
No processo de elaboração do balanço social, a empresa envolve pelo menos quatro das seguintes partes interessadas: comunidade, público interno, consumidores e clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral (por meio, por exemplo, de contatos com organizações de defesa do meio ambiente, sindicatos, entidades voltadas para a saúde pública ou defesa dos direitos humanos etc.).	E	E	MB	B	E	A	S	A	M	A
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal.	E	B	B	E	E	D	M	A	M	S
A política e as normas de relacionamento com clientes e consumidores constam no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	MB	MB	E	E	MB	NS	A	A	M	A
A empresa possui políticas e mecanismo	E	E	MB	B	MB	A	S	A	M	A

formais para ouvir, avaliar e acompanhar posturas, preocupações, sugestões e críticas dos empregados, com o objetivo de agregar novos aprendizados e conhecimentos.										
Estabelecimento de objetivos estratégicos relacionados aos compromissos assumidos na Política Ambiental.	MB	E	MB	B	E	D	S	T	M	S
Programa de incentivo às sugestões dos empregados para melhoria dos processos internos.	E	E	B	B	MB	D	M	M	M	A
Programas de gerenciamento e/ou minimização dos impactos ambientais pós-consumo de seus produtos.	E	B	MB	MB	MB	A	S	T	M	NS
Companhia promove iniciativas de Investimento Social Privado.	NS	MB	MB	MB	E	A	A	M	M	S
A empresa possui programa específico de contratação de pessoas com deficiência e atende rigorosamente a legislação de cotas de vagas para esse público.	E	B	B	MB	MB	M	A	M	M	A
Sistema de gestão de desempenho baseado em indicadores vinculados ao planejamento estratégico (refere-se a metodologia para aferir e monitorar o alinhamento entre os objetivos estratégicos e a operação da companhia).	MB	E	Raz	MB	MB	D	A	A	M	T
Processos e procedimentos implementados para monitorar impactos indiretos das atividades da companhia.	B	MB	B	MB	B	A	S	M	M	A
Plano de contingência da companhia.	B	MB	NS	MB	B	A	S	NS	M	A
Companhia implanta medidas de defesa da concorrência(refere-se a ações desen-volvidas pela companhia contra práticas de formação de cartel).	NS	MB	MB	MB	MB	A	M	A	M	S
Políticas de relacionamento com a comunidade de entorno contempladas em seu código de conduta e/ou na declaração de valores.	B	B	B	B	MB	A	A	A	M	A
Política corporativa visando auto-regular o uso de instrumentos de Marketing de suas atividades e produtos, incorporando preceitos éticos e de respeito ao consumidor, ao cidadão e ao meio ambiente.	MB	NS	B	Razo	B	M	NS	A	M	A
Programa destinado especificamente ao uso sustentável de recursos naturais.	MB	MB	B	Razo	B	A	S	M	M	NS
Utiliza os incentivos fiscais para deduzir ou descontar dos impostos os valores relativos a doações e patrocínios.	NS	Raz	B	B	MB	M	A	A	M	A
Programa implantado de reuso da água nos processos administrativos (escritórios, refeitórios, banheiros).	MB	Raz	B	Razo	B	A	A	A	M	A

Quadro 3 (questionário 1).. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Objetivos, metas e programas.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUÊNCIA
Programa e metas para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal, com foco na melhoria contínua.	E	A
Programas, metas e objetivos para a substituição de materiais.	E	A
Programa específico de contratação de pessoas com deficiência, atendendo rigorosamente a legislação de cotas de vagas para esse público.	MB	A
Programa de gestão de produtos com materiais recicláveis	MB	S
Recursos aplicados para apoiar os programas ambientais da comunidade	MB	A
Procedimentos para monitorar impactos indiretos das atividades da companhia.	MB	A
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal.	MB	A
Metas e programa para a utilização de tecnologias limpas.	MB	A
Políticas de relacionamento com a comunidade de entorno contempladas em seu código de conduta.	B	A
Programas, metas e objetivos para transportes relacionados com a organização.	B	S
Programa para empregados participarem em projetos/programas ambientais.	B	S

Quadro 3 (questionário 2). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Objetivos, metas e programas.

O indicador de desempenho gerencial requisito preparação à emergência e riscos (quadros 4) é, dentre todos, o que apresenta maior quantidade notas máximas na avaliação de ambos os questionários. A hierarquização das variáveis atende a medidas de prevenção, gerenciamento e monitoramento. Para o bom desempenho dessas práticas e a segurança dos funcionários e do público em situação de risco em potencial, destaca-se a acuidade de um plano de comunicação de riscos.

A questão da operação envolvendo os riscos nas empresas é, nesse caso, uma resposta à grandeza que o risco ocupa para a vida. Isso pode indicar, ou talvez já esteja, mas não temos elementos para tal afirmação, que a constituição da cultura das organizações esta imersa em um processo de racionalização para além da produção, enquanto espaço de mercadoria, uma vez que parecem considerar a indissociabilidade entre o que é produzido e as ramificações que essa produção representa. Isso implica que à medida que questões envolvendo toda a cadeia de um produto de uma empresa passam a ser considerados dentro da política empresarial tornam-se um

fator de ordenação de modos consagrados. Ou seja, ao mesmo tempo em que a empresa desenvolve uma cultura para informar à sociedade as suas práticas e exercer uma influência nessa, sua própria cultura já tem elementos que são de influência dessa sociedade.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA					FREQÜÊNCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
Planos de ação de emergência.	MB	E	E	MB	E	A	A	A	A	A
Plano de gerenciamento de riscos.	E	E	E	B	E	A	A	A	A	A
Plano de comunicação de riscos.	E	E	E	B	E	A	A	A	A	A
Plano de emergência ambiental, que relaciona todos os seus processos e produtos ou serviços que envolvam situações de risco, e treina seus empregados regularmente para enfrentar tais situações.	E	E	MB	B	E	A	S	A	S	S
Avaliação sistemática e periódica e registro dos perigos e riscos Ocupacionais.	E	E	B	B	E	A	M	S	M	S
Estabelecimento de programas de gestão que contenham objetivos e metas compatíveis com os perigos e riscos ocupacionais.	MB	E	B	Razo	E	A	S	S	S	S

Quadro 4 (questionário 1). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Preparação e resposta à emergências e riscos.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Preparação e respostas a emergências que demonstraram a prontidão planejada.	E	T
Planos de ação de emergência.	E	S
Plano de gerenciamento de riscos.	E	S
Plano de comunicação de riscos.	E	S

Quadro 4 (questionário 2). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Preparação e resposta à emergências e riscos.

O quadro indicador em desempenho gerencial requisito variáveis externas (quadros 5), tanto na avaliação dos grupos como na da empresa certificada pela ISO, demonstra a importância dada ao compromisso que a política empresarial precisa ter com as causas e efeitos de suas ações. Aliás, possibilita constatar que pode estar em constituição uma cultura empresarial que entenda isso não apenas no concernente a causa e efeito, mas como processo. Isso fica evidente no tratamento que a política das empresas empresta aos interesses dos sujeitos que podem de alguma forma, influenciá-la e/ou ter influência de suas práticas.

Destaca-se, na hierarquização das variáveis, a indicação para a regulação das práticas de fornecedores, reforçando à tendência para constituição de princípios norteadores das relações de produção com base em critérios socioambientais; atuação no comportamento dos indivíduos por meio de programas de conscientização e orientação dos consumidores, medidas de uso sustentável dos recursos dos produtos; estímulo à formação de redes com a finalidade de adequação aos novos padrões das relações de produção. Podem ser consideradas, nesse caso, políticas de posicionamento em que a sua ligação aos atores citados pode ter influência na construção de sua imagem, bem como, em relação ao aporte legal dos serviços e produtos de seus fornecedores, mas que refletem diretamente nos próprios serviços.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA					FREQUÊNCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
Processos e procedimentos implementados em relação à aplicação de critérios sociais para gestão de seus fornecedores, como: não utilização de trabalho infantil, não utilização de trabalho forçado ou compulsório, combate a discriminação, pagamento pontual e correto de suas obrigações com a receita federal, a previdência social e demais obrigações tributárias, contribuição intencional a uma agenda local/nacional de desenvolvimento, valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência.	MB	MB	E	MB	MB	A	A	A	A	A
Busca estabelecer diálogo estruturado com instâncias do governo local, especialistas, ONGs e sindicatos para conhecer, entender, prever e reduzir o impacto de um possível fechamento de unidades de negócios ou plantas, ou da eventual necessidade de corte de pessoal.	E	B	B	MB	MB	A	S	M	A	S
Programas de conscientização e orientação de consumidores finais com vistas ao uso sustentável de produtos e serviços.	MB	MB	MB	Razo	E	A	A	M	M	A
Programas de suporte técnico aos consumidores finais com vistas ao uso sustentável dos produtos e serviços.	B	MB	MB	MB	MB	A	A	M	M	A
Estimula a formação de redes ou cooperativas de pequenos fornecedores, ajudando-os a se adequar a novos padrões de fornecimento.	MB	B	B	MB	MB	A	A	M	M	S
Realização regular de pesquisa e investigação sobre as demandas potenciais e a satisfação dos clientes e consumidores, visando compreender suas necessidades e orientar o desenvolvimento de produtos e/ou serviços que conciliem o bom atendimento dessas necessidades com a	MB	Razo	B	Razo	MB	A	A	A	A	A

sustentabilidade companhia oferta seus produtos e/ou serviços em locais cuja estrutura esta de acordo com as normas de acessibilidade presentes na NBR 9050/ABNT.										
Relacionamento com a comunidade visando o desenvolvimento local.	B	MB	B	Razo	MB	A	S	M	M	S

Quadro 5 (questionário 1). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis externas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Relação com fornecedores que contemple critérios como: não utilização de trabalho infantil, não utilização de trabalho forçado ou compulsório, combate a discriminação, a previdência social e demais obrigações tributárias, contribuição intencional a uma agenda local/nacional de desenvolvimento, valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência.	E	A
Programas de desenvolvimento social relacionados com seus públicos e comunidade local.	MB	A
Relação com consumidores: pesquisa de satisfação dos clientes e consumidores.	MB	A
Busca conscientização e orientação de consumidores finais com vistas ao uso sustentável de produtos e serviços.	MB	S
Práticas contra corrupção e propinas.	B	A
Relação com sindicatos, estimulando negociação coletiva.	B	S

Quadro 5 (questionário 2). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis externas.

No indicador em desempenho gerencial requisito variáveis internas (quadros 6), os grupos de entrevistados privilegiam as variáveis referentes ao código de conduta das empresas e como esse cumpre requisitos jurídicos a exemplo da contratação de pessoas com deficiência. Ressalta também necessidades de procedimentos técnicos/operacionais para que o quadro de funcionários possa conhecer suas atribuições internas e como essas se relacionam com a dimensão corporativa da política ambiental. Referem-se, portanto, a práticas de valores sociais de deferência à equidade de gênero, liberdade de expressão, diversidade étnica, capacidade física e mental; relacionamento com organizações externas que podem influir nos interesses da empresa, a exemplo dos sindicatos dos trabalhadores.

A empresa respondente do questionário 2, referente a ISO privilegia nas variáveis internas, a missão e os valores da organização sejam de entendimento dos funcionários, acionistas e

colaboradores diretos. Destacam, assim, medidas para promover a eficiência das políticas da organização, o que inclui esses elementos importantes para o sucesso de sua missão e valores. Subsequente considera a articulação nessa missão e valores à conduta da empresa na promoção de uma política de equidade de gênero, assim como essa conduta trata os interesses dos empregados.

Ressaltamos, aqui, o tratamento articulado das variáveis internas e externas, uma vez que as respostas comparadas entre os questionários evidenciam o caráter integracionista da política e como os requisitos externo e internos cruzam-se.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA					FREQUÊNCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
A política de promoção da equidade de gênero é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	MB	B	E	MB	E	A	S	S	M	S
Cumpra a legislação com relação a contratação de pessoas com deficiência.	E	B	MB	MB	E	A	A	M	M	S
Engaja seu público interno no combate a qualquer prática de discriminação.	E	E	B	B	MB	M	A	M	M	M
Existência de um Comitê de Auditoria formalmente estabelecido.	E	B	MB	MB	MB	A	A	M	M	A
Fornecer informações que afetem os empregados em tempo hábil para que o sindicato e os empregados se posicionem.	MB	MB	MB	MB	MB	M	A	M	M	M
Política de engajamento seu público interno e seus parceiros comerciais na prevenção e no combate as formas de corrupção.	E	MB	B	B	B	NS	A	T	M	S
Avaliação da satisfação de seus funcionários em relação ao clima organizacional (exposição a estresse, ambiente harmônico, cooperação entre funcionários, etc.).	B	E	B	Raz	E	A	S	M	A	S
Livre associação sindical e direito à negociação coletiva (LA).	Raz	E	MB	B	MB	U	A	A	M	S
Possui política específica para os empregados que sejam pais ou responsáveis por crianças com deficiência, garantindo-lhes a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento dos filhos de forma adequada.	E	B	MB	Raz	MB	A	S	S	S	S
Possui programas de aconselhamento sobre o planejamento de carreiras, de forma a auxiliar os empregados na reflexão sobre suas funções e identificar o de objetivos em longo prazo.	B	MB	MB	B	MB	A	A	A	M	S
Avaliação da satisfação de seus funcionários em relação carga de trabalho (horas trabalhadas, metas de produção e outros tipos de demandas).	B	B	B	B	E	A	A	M	S	S
Além de atender toda a legislação em vigor para seu exercício e estar em dia com todos os tributos, tem procedimentos para que todos os seus empregados conheçam as leis a que estão	B	MB	MB	Raz	MB	NS	A	A	A	S

submetidos, tanto as que se referem às atividades profissionais quanto as que os beneficiam, para que possam cumpri-las integralmente.										
Faz acompanhamento da inclusão dos filhos dos empregados na escola, por meio de solicitações e de comprovantes de matrícula (particularmente das crianças com deficiência).	MB	B	B	B	MB	A	S	S	S	S
Remuneração adicional (reajustes salariais diferenciados, bônus, prêmios) orientada por metas de desempenho socioambiental.	NS	MB	B	MB	Raz	NS	A	M	M	M
Os empregados da empresa demonstram familiaridade no seu dia-a-dia com os temas e pressupostos contemplados no código de conduta, aplicando-os espontaneamente.	B	MB	B	Raz	MB	A	A	M	M	A
O processo de diálogo e engajamento das partes interessadas conta com indicadores de desempenho para monitoramento das relações.	NS	MB	Raz	Raz	B	NS	S	A	S	A
A companhia possui formalmente e divulga mecanismos específicos para apresentação de recomendações de acionistas minoritários e sua apreciação pelo Conselho de Administração para serem incluídas nas pautas das assembleias.	B	B	NS	B	B	A	A	N S	M	M
Disponibilização voluntária nos editais de convocação, informações e documentos explicativos adicionais relacionados aos temas que serão deliberados nas assembleias.	B	B	B	B	B	NS	M	A	M	M
Oferece programa de orientação aos empregados sobre como se dá o desenvolvimento integral da criança por meio do fortalecimento das competências familiares (cuidados com o nascimento, alimentação saudável, prevenção de doenças, proteção à integridade da criança e estímulo ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional).	B	NS	B	Raz	B	A	NS	S	A	S
A companhia realiza empreendimentos que impliquem na movimentação de recursos, (humanos e/ou materiais) em volumes e prazos capazes de alterar de forma significativa e/ou rápida a dinâmica social das comunidades afetadas pela operação ou implantação do empreendimento.	Rui	MB	Rui	Raz	Rui	A	A	A	S	S

Quadro 6 (questionário 1). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis internas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
A definição da missão e valores da organização é de conhecimento dos funcionários, acionistas e colaboradores diretos.	E	A
A política de promoção da equidade de gênero é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.	MB	A
Fornecer informações que afetem os empregados em tempo hábil para que o sindicato e os empregados se posicionem.	MB	S

Gestão participativa com remuneração adicional.	MB	A
Índice percentual de clientes, colaboradores, empregados satisfeitos com o desempenho ambiental.	B	A

Quadro 6 (questionário 2). Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis internas.

No quadro de desempenho operacional requisito aspectos físico-ambientais (quadros 7), os entrevistados pelo questionário 1, destacam a importância de possuir um conjunto de medidas para promover e monitorar os recursos utilizados pela empresa. Assim, ressaltam em seguida que o sistema de gestão ambiental da companhia deve apreciar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, incluindo a destinação de recursos financeiros voltados para o investimento em pesquisas que objetivam melhorar seu desempenho no tratamento dos recursos naturais e os mesmos devem ser incorporados como requisitos nas diretrizes e objetivos estratégicos da empresa. Além das variáveis ambientais de caráter voluntário, ressaltam também que a política concernente aos aspectos físico-ambientais esteja comprometida com os procedimentos indicados pela legislação para o tratamento de emissões atmosféricas, assim como no tocante à logística dos resíduos. Portanto, reafirma a importância de uma política empresarial comprometida com a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis e não-renováveis através da eficiência na utilização, seleção e melhoramento contínuo de aproveitamento dos mesmos.

Nesse quadro constatamos que a empresa respondente do questionário 2, privilegia as variáveis obrigatórias no programa de gestão ambiental, uma vez que os procedimentos da empresa no tratamento dos efluentes líquidos gerados deve atender à legislação e normas aplicáveis. Elenca, em seguida respectivamente, o tratamento das emissões também em conformidade com a legislação e normas existentes; metas de redução para as formas de utilização e produção. Respostas essas que vão ao encontro da hierarquização feita pelos grupos de entrevistados do questionário 1. Assim como os respondentes do questionário 1, a empresa atenta para o compromisso com uma política de sustentabilidade implantada nos procedimentos de produção interna e extensiva aos prestadores de serviços e clientes.

Os grupos entrevistados do questionário 1 apontam como importante um fator que ocupa lugar privilegiado nos debates entre países, pesquisadores, empresários, grupos sociais, etc., na atualidade – a eficiência energética. Essa é uma questão que alcançou um consenso quando se evoca a problemática ambiental, afinal, energia figura como estratégia em todos os campos da economia e da política e, insere-se nos mecanismos de regulação e ordenação da vida em sociedade por constituir fonte de manutenção desse corpo social. Por esses arranjos, dentre outros, podemos

entender a relevância da eficiência energética nas técnicas de monitoramento e medição das empresas, inclusive pelo peso discursivo que carrega.

Observamos, ainda, o direcionamento para que a empresa tenha política específica de orientação para o monitoramento de atividades potencialmente promotoras de impactos ambientais significativos; logística do material utilizado, com técnicas de reuso e reciclagem; instruções nos produtos acerca do seu uso e como devem proceder para o descarte ambientalmente seguro. Relacionado aos procedimentos anteriores, consideram a importância do monitoramento de riscos para consumidores e aqueles que possam ser potencialmente afetados.

Para a empresa que respondeu ao questionário dois, os procedimentos concernentes aos princípios de eficiência e qualidade são mais relevantes. Como se trata de uma distribuidora de água, esses princípios encontram-se nas técnicas utilizadas pela mesma para o tratamento da água. Assim como no questionário um, considera os métodos específicos para o tratamento de material potencialmente impactante para o meio ambiente; monitoramento da qualidade dos produtos para os consumidores, no caso a água. Também em consonância com o grupo de entrevistados um, a empresa atesta que o reuso e/ou reciclagem de produtos deve fazer parte da política de monitoramento e medição. Consequente, expressa o cuidado com a inclusão, nos produtos, de informações sobre procedimentos de utilização e descarte dos mesmos.

Na hierarquização das variáveis de ambos os questionários, identificamos dois princípios norteadores – o da eficiência na produção e da qualidade do produto -, na escala de influência das relações de produção.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAIS	NOTA					FREQUÊNCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
Faz inventário, monitora e possui metas anuais de redução para as formas de utilização ou produção.	E	E	MB	MB	E	A	A	S	M	A
Processos de gestão da companhia incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito em programas destinados especificamente ao uso sustentável de recursos naturais.	E	E	B	MB	E	A	S	M	M	A
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito em investimentos em pesquisas voltadas aos seus usos sustentáveis.	E	E	B	MB	E	NS	S	M	M	D
Processos de gestão incorporam o uso	E	E	B	B	E	A	S	M	M	A

sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito nas diretrizes e objetivos estratégicos da companhia.										
Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia nos últimos 2 anos, como: redução relativa (massa/produção) da carga de poluentes lançados no ar.	E	E	MB	MB	B	NS	M	M	M	A
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito prioritário inovação tecnológica voltada ao uso sustentável de recursos naturais.	E	E	B	MB	MB	A	S	M	M	D
Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia monitora suas emissões e pode garantir e comprovar que as mesmas estão em conformidade com a legislação, normas e requisitos aplicáveis.	MB	E	MB	B	E	A	A	M	M	S
Gera, pode garantir que o lançamento se dá em conformidade com a legislação aplicável e pode comprovar que nos últimos 2 anos houve redução da carga poluidora lançada.	E	E	MB	B	B	A	M	M	M	A
Garantia de conformidade legal dos processos de manipulação, armazenagem, tratamento e destinação.	MB	E	B	B	E	A	A	M	M	T
Caracteriza a condição dos efluentes líquidos gerados: pode garantir que o lançamento se dá em conformidade com a legislação e normas aplicáveis.	MB	E	B	Razo	E	A	S	M	M	M
Prática da companhia com relação a geração e destinação de resíduos sólidos Metas anuais de redução da geração.	MB	MB	MB	B	E	A	A	M	A	M
Inventário ambiental e monitora o mesmo.	MB	MB	B	B	E	A	A	S	M	A
Avalia e monitora sistematicamente potenciais passivos ambientais e pode garantir que não tem passivo ambiental.	NS	E	MB	B	MB	NS	A	S	M	A
Avaliação do desempenho ambiental de produtos e serviços ao longo do seu ciclo de vida (Análise do Ciclo de Vida).	NS	B	B	B	E	M	A	M	M	D
Possui passivos ambientais, provisionou recursos para seu saneamento, divulga a existência dos passivos nos relatórios pertinentes (Resolução CVM 489) e tem como meta o saneamento integral dos passivos em prazo inferior a 5 anos.	NS	B	Razo	B	MB	A	A	S	M	D

Quadro 7(questionário 1). Indicador em Desempenho Operacional requisito: Aspectos físico-ambientais.

Para responder as questões relacionadas aos resíduos sólidos deverão ser considerados as definições, critérios e métodos de classificação de resíduos previstos na norma NBR 10004:2004, publicada em 31/05/2004 e válida a partir de 30/11/2004

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Caracteriza a condição dos efluentes líquidos gerados: pode garantir que o lançamento se dá em conformidade com a legislação e normas aplicáveis.	MB	M
Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia monitora suas emissões sendo que as mesmas estão em conformidade com a legislação, normas e requisitos aplicáveis.	MB	M
Faz inventário, monitora e possui metas anuais de redução para as formas de utilização ou produção.	MB	A
Quantidade de unidades de energia economizadas devido a programas de conservação de energia	MB	M
Garantia de conformidade legal dos processos de manipulação de resíduos para disposição.	MB	S
Garantia de conformidade legal dos processos de manipulação de resíduos armazenados no local.	MB	S
Registro de efluentes por serviço ou cliente (com metas definidas)	MB	S
Materiais recicláveis e reutilizáveis usados pelos prestadores de serviços contratados.	MB	S
Avaliação do desempenho ambiental de produtos e serviços ao longo do seu ciclo de vida (Análise do Ciclo de Vida).	B	S
Tem inventário ambiental e monitora o mesmo.	B	A
Existem processos de medição de quantidade de cada tipo de energia usada.	B	M
Há energia desperdiçada liberada para a água.	Ruim	M
Registros de materiais perigosos usados por prestadores de serviços contratados.	Ruim	S
Há emissões atmosféricas com potencial depleção da camada ozônio.	Ruim	M

Quadro 7 (questionário 2). Indicador em Desempenho Operacional requisito: Aspectos físico-ambientais.

No quadro 8, indicador em desempenho operacional requisito monitoramento e medição, os grupos entrevistados do questionário 1 apontam como importante um fator que ocupa lugar privilegiado nos debates entre países, pesquisadores, empresários, grupos sociais, etc., na atualidade – a eficiência energética. Essa é uma questão que alcançou um consenso quando se evoca a problemática ambiental, afinal, energia figura como estratégia em todos os campos da economia e da política e, insere-se nos mecanismos de regulação e ordenação da vida em sociedade por constituir fonte de manutenção desse corpo social. Por esses arranjos, dentre outros, podemos entender a relevância da eficiência energética nas técnicas de monitoramento e medição das empresas, inclusive pelo peso discursivo que carrega.

Observamos, ainda, o direcionamento para que a empresa tenha política específica de orientação para o monitoramento de atividades potencialmente promotoras de impactos ambientais significativos; logística do material utilizado, com técnicas de reuso e reciclagem; instruções nos

produtos acerca do seu uso e como devem proceder para o descarte ambientalmente seguro. Relacionado aos procedimentos anteriores, consideram a importância do monitoramento de riscos para consumidores e aqueles que possam ser potencialmente afetados.

Para a empresa que respondeu ao questionário dois, os procedimentos concernentes aos princípios de eficiência e qualidade são mais relevantes. Como se trata de uma distribuidora de água, esses princípios encontram-se nas técnicas utilizadas pela mesma para o tratamento da água. Assim como no questionário um, considera os métodos específicos para o tratamento de material potencialmente impactante para o meio ambiente; monitoramento da qualidade dos produtos para os consumidores, no caso a água. Também em consonância com o grupo de entrevistados um, a empresa atesta que o reuso e/ou reciclagem de produtos deve fazer parte da política de monitoramento e medição. Consequente, expressa o cuidado com a inclusão, nos produtos, de informações sobre procedimentos de utilização e descarte dos mesmos.

Na hierarquização das variáveis de ambos os questionários, identificamos dois princípios norteadores – o da eficiência na produção e da qualidade do produto -, na escala de influência das relações de produção.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA					FREQUENCIA				
	G1	G2	G3	G4	G5	G1	G2	G3	G4	G5
Investimentos em fontes de energia mais eficientes.	E	E	E	B	E	A	S	M	M	A
Processos e atividades da companhia (PPA), considerados potencial ou efetivamente geradores de impactos ambientais significativos, que é orientado por procedimentos operacionais específicos.	E	E	E	MB	E	M	M	M	M	S
Produtos que podem ser totalmente reutilizados ou reciclados.	E	MB	MB	MB	E	A	S	M	S	A
Produtos com instrução referente ao uso e à disposição ambientalmente seguros.	B	E	MB	MB	E	A	A	M	S	A
A companhia e todas suas controladas possuem um sistema de monitoramento de ações judiciais ou administrativas decorrentes de riscos ou danos efetivos a saúde ou a segurança de seus consumidores e de terceiros próximos a eles, ocasionados pelo consumo ou utilização normal dos produtos e serviços que oferece.	MB	MB	B	MB	E	A	A	A	S	S
Conteúdo de um produto que pode ser em parte reutilizado ou reciclado.	MB	MB	B	B	E	M	S	M	S	A

Quadro 8(questionário 1). Indicador em Desempenho Operacional requisito: Monitoramento e medição.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Medição do consumo específico de água e recirculação da água em vias de tratamento.	E	M
Medição de quantidade de material destinado para aterro sanitário por unidade de produto.	E	M
Medição quantidade de agentes de limpeza usados por metro quadrado.	E	M
Produtos que podem ser totalmente reutilizados ou reciclados	MB	A
Produtos com instruções referentes ao uso e à disposição ambientalmente seguros.	MB	A
Alta duração do uso do produto.	B	A

Quadro 8 (questionário 2). Indicador em Desempenho Operacional requisito: Monitoramento e medição.

Na intersecção entre os quadros, alguns indicadores aparecem como dominantes na hierarquização das variáveis estabelecida entre os dois questionários: o indicador comunicação, política ambiental e gerenciamento de riscos. Nesse arranjo estão incorporados os princípios de eficiência e qualidade na produção, em particular nos mecanismos de promoção do uso sustentável dos recursos naturais e prevenção de impactos ambientais. Outro princípio é o de ações ligadas a práticas de responsabilidade socioambiental, presente na maioria dos quadros de indicadores.

Em referência à política ambiental da empresa, a construção de um sistema de gestão ambiental, necessário para o processo de certificação, faz parte de um período transitório nas relações capitalistas de produção. Uma vez que os indicadores socioambientais como os presentes nas políticas das empresas atualmente, e que são contemplados pelas respostas da maioria dos entrevistados, são inseridos como de desenvolvimento pela voga que o termo sustentabilidade ocupa atualmente no discurso do mercado para ganhar legitimidade nos organismos político-econômicos internacionais.

Dos cinco grupos entrevistados, pesquisadores e profissionais da área ambiental, ONGs e organizações estatais apresentaram respostas aproximadas para as variáveis no requisito de política ambiental. De forma que, tais respostas contemplam as considerações até aqui apresentadas. A exceção é o grupo das empresas de saneamento que considera a maioria das variáveis desse indicador apenas razoável. Não obstante, ao mesmo tempo em que apresenta uma resposta razoável

para as variáveis, esse grupo apresenta uma concepção de uma frequência mensal para essas mesmas variáveis, o que nos leva a considerar que existe uma proposta de melhoria desses pontos e que também são importantes para esse grupo.

Nesse aspecto, por tratar também de uma exigência de padrões para fins de certificação, verifica-se a existência de uma incorporação de fatores pelos processos de ordenamento do mercado. Exigência que fornecedores e prestadores de serviços também estejam norteados por critérios “ambientalmente corretos” expressam um valor a ser agenciado, mas, também, o estabelecimento de uma norma a ser seguida como critério dentro de um sistema de relações político-econômicas.

Um indicador investido de importância em ambos os questionários é o relacionado aos riscos. O mesmo pode ser dito para os indicadores de monitoramento e mediação e de aspectos físico-ambientais. Dos cinco grupos que responderam o questionário 1, foram os indicadores que apresentaram maior índice de semelhança entre as respostas e na sua maioria com elevado grau de importância de tais variáveis. Como medidas empresariais, eles são de natureza prática, dizem respeito à série de procedimentos a serem tomados no sentido de evitar danos físico-ambientais nos limites (internos) da empresa e fora deles. No entanto, tal natureza ‘prática’ do risco pode não dizer de sua real dimensão. Mesmo pela existência de certa limitação desse indicador aos aspectos técnicos, circunscritos a uma série de medidas pontuais, ele pode ser entendido como resultado de uma construção cultural do risco. Ou seja, que o tratamento técnico dado ao risco é consequência de uma incorporação cultural do mesmo no contexto atual. Entendemos que a valorização desse indicador em ambos os questionários está associado, em parte, aos mesmos fatores que levam a evidência do risco no presente momento – o tratamento às questões ambientais.

Claro que os programas de prevenção das empresas também estão associados às políticas trabalhistas. Mas seu sentido como indicador socioambiental possui uma escala para além do fenômeno trabalho e tratamento de resíduos internos à empresa. Pois, carrega um sentido problemático/alarmista quando inserido ao próprio tratamento, senão, da existência humana no planeta, pelo menos em seu modo de vida e, também, investe-se de ideologia pelo peso político e econômico que ocupa nas relações governamentais e, sem dúvida, de mercado.

Nesse sentido, esses indicadores estão diretamente relacionados aos de caráter comunicacional, política ambiental e praticamente transversam todos os indicadores, pois são tratados como de grande importância tanto para com a relação das empresas com o seu público de

interesse, insere-se na política ambiental das mesmas e estão presentes no conjunto de ações por elas articulados, o que reitera o caráter de indissociabilidade entre os indicadores.

Pela dimensão que as questões ambientais (concebidas como problema) alcançaram nas relações sócio-político-econômicas, elas também se impõem como um valor a ser consagrado pelas empresas na construção de seu modelo cultural. Quando constatado que indicadores relacionados à comunicação, política ambiental e riscos (além de tratamento de aspectos físico-ambientais) foram privilegiados pelos respondentes, por uma maior evidência e emergência desses em um cenário de crise ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os períodos históricos constituem-se por formas distintas de relações sejam elas entre sujeitos como entre sujeitos-natureza. Pois o que move os homens a constituir diferentes tipos de relação são mudanças na forma de concepção, que cede lugar a outro pensar e agir socialmente, outro representar, portanto. Assim, as crises que proporcionaram o surgimento de períodos - novas concepções de homem, de sociedade, de economia, de política- também significaram novas concepções de natureza, se entendermos que não há como separar o social e o natural, assim como não dá para dissociar a forma dos homens produzirem a si e a natureza.

Dessa forma, ratificamos que a natureza construída socialmente não fica apenas no plano simbólico, pois os homens e as mulheres a materializam pelas produções espaciais. Isso implica que a sociedade e a natureza não se constituíram como externalidades, mas em um processo de hibridização.

É importante destacar, nesse contexto, o caráter dinâmico da cultura que lhe atribui uma nuance de tensão permanente e onde continuamente possibilidades são criadas ou inviabilizadas, enfatizando a importância das escolhas nas relações dos sujeitos. Assim, de um modo amplo, a materialidade da cultura inscreve-se na racionalidade produtiva das sociedades gerando um efeito mediador entre a estrutura econômica e social e o meio ambiente. A cultura, pois, joga importantes papéis na relação entre meio ambiente e sociedade, como lente para a reconstrução histórica das relações sociedade-natureza, realizando crítica e apontando os limites de formas de apropriação dos recursos naturais.

Nas últimas décadas, assistimos à incorporação seletiva e conflituosa da questão ambiental ao desenvolvimento capitalista, cuja forma privilegiou a modernização tecnológica e idéias de consumo sustentável. Essas apontam para mudanças reguladas e assimiláveis pelo mercado, assegurando as bases políticas para a continuidade da dinâmica dos padrões de produção e consumo. Nesse ponto a preservação ambiental está também como preservação do modelo capitalista. Sendo que, a incorporação da questão ambiental nas empresas pode ser como um novo dispositivo de geração do lucro, manutenção da taxa de crescimento do capital, como discute Harvey (2005).

Uma das reflexões pertinente nesse momento de conclusão do trabalho é que esses novos arranjos socioespaciais, que incorporam os indicadores analisados, apontam uma outra racionalidade das empresas e, nesse enlace para uma nova racionalidade do próprio mercado,

mesmo que, os processos de ajustes atuais estejam passando pela grade do próprio processo de racionalidade que acompanha o modelo atual em sua história de consolidação como realidade espaço-temporal – ou seja, o modelo ajustando-se (e ajustando) os contextos para que estes lhe permitam a sua manutenção.

Os projetos de ações de natureza econômica de empresas (privadas ou públicas) no âmbito socioambiental, como os de responsabilidade social, premiações e certificações (mesmo que partam de objetivos diferentes são constituintes de uma mesma psicosfera) objetivaram a reflexão entre produção do espaço banal e os componentes de sentimentos públicos.

A questão da responsabilidade social e mais atualmente da responsabilidade socioambiental dos quais vários tipos de planejamentos (esse planejamento parte de uma empresa que pretende com essas medidas alcançar parte de seus públicos, mesmo sendo através da mitigação de problemas sociais de um determinado grupo, não promovendo uma igualdade de condições, pois é seletivo em prol dos objetivos empresariais, mas um outro tipo de planejamento que contemplasse um grande número de pessoas, ou todo o cidadão, não é dever da empresa e, sim, do Estado) empresariais são elaborados (e já apresentados) são parte da psicosfera construída por um movimento que estabelece a inserção não somente de ordem prática, mas de ordem moral nas empresas. E nesse ponto constatamos o fato de que esse padrão de ações não tem início nas empresas, mas sim, as alcançaram por essas precisar compartilhar com seus stakeholders valores e ações. Pois é através das interações dos sujeitos (individuais ou coletivos) que se inscrevem e se reconhecem valores comuns, como destacamos na análise das variáveis privilegiadas, a exemplo de: *como a contratação de pessoas que se enquadram em algum padrão de deficiência; destinação de recursos para apoio a projetos ambientais da comunidade, equidade de gênero, liberdade de expressão, diversidade étnica, relacionamento com organizações a exemplo dos sindicatos dos trabalhadores.*

Assim, o embrião das práticas sociais encontra-se nas vias marginais da sociedade sendo que as empresas passam a incorporá-las como estratégias. Trata-se de uma tessitura não originária dos espaços formais de deliberação que repercutem e integram a política como um todo interrelacionando os campos e o processo da implementação social. E ao efetuar em estratégias as empresas buscam novos agenciamentos, como elementos capazes de elevar aspectos ligados a interesses e valores socioambientais à elementos conformadores da gestão empresarial.

Essa incorporação das empresas na psicosfera atual se dá pelo objetivo de poderem continuar se agenciando a seus vários públicos, por que, mostrar-se de diferentes formas possibilita esse agenciar, pois o mesmo estabelece-se no contrato de valores comuns. Essas variáveis são

estratégias e ações para geração de vantagem competitiva, acesso a mercados e para a geração de confiança/legitimidade entre seus públicos de interesse, aumentando a capacidade da empresa em planejar suas ações.

Há reciprocidade de interesses entre a organização e os sujeitos de influência, como apontaram as variáveis destacadas nos questionários, visto que cada uma das partes pode afetar a outra em vários aspectos. Mas tem de se relevar o possível distanciamento dessas influências recíprocas, a diferença de escala de consequências das ações. O conjunto de interações geradas por esses atores determina em grande parte o nível de complexidade do sistema. Mais amplamente podemos pensar nos reflexos das ações na produção do espaço banal, tendo em vista o poder político das grandes empresas. Assim, atentamos ao ponto da possibilidade dessas ações em silenciar forças opostas, pois essa incorporação de segmentos da sociedade civil indica também, um processo de cooptação desses grupos e o reforço do discurso da não conflitividade.

Por isso destacamos a possibilidade de reintrodução do homem como sujeito das ações (encontrar o lugar dos sujeitos atuantes) na cena político-discursivas contextualizada atualmente por ligações sócio-técnicas, objetivo que reverberou em toda construção do trabalho, mas especificamente no capítulo dois como forma de embasamento teórico-reflexivo e no método de buscar os atores para compor a análise. Pois não se pode ter como fundamento de relação social valorativa uma concepção que reduza o próprio homem a um objeto manipulável, pelo contrário, ela deve, acima de tudo, ressaltar a irredutibilidade dos sujeitos. Sendo assim, a (re)alocação dos sujeitos se faz indispensável, uma vez que ao retirá-los do mundo dos homens esse passa a não ter sentido, posto que são os sujeitos que simbolizam, representam e dão valor aos eventos e pra si. O sentido não está nas coisas, mas nos sujeitos que as constroem.

Sendo assim, destacamos os indicadores de desempenho socioambiental a partir dos múltiplos olhares dos sujeitos existentes na relação, e de suas práticas que emprestam ao espaço um estatuto de complexidade. Tendo, pois as certificações como uma das propriedades e, portanto, das vozes que constituem uma esfera de articulação de valores, isto é, uma rede de variáveis que costura setores, constitui e materializa as relações da empresa com suas partes.

Apesar de acreditar que a empresa certificada realmente cumpra os requisitos legais e posteriormente, que busque sua melhoria contínua (não sendo a verificação disso o objetivo do trabalho), preferimos nos direcionar a observar as variáveis e indicadores que as empresas têm de buscar para ser certificadas, pois é através delas que irá permear a busca pela legitimidade, partindo desse escopo oferecido pelas certificadoras. Portanto, destacamos o ponto central em que função evidencia a relação de valor direto entre a empresa e a certificação e, indireto, pela empresa-meio

ambiente. Isto é, a relação entre a empresa e o que ela privilegia, e torna seus valores, é delineado pelos indicadores que a certificação apresenta.

O entendimento da existência de tais indicadores socioambientais para as empresa e pelas empresas não encontra sentido fora dos processos, fenômenos, dispositivos que o próprio capitalismo desenvolve como novos ativos para manter sua base de existência – a condição de buscar um lucro.

Não obstante, a própria instabilidade do sistema – isto é, sua crise -, se torna um dispositivo de novos arranjos nas/das relações socioespaciais de produção. Entendendo relações de produção como dimensão cultural e material. É também nessa lógica que podemos entender a incorporação de indicadores de sustentabilidade social e ambiental desencadeados por processos de ordenamento regulatórios como as certificações ambientais.

No caso da empresa certificada pela ISO 14001, concluímos que sua política ambiental ajusta-se a essa emergência organizacional de regulação em escala global. Nesse caso, constatamos uma incorporação dos indicadores de certificação ligados diretamente a uma nova postura dos organismos regulatórios frente ao dilema que a questão ambiental desencadeia. E que, nesse aspecto, diz respeito a um enquadramento funcional no qual as empresas se ajustam como condição diferenciada nas relações de mercado. Assim, as normas ambientais estão se processando como novo mecanismo regulatório de mercado – a norma torna-se ou pode tornar-se a própria regra.

Constatamos, também, que a política da empresa incorpora indicadores que não estão diretamente inclusos nos mecanismos legais-operacionais. É o caso, por exemplo, de uma política mais ampla de divulgação de procedimentos desempenhados levando em consideração variáveis de cunho social que contratam com a formação da psicosfera atual. Ou seja, o processo de ordenação das relações mercantis em que as empresas estão inseridas, não se restringe aos procedimentos regulatórios diretamente impostos, são também os que se apresentam como medidas voluntárias, como: *Relação com fornecedores que contemple critérios como: não utilização de trabalho infantil, não utilização de trabalho forçado ou compulsório, combate a discriminação, contribuição intencional a uma agenda local/nacional de desenvolvimento, valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência; Práticas contra corrupção e propinas.* Considerando o período atual, essa questão carrega uma validade ainda maior.

O período atual trata-se de algo diferente enquanto crise, porque nesse momento a questão apresenta-se para a sociedade como problemática. Nesse aspecto, a técnica, muitas vezes, é tida como solução, pois parte-se do pressuposto que é preciso agir nas partes afetadas. No entanto,

questionamos o caráter de crise do período. Pois, de acordo com nossa tese, os mecanismos produzidos para a solução são dispositivos de administração da crise – de forma que a essência e prática contraditórias do modelo não sejam o objeto da mudança. As respostas dos respondentes de ambos os questionários corrobora com esse entendimento, pois o indicador de desempenho gerencial requisito preparação à emergência e riscos é, dentre todos, o que apresenta maior quantidade notas máximas na avaliação.

Nessa perspectiva, os indicadores ligados às ações de responsabilidade social das empresas que acenam para sua entrada no campo da cidadania não devem ser analisados descolados da realidade de crise do período. Eles corroboram nossa concepção quanto à emergência de um tratamento complexo da crise do período e, por mais que constatem um privilégio aos indicadores de exigência do processo regulatório das certificações, por se tratarem de um objetivo funcional/operacional da empresa, os demais, mesmo sem portar a obrigatoriedade dos sistemas de gestão, não deixam de habitar o universo das normalizações e, em algum ponto, ganharem um estatuto de regra.

O contexto atual nos diz muito mais do que o que o modelo é ou poderá ser. Tal crise nos interroga sobre o processo mais amplo da vida, que extrapola os limites dos mecanismos operacionais da produção e do próprio modo de pensar capitalista. A nosso ver, isso passa pela produção de um espaço em que os homens enquanto plural possam exercer o direito à autonomia nas relações de poder. Isso não implica no desejo da simetria entre os homens, mas que mesmo a assimetria permita na sua desigualdade, divergência, diferença que a liberdade de atuar num espaço possa ser exercida.

Morin (2010) descreve a transformação da larva em borboleta: o nascimento da vida pode ser concebido como a metamorfose de uma organização físico-química que chegou a um ponto de saturação, criou uma meta-organização viva, que, embora tendo as mesmas constituintes físico-químicas, **produz novas qualidades, pois a vida desenvolve valores para a sobrevivência.** Essa idéia de metamorfose, mais rica do que a idéia de revolução, adverte que a transformação radical liga-se mais à conservação. A história humana muitas vezes mudou de direção por uma nova mensagem desviante, marginal, muitas vezes invisível aos contemporâneos (capitalismo desenvolvido como parasita das sociedades feudais para finalmente decolar e, com a ajuda de royalties, desintegrar-se). Quando começa ninguém sabe, podemos estar no ponto de início, marginalizados, dispersos. Com visão do que é vontade de vir a ser, pois os eventos são carregados de potencialidades que se efetivam por meio de devires. Se não se provoca movimentos dentro do movimento, as efervescências passam sem significarem mudanças, talvez seja justamente nesse

ponto que o período atual ganha grande importância, pelo que ele poderá ser. E que na verdade ainda não podemos descrever, mas projetar, a mais humana das características, entra aqui como o tornar-se em busca da excelência.

Como um movimento sem fim, conjuntos de possibilidades sempre maiores do que aquelas que de fato fazem parte, posto-me em direção das latências não realizadas, pois me encontro em novos questionamentos. As idéias aqui arroladas tiveram a intenção de fazer uma contribuição para os esforços na busca de entendimento de constituintes dos discursos na cena ambiental. Muito poderá ser dito sobre os limites, as divergências internas, as impossibilidades e divagações, o que será produtivo, se não perdemos o propósito de nossas necessidades históricas e percebermos as contribuições valorativas da alocação dos sujeitos em todos os ciclos dos eventos. Pois esse estudo nada pretendeu senão a fidelidade a si mesmo e os interesses de seus autores.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Gilberto. **Do conceito de esfera pública para a interpretação da cultura democrática.** Textos de cultura e comunicação, Salvador, 1996.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Curso de Relações Públicas.** São Paulo: Atlas, 1994.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. **O que é Política?** Fragmentos das Obras Póstumas Compilados por Ursula Lutz. Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **A Promessa da Política;** organização e introdução de Jerome Kohn; tradução Pedro Jorgensen Jr – 2º ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- ARROYO, Monica. **A regulação do território no contexto da globalização, uma trama entre as formas globais, nacionais e locais.** In: SOUZA, Alvaro José de, SOUZA, Edson Belo Clamente e de MAGNONO JUNIOR, Lourenço (orgs.). Paisagem território e região: em busca da identidade. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, AGB-Bauru, 200. P. 115-124.
- BALDISSERA, Rudimar. **Imagem-conceito: anterior à comunicação, um lugar de significação.** Porto Alegre: 2004. Tese de Doutorado em Comunicação Social – PUCRS.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial.** Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity.** London: Sage Publ., 2005.
- BOWIE, N. **The moral obligations of multinational corporations.** In: S. Luper-Foy, **Problems of International Justice:** 97-113. Boulder, CO: Westview Press. 1988.
- CARROLL, Archie B. **A three-dimensional conceptual model of corporate performance.** Academy of Management Review. v. 4, p. 497-505, 1979.
- _____. **The Pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders.** Business Horizons. v. 34, n. 4, p. 39-48, jul. /aug. 1991.
- _____. **Social issues in management research.** Business and Society. v. 33, n. 1, p. 5- 29., apr. 1994.
- CASTREE, Noel. **Social Nature: theory, practice and politics.** In: CASTREE, Noel and BAUN, Bruce. Social Nature. Oxford: Blackwell, 2001. pp 1-21.
- CHAMPION, Emmanuelle e GENDRON, Corinne. **La responsabilité sociale corporative en débat et en pratique: codes de conduite, normes et certifications.** Montréal (Quebec): Ecole des sciences de la gestion, novembre 2004. 69p.
- CHURCHILL, Gilbert A. e PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para os clientes.** São Paulo: Saraiva, 2000.

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito chave da Geografia**. In: CASTRO, I.E. et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 15-48, 1995. 353 p.

COSTA, Evangelista Arantes da. **Gestão estratégica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2**. Tradução Ana de Oliveira e Lúcia Claudia Leão. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2005.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental. Perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Senac, 2003.

DOWBOR, Ladislau e TAGNIN, Renato A (organizadores). **Administrando a água como se fosse importante. Gestão ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)**; tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos).

FOLCH, Ramon. **Socioecologia y Governabilidad**. In: GRASA, Rafael e ULIEDD, Andreu. Barcelona: Icaria, 2000.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica?** São Paulo: Yendis, 2004.

FREDERICK, William C. From CSR1 to CSR2. **Business and Society**. v. 33, n. 2, p.150-164, aug. 1994.

FREEMAN, Edward R. **Strategic Management: a stakeholder approach**. Londres: Pitman Books, 1984.

GOMES, Wilson. **Esfera pública política e mídia. Com Habermas, contra Habermas**. Anais do VI Encontro anual da COMPÓS, Unisinos, 1997.

_____. Esfera pública política e *mídia* II. In: RUBIM, Antônio Albino C.; BENTZ, Ione Maria; PINTO, Milton José (Orgs.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999. p. 201-231.

_____. **Transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus. 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

_____. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Teoria de la acción comunicativa**. v. I : Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1988.

_____. **Teoria de la acción comunicativa**. v. II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1988.

- _____. **Modernidade versus pós-modernidade.** Arte em revista, São Paulo, 1980.
- _____. **A nova intransparência.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n° 18, setembro de 1987.
- _____. **Entrevista com Jürgen Habermas.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n° 18, setembro de 1987.
- _____. **Consciência moral e agir comunicativo.** Tradução Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HARVEY, David. **A Condição pós-moderna.** São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- _____. **O novo imperialismo;** tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JONES, Marc T. **Missing the forest for the trees: A critique of the Social Responsibility concept and discourse.** Business and Society. v. 35, n. 1, p. 7-41, mar.1996.
- LANNA, A. E. **Modelo de gerenciamento de águas.** Água em revista. Ano 5, n. 8: 24-33, março, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia.** Tradução Carlos Aurelio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- _____. **Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- _____. **Jamais fomos modernos.** Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- _____. **A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.** tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- LEMOS, Haroldo Mattos de. **As Normas ISO 14000 e o Comércio Internacional.** Conselho Empresarial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- LOPES, Iole I. **O lugar da razão e a razão do lugar: uma aproximação preliminar entre a teoria da ação comunicativa de Habermas e a Geografia.** 1997. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- MAGALHÃES JR, A. **Variáveis e desafios do processo decisório no contexto dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil.** Ambiente e Sociedade, n. 8, p. 21-48, 2001.
- MARTINELLI, Antônio Carlos. **Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn B. Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado.** São Paulo: Ed Paz e Terra, 1997.
- MARTINEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Contexto, 2007.

- MILES, M. P.; COVIN, J. G. **Environmental marketing: a source of reputational, competitive and financial advantage.** Journal of Business Ethics, Netherlands, v. 23, n. 3, p. 299-311, 2000.
- MORAES, Antonio C. Robert. **Capitalismo, Geografia e meio-ambiente.** 2000 Tese (Livre-Docência)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MOREIRA, Ruy. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa.** In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial – Milton Santos (et al). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. P 72-108.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- MORRISON, J.; KAO, C. K.; DAY, Z.; SPEIR, J. **Managing a Better Environment: Opportunities and Obstacles for ISO 14001 in Public Policy and Commerce.** Califórnia, Oakland, Pacific Institute for Development, Environment and Security, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. **Natureza. Para pensar a ecologia.** Rio de Janeiro: Mauad X, instituto Gaia, 2007.
- NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Mauricio de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília: Ed. IBAMA, 2002.
- PINTO, Milton. **Comunicação e Discurso.** 2ª ed.. São Paulo: Hacker editores, 2002.
- PERUZZOLO, Adair C. **A estratégia dos signos: quando aprender é fazer.** Santa Maria: Imprensa Univeritária, 2002.
- _____. **A Comunicação como encontro.** Bauru, SP: Edusc, 2006.
- _____. **Comunicação & Sociabilidades.** Santa Maria: FACOS- UFSM, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução Maria Cecília França. São Paulo : Atica S.A., 1993.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global.** Biblio 3W, Universidade de Barcelona, n 312, setembro de 2001.
- _____. **Geografia política da água.** São Paulo: ANNABLUME, 2008.
- SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia.** São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, María Laura. **Concretude territorial, regulação e densidade normativa**. In: revista experimental, n.2, março 1997, p. 35-45.

TAVARES, Everkley Magno Freire. CUNHA, Lidiane Alves da. **Redes transnacionais e soberania nacional: a questão ambiental como base de políticas nacionais e ações de organismos multilaterais**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004.

THOMPSON, J. K. et al. **Integrating corporate social performance and stakeholder management: Implications for a research agenda in small business**. Research in Corporate Social Performance and Policy, 12: 207-230. 1991.

THOMPSON, John. **The Media and Modernity**, Cambridge, Cambridge UP, 1995

_____. **Political Scandal – Power and visibility in the media age**, Cambridge, Polity Press, 2000.

TORRES, Ciro e MANSUR, Claudia. **Balço social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

VEIGA, Jose Eli da. **Desenvolvimento sustentável- o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Yong e Lustoso (2002) Competitividade e meio ambiente: a nova relação centro-periferia. In: BRAGA, A.S.; MIRANDA, L.de C. (Org.). **Comércio e meio ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. p. 41-60.

Páginas da Internet pesquisadas.

Instituto Ethos: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx
e http://www.ethos.org.br/Uniethos/documents/IndicadoresEthos_2009_port.pdf. Acesso em 03/2009.

Godoy <http://amaliagodoy.blogspot.com/search/label/documentos%20meio%20ambiente>:
COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991. Acesso em 03 2009.

Associação Brasileira de Normas Técnicas: <http://www.abnt.com.br> [ABNT] Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14.001 Sistemas de Gestão Ambiental - Especificações**. Rio de Janeiro: ABNT/ISO; 2009.[ABNT] Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14.004 Sistemas de**

Gestão Ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio. Rio de Janeiro: ABNT/ISO; 2009. Acesso em 10/2009.

THE WORLD BANK GROUP. World Bank classification of economies. Disponível em: <http://www.worldbank.org/data/archive/wdi/class.htm> >. Acesso em 21 de março de 2009.

Índice de Sustentabilidade Empresarial: http://www.richieri.com/wp-content/uploads/2009/09/ISE_Questionario2009.pdf. Acesso em 02/2010

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT/CB 38, foram retiradas dos sítios: <http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/iso14000.html> e <http://www.iso.ch/iso/en/prods-services/otherpubs/Members.html>. Acesso em 03/2010.

- <http://www.iso.ch/iso/en/prods-services/otherpubs/Members.html>. Acesso em 09/03/2009.

- http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000300009. Acesso em 06/2010.

Le monde: <http://www.lemonde.fr/>. Eloge de la métamorphose, par Edgar Morin, Mis à jour le 09/01/2010 às 13h 08min.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO 1

Pesquisa sobre os Indicadores socioambientais de Sistema de Gestão Ambiental

Esta pesquisa científica está sendo realizada através da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, por Patricia Ricchetti, sob orientação do Prof^o Dr. Waterloo Pereira Filho.

Como objetivo central da mesma:

- Identificar e analisar as principais variáveis dos indicadores socioambientais propostos por atores da cena ambiental, vinculados às certificações, no agenciamento de valor no contexto da construção discursiva empresarial.

Para tanto, como etapa metodológica do desenvolvimento do trabalho, aplicamos o questionário do qual pretendemos analisar um conjunto de indicadores socioambientais.

Asseguramos que as pessoas e Organizações que responderem ao questionário terão a garantia de que as informações concedidas não terão outro fim senão esta pesquisa, assim como, de que seus nomes e respostas não tem outro fim senão essa pesquisa. O nome dos indivíduos, bem como, organizações não serão relevados.

A seguir são apresentados indicadores e suas variáveis aos quais o entrevistado deverá atribuir nota de cinco a dez, as notas foram divididas da seguinte forma:

Indicador	Nota atribuída
Ruim	5,01 a 5,99
Razoável	6,00 a 6,99
Bom	7,00 a 7,99
Muito Bom	8,00 a 8,99
Excelente	9,00 a 10,00

No caso de não saber avaliar a pessoa deverá escrever nas lacunas: não sabe.

Para a escala de descrição da frequência deve ser dado o tempo estimado entre avaliações/monitoramento dos indicadores e suas variáveis:

FREQUENCIA	CÓDIGO
Mensal	M
Trimestral	T
Semestral	S
Anual	A
Dois a cinco anos	D
Única vez	U

No caso de não saber avaliar a pessoa deverá escrever nas lacunas: não sabe.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Mecanismos que evitem a veiculação de informação ou comunicação publicitária enganosa ou abusiva e, em particular, que incite a violência, explorem o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança ou de outros grupos vulneráveis, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o público a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.		
Divulgação das demonstrações financeiras seguindo normas internacionalmente aceita, além do padrão contábil brasileiro.		
Canal para comunicações anônimas, com garantia de sigilo, que se destina a receber denúncias, dúvidas e sugestões, praticas relativas a controles internos, contabilidade ou auditoria, bem como as relativas ao cumprimento de seu Código de Conduta que possam acarretar prejuízos aos princípios e interesses da companhia, de suas subsidiarias e de seus acionistas (0800, SAC, website, outros).		
Divulgação de atividades consideradas de Desenvolvimento Sustentável (pela empresa), compromissos que possam ser comprovados por meio de documentos, que estejam diretamente relacionados ao conceito.		
A companhia possui procedimentos formais para recebimento, registro e resposta as demandas de partes interessadas com relação à saúde e segurança no trabalho.		
Compromisso de ética na gestão das informações privilegiadas ou de caráter privado obtidas durante os processos da empresa com seus diversos públicos (clientes, empregados, fornecedores etc.).		
Atualiza sempre que necessário o material de comunicação destinado aos consumidores/clientes (rótulos, embalagens, bulas, manuais de operação, instruções de uso, termos de garantia e peças publicitárias, entre outros) para tornar mais		

transparente o relacionamento e mais seguro o uso de seus produtos.		
Divulgação da remuneração do Conselheiro de Administração e da Diretoria.		
Interage com seus fornecedores e distribuidores estimulando-os a adotar uma postura responsável em relação à comunicação voltada para o público infanto-juvenil.		
Ao participar da elaboração, avaliação, implantação ou monitoramento de políticas públicas, a companhia se manifesta por meio de propostas ou posicionamentos formais e publicamente divulgados.		
Publicação de relatório e parte integrante do principal relatório corporativo (Relatório Anual), compondo um único documento.		
Divulgação no Relatório de Sustentabilidade das proporções entre o maior e menor salário pago.		

Quadro 1. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Comunicação

TITULO DOS INDICADORES DE CONDIÇÃO AMBIENTAL	NOTA	FREQUENCIA
Política de compras que inclui critérios socioambientais na seleção e desenvolvimento de fornecedores de bens e serviços.		
A política ambiental é formal, de conhecimento de todos os empregados e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.		
No último ano o valor investido neste programa supera 0,01% da receita bruta da companhia. Considerar somente recursos voltados diretamente a sensibilização e educação para o desenvolvimento sustentável. Caso os recursos incluam gastos com campanhas publicitárias, considerar apenas os custos de produção diretamente associados ao conteúdo de desenvolvimento sustentável. Não podem ser considerados custos de veiculação.		
Instrumento formal estabelecendo que suas políticas e procedimentos relativos a sustentabilidade ambiental sejam observados em todas as suas unidades e controladas, independentemente dos países ou regiões em que se localizem ou atuem.		
Criação de oportunidades de negócios decorrentes das mudanças climáticas (créditos de carbono e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL).		
Incorpora critérios específicos com relação a mudanças climáticas em sua política socioambiental de avaliação de crédito/risco.		
Tem política explícita de não-utilização de materiais e insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, produtos florestais não-madeireiros, animais etc.).		
Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) atualizado.		
Possui seguro para degradação ambiental decorrente de acidentes em suas operações.		
Utiliza estudos, pesquisas e o apoio de especialistas para melhor fundamentar a resolução de dilemas éticos, socioambientais.		
Possuir uma diretoria que se reporte diretamente a alta direção da companhia e com atribuição de tratar questões ambientais		
Desenvolvimento de ações voluntárias em prol do objetivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.		

Utilização de metodologias (incluindo protocolos) para avaliar o impacto da incorporação de aspectos socioambientais no resultado econômico financeiro da companhia.		
Política socioambiental de avaliação de crédito/risco.		
Remuneração de populações, comunidades ou organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de conservação ambiental, com fins de produção e manutenção de recursos hídricos, proteção da biodiversidade, ou absorção de carbono por reflorestamento permanente.		
Comitê de Sustentabilidade ou de Responsabilidade empresarial formalmente estabelecido.		

Quadro 2. Indicador em Desempenho Condições Ambientais requisito: Política ambiental.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Programa de incentivo às sugestões dos empregados para melhoria dos processos internos.		
A política e as normas de relacionamento com clientes e consumidores constam no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.		
No processo de elaboração do balanço social, a empresa envolve pelo menos quatro das seguintes partes interessadas: comunidade, público interno, consumidores e clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral (por meio, por exemplo, de contatos com organizações de defesa do meio ambiente, sindicatos, entidades voltadas para a saúde pública ou defesa dos direitos humanos etc.).		
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal.		
Política corporativa visando auto-regular o uso de instrumentos de Marketing de suas atividades e produtos, incorporando preceitos éticos e de respeito ao consumidor, ao cidadão e ao meio ambiente.		
A empresa possui políticas e mecanismo formais para ouvir, avaliar e acompanhar posturas, preocupações, sugestões e críticas dos empregados, com o objetivo de agregar novos aprendizados e conhecimentos.		
Estabelecimento de objetivos estratégicos relacionados aos compromissos assumidos na Política Ambiental.		
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal, com foco na melhoria contínua com ênfase para a prevenção de riscos ocupacionais.		
Programas de gerenciamento e/ou minimização dos impactos ambientais pós-consumo de seus produtos.		
Companhia promove iniciativas de Investimento Social Privado.		
A empresa possui programa específico de contratação de pessoas com deficiência e atende rigorosamente a		

legislação de cotas de vagas para esse público.		
Sistema de gestão de desempenho baseado em indicadores vinculados ao planejamento estratégico (refere-se a metodologia para aferir e monitorar o alinhamento entre os objetivos estratégicos e a operação da companhia).		
Sistema de gestão de desempenho baseado em indicadores vinculados ao planejamento estratégico.		
Utiliza os incentivos fiscais para deduzir ou descontar dos impostos os valores relativos a doações e patrocínios.		
Companhia implanta medidas de defesa da concorrência (refere-se a ações desenvolvidas pela companhia contra práticas de formação de cartel).		
Políticas de relacionamento com a comunidade de entorno contempladas em seu código de conduta e/ou na declaração de valores.		
Processos e procedimentos implementados para monitorar impactos indiretos das atividades da companhia		
Programa destinado especificamente ao uso sustentável de recursos naturais.		
Plano de contingência da companhia.		
Programa implantado de reuso da água nos processos administrativos (escritórios, refeitórios, banheiros).		

Quadro 3. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Objetivos, metas e programas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Avaliação sistemática e periódica e registro dos perigos e riscos Ocupacionais		
Plano de gerenciamento de riscos.		
Estabelecimento de programas de gestão que contenham objetivos e metas compatíveis com os perigos e riscos ocupacionais.		
Plano de emergência ambiental, que relaciona todos os seus processos e produtos ou serviços que envolvam situações de risco, e treina seus empregados regularmente para enfrentar tais situações.		
Planos de ação de emergência.		
Plano de comunicação de riscos.		

Quadro 4. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Preparação e resposta à emergências e riscos.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Estimula a formação de redes ou cooperativas de pequenos fornecedores, ajudando-os a se adequar a novos padrões de fornecimento.		
Busca estabelecer diálogo estruturado com instâncias do governo local, especialistas, ONGs e sindicatos para conhecer, entender, prever e reduzir o impacto de um possível fechamento de unidades de negócios ou plantas, ou da eventual necessidade de corte de		

pessoal.		
Programas de conscientização e orientação de consumidores finais com vistas ao uso sustentável de produtos e serviços.		
Realização regular de pesquisa e investigação sobre as demandas potenciais e a satisfação dos clientes e consumidores, visando compreender suas necessidades e orientar o desenvolvimento de produtos e/ou serviços que conciliem o bom atendimento dessas necessidades com a sustentabilidade companhia oferta seus produtos e/ou serviços em locais cuja estrutura esta de acordo com as normas de acessibilidade presentes na NBR 9050/ABNT		
Relacionamento com a comunidade visando o desenvolvimento local.		
Programas de suporte técnico aos consumidores finais com vistas ao uso sustentável dos produtos e serviços.		
Processos e procedimentos implementados em relação a aplicação de critérios sociais para gestão de seus fornecedores, como: Não utilização de trabalho infantil, não utilização de trabalho forçado ou compulsório, combate a discriminação, pagamento pontual e correto de suas obrigações com a receita federal, a previdência social e demais obrigações tributarias, contribuição intencional a uma agenda local/nacional de desenvolvimento, valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência.		

Quadro 5. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis externas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Avaliação da satisfação de seus funcionários em relação ao clima organizacional (exposição a estresse, ambiente harmônico, cooperação entre funcionários, etc.).		
Possui política específica para os empregados que sejam pais ou responsáveis por crianças com deficiência, garantindo-lhes a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento dos filhos de forma adequada.		
Engaja seu público interno no combate a qualquer prática de discriminação.		
Existência de um Comitê de Auditoria formalmente estabelecido.		
Fornecer informações que afetem os empregados em tempo hábil para que o sindicato e os empregados se posicionem.		
Política de engajamento seu público interno e seus parceiros comerciais na prevenção e no combate as formas de corrupção.		
A política de promoção da equidade de gênero é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.		
Oferece programa de orienta os empregados sobre como se dá o desenvolvimento integral da criança por meio do fortalecimento das competências familiares (cuidados com o nascimento, alimentação saudável, prevenção de doenças, proteção à integridade da criança e estímulo ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional).		
Cumprir a legislação com relação a contratação de pessoas com deficiência.		
Possuem programas de aconselhamento sobre o planejamento de carreiras, de forma a auxiliar os empregados na reflexão sobre suas funções e identificação de objetivos em longo prazo.		

Avaliação da satisfação de seus funcionários em relação carga de trabalho (horas trabalhadas, metas de produção e outros tipos de demandas).		
Além de atender toda a legislação em vigor para seu exercício e estar em dia com todos os tributos, tem procedimentos para que todos os seus empregados conheçam as leis a que estão submetidos, tanto as que se referem às atividades profissionais quanto as que os beneficiam, para que possam cumpri-las integralmente.		
Faz acompanhamento da inclusão dos filhos dos empregados na escola, por meio de solicitação de comprovantes de matrícula (particularmente das crianças com deficiência).		
A companhia possui formalmente e divulga mecanismos específicos para apresentação de recomendações de acionistas minoritários e sua apreciação pelo Conselho de Administração para serem incluídas nas pautas das assembléias.		
Os empregados da empresa demonstram familiaridade no seu dia-a-dia com os temas e pressupostos contemplados no código de conduta, aplicando-os espontaneamente.		
O processo de diálogo e engajamento das partes interessadas conta com indicadores de desempenho para monitoramento das relações.		
Remuneração adicional (reajustes salariais diferenciados, bônus, prêmios) orientada por metas de desempenho socioambiental.		
Disponibilização voluntária nos editais de convocação, informações e documentos explicativos adicionais relacionados aos temas que serão deliberados nas assembléias.		
Livre associação sindical e direito à negociação coletiva (LA).		
A companhia realiza empreendimentos que impliquem na movimentação de recursos, (humanos e/ou materiais) em volumes e prazos capazes de alterar de forma significativa e/ou rápida a dinâmica social das comunidades afetadas pela operação ou implantação do empreendimento.		

Quadro 6. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis internas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia monitora suas emissões e pode garantir e comprovar que as mesmas estão em conformidade com a legislação, normas e requisitos aplicáveis.		
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito prioritário inovação tecnológica voltada ao uso sustentável de recursos naturais.		
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito em investimentos em pesquisas voltadas aos seus usos sustentáveis.		
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito nas diretrizes e objetivos estratégicos da companhia.		

Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia nos últimos 2 anos, como: redução relativa (massa/produção) da carga de poluentes lançados no ar.		
Processos de gestão da companhia incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito em programas destinados especificamente ao uso sustentável de recursos naturais.		
Faz inventário, monitora e possui metas anuais de redução para as formas de utilização ou produção.		
Gera, pode garantir que o lançamento se da em conformidade com a legislação aplicável e pode comprovar que nos últimos 2 anos houve redução da carga poluidora lançada.		
Avaliação do desempenho ambiental de produtos e serviços ao longo do seu ciclo de vida (Análise do Ciclo de Vida).		
Caracteriza a condição dos efluentes líquidos gerados: pode garantir que o lançamento se da em conformidade com a legislação e normas aplicáveis.		
Prática da companhia com relação a geração e destinação de resíduos sólidos Metas anuais de redução da geração.		
Inventário ambiental e monitora o mesmo.		
Avalia e monitora sistematicamente potenciais passivos ambientais e pode garantir que não tem passivo ambiental.		
Garantia de conformidade legal dos processos de manipulação, armazenagem, tratamento e destinação.		
Possui passivos ambientais, provisionou recursos para seu saneamento, divulga a existência dos passivos nos relatórios pertinentes (Resolução CVM 489) e tem como meta o saneamento integral dos passivos em prazo inferior a 5 anos.		

Quadro 7. Indicador em Desempenho Operacional requisito: Aspectos físico-ambientais.

Para responder as questões relacionadas aos resíduos sólidos deverão ser considerados as definições, critérios e métodos de classificação de resíduos previstos na norma NBR 10004:2004, publicada em 31/05/2004 e valida a partir de 30/11/2004.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Investimentos em fontes de energia mais eficientes.		
Processos e atividades da companhia (PPA), considerados potencial ou efetivamente geradores de impactos ambientais significativos, que e orientado por procedimentos operacionais específicos.		
Produtos que podem ser totalmente reutilizados ou reciclados.		
Produtos com instrução referente uso e à disposição ambientalmente seguros.		
A companhia e todas suas controladas possuem um sistema de monitoramento de ações judiciais ou administrativas decorrentes de riscos ou danos efetivos a saúde ou a segurança de seus consumidores e de terceiros próximos a eles, ocasionados pelo consumo ou utilização normal dos produtos e serviços que oferece.		
Conteúdo de um produto que pode ser em parte		

reutilizado ou reciclado.		
---------------------------	--	--

Quadro 8. Indicador em Desempenho Operacional requisito: Monitoramento e medição.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Compromisso de ética na gestão das informações privilegiadas ou de caráter privado obtidas durante os processos da empresa com seus diversos públicos (clientes, empregados, fornecedores etc.).		
Divulgação da remuneração do Conselheiro de Administração e da Diretoria.		
Canal para comunicações anônimas, com garantia de sigilo, que se destina a receber denúncias, dúvidas e sugestões, praticas relativas a controles internos, contabilidade ou auditoria, bem como as relativas ao cumprimento de seu Código de Conduta que possam acarretar prejuízos aos princípios e interesses da companhia, de suas subsidiarias e de seus acionistas (0800, SAC, website, outros).		
Divulgação de atividades consideradas de Desenvolvimento Sustentável (pela empresa), compromissos que possam ser comprovados por meio de documentos, que estejam diretamente relacionados ao conceito.		
A companhia possui procedimentos formais para recebimento, registro e resposta as demandas de partes interessadas com relação à saúde e segurança no trabalho.		
Mecanismos que evitem a veiculação de informação ou comunicação publicitária enganosa ou abusiva e, em particular, que incite a violência, explorem o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança ou de outros grupos vulneráveis, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o publico a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.		
Atualiza sempre que necessário o material de comunicação destinado aos consumidores/clientes (rótulos, embalagens, bulas, manuais de operação, instruções de uso, termos de garantia e peças publicitárias, entre outros) para tornar mais transparente o relacionamento e mais seguro o uso de seus produtos.		
Publicação de relatório e parte integrante do principal relatório corporativo (Relatório Anual), compondo um único documento.		
Interage com seus fornecedores e distribuidores estimulando-os a adotar uma postura responsável em relação à comunicação voltada para o público infanto-juvenil.		
Ao participar da elaboração, avaliação, implantação ou monitoramento de políticas públicas, a companhia se manifesta por meio de propostas ou posicionamentos formais e publicamente divulgados.		
Divulgação das demonstrações financeiras seguindo normas internacionalmente aceitas, além do padrão contábil brasileiro.		

Divulgação no Relatório de Sustentabilidade das proporções entre o maior e menor salário pago.		
--	--	--

Quadro 1. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Comunicação

TITULO DOS INDICADORES DE CONDIÇÃO AMBIENTAL	NOTA	FREQUENCIA
Tem política explícita de não-utilização de materiais e insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais (como madeira, produtos florestais não-madeireiros, animais etc.).		
A política ambiental é formal, de conhecimento de todos os empregados e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.		
Política de compras que inclui critérios socioambientais na seleção e desenvolvimento de fornecedores de bens e serviços.		
Instrumento formal estabelecendo que suas políticas e procedimentos relativos a sustentabilidade ambiental sejam observados em todas as suas unidades e controladas, independentemente dos países ou regiões em que se localizem ou atuem.		
Possuir uma diretoria que se reporte diretamente a alta direção da companhia e com atribuição de tratar questões ambientais.		
Incorpora critérios específicos com relação a mudanças climáticas em sua política socioambiental de avaliação de crédito/risco.		
Comitê de Sustentabilidade ou de Responsabilidade empresarial formalmente estabelecido.		
Política socioambiental de avaliação de crédito/risco.		
Possui seguro para degradação ambiental decorrente de acidentes em suas operações.		
Utiliza estudos, pesquisas e o apoio de especialistas para melhor fundamentar a resolução de dilemas éticos, socioambientais.		
Criação de oportunidades de negócios decorrentes das mudanças climáticas (créditos de carbono e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL).		
Desenvolvimento de ações voluntárias em prol do objetivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.		
Utilização de metodologias (incluindo protocolos) para avaliar o impacto da incorporação de aspectos socioambientais no resultado econômico financeiro da companhia.		
Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) atualizado.		
Remuneração de populações, comunidades ou organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de conservação ambiental, com fins de produção		

e manutenção de recursos hídricos, proteção da biodiversidade, ou absorção de carbono por reflorestamento permanente.		
no último ano o valor investido neste programa supera 0,01% da receita bruta da companhia. Considerar somente recursos voltados diretamente a sensibilização e educação para o desenvolvimento sustentável. Caso os recursos incluam gastos com campanhas publicitárias, considerar apenas os custos de produção diretamente associados ao conteúdo de desenvolvimento sustentável. Não podem ser considerados custos de veiculação.		

Quadro 2. Indicador em Desempenho Condições Ambientais requisito: Política ambiental.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal, com foco na melhoria contínua com ênfase para a prevenção de riscos ocupacionais.		
Sistema de gestão de desempenho baseado em indicadores vinculados ao planejamento estratégico.		
No processo de elaboração do balanço social, a empresa envolve pelo menos quatro das seguintes partes interessadas: comunidade, público interno, consumidores e clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral (por meio, por exemplo, de contatos com organizações de defesa do meio ambiente, sindicatos, entidades voltadas para a saúde pública ou defesa dos direitos humanos etc.).		
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal.		
A política e as normas de relacionamento com clientes e consumidores constam no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.		
A empresa possui políticas e mecanismo formais para ouvir, avaliar e acompanhar posturas, preocupações, sugestões e críticas dos empregados, com o objetivo de agregar novos aprendizados e conhecimentos.		
Estabelecimento de objetivos estratégicos relacionados aos compromissos assumidos na Política Ambiental.		
Programa de incentivo às sugestões dos empregados para melhoria dos processos internos.		
Programas de gerenciamento e/ou minimização dos impactos ambientais pós-consumo de seus produtos.		
Companhia promove iniciativas de Investimento Social Privado.		
A empresa possui programa específico de contratação de pessoas com deficiência e atende rigorosamente a		

legislação de cotas de vagas para esse público.		
Sistema de gestão de desempenho baseado em indicadores vinculados ao planejamento estratégico (refere-se a metodologia para aferir e monitorar o alinhamento entre os objetivos estratégicos e a operação da companhia).		
Processos e procedimentos implementados para monitorar impactos indiretos das atividades da companhia.		
Plano de contingência da companhia.		
Companhia implanta medidas de defesa da concorrência(refere-se a ações desen-volvidas pela companhia contra práticas de formação de cartel).		
Políticas de relacionamento com a comunidade de entorno contempladas em seu código de conduta e/ou na declaração de valores.		
Política corporativa visando auto-regular o uso de instrumentos de Marketing de suas atividades e produtos, incorporando preceitos éticos e de respeito ao consumidor, ao cidadão e ao meio ambiente.		
Programa destinado especificamente ao uso sustentável de recursos naturais.		
Utiliza os incentivos fiscais para deduzir ou descontar dos impostos os valores relativos a doações e patrocínios.		
Programa implantado de reuso da água nos processos administrativos (escritórios, refeitórios, banheiros).		

Quadro 3. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Objetivos, metas e programas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Planos de ação de emergência.		
Plano de gerenciamento de riscos.		
Plano de comunicação de riscos.		
Plano de emergência ambiental, que relaciona todos os seus processos e produtos ou serviços que envolvam situações de risco, e treina seus empregados regularmente para enfrentar tais situações.		
Avaliação sistemática e periódica e registro dos perigos e riscos Ocupacionais.		
Estabelecimento de programas de gestão que contenham objetivos e metas compatíveis com os perigos e riscos ocupacionais.		

Quadro 4. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Preparação e resposta à emergências e riscos.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Processos e procedimentos implementados em relação a aplicação de critérios sociais para gestão de seus		

<p>fornecedores, como: Não utilização de trabalho infantil, não utilização de trabalho forçado ou compulsório, combate a discriminação, pagamento pontual e correto de suas obrigações com a receita federal, a previdência social e demais obrigações tributárias, contribuição intencional a uma agenda local/nacional de desenvolvimento, valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência.</p>		
<p>Busca estabelecer diálogo estruturado com instâncias do governo local, especialistas, ONGs e sindicatos para conhecer, entender, prever e reduzir o impacto de um possível fechamento de unidades de negócios ou plantas, ou da eventual necessidade de corte de pessoal.</p>		
<p>Programas de conscientização e orientação de consumidores finais com vistas ao uso sustentável de produtos e serviços.</p>		
<p>Programas de suporte técnico aos consumidores finais com vistas ao uso sustentável dos produtos e serviços.</p>		
<p>Estimula a formação de redes ou cooperativas de pequenos fornecedores, ajudando-os a se adequar a novos padrões de fornecimento.</p>		
<p>Realização regular de pesquisa e investigação sobre as demandas potenciais e a satisfação dos clientes e consumidores, visando compreender suas necessidades e orientar o desenvolvimento de produtos e/ou serviços que conciliem o bom atendimento dessas necessidades com a sustentabilidade companhia oferta seus produtos e/ou serviços em locais cuja estrutura esta de acordo com as normas de acessibilidade presentes na NBR 9050/ABNT.</p>		
<p>Relacionamento com a comunidade visando o desenvolvimento local.</p>		

Quadro 5. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis externas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
<p>A política de promoção da equidade de gênero é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.</p>		
<p>Cumprir a legislação com relação a contratação de pessoas com deficiência.</p>		
<p>Engajar seu público interno no combate a qualquer prática de discriminação.</p>		
<p>Existência de um Comitê de Auditoria formalmente estabelecido.</p>		
<p>Fornecer informações que afetem os empregados em tempo hábil para que o sindicato e os empregados se posicionem.</p>		
<p>Política de engajamento seu público interno e seus parceiros comerciais na prevenção e no combate as formas de corrupção.</p>		
<p>Avaliação da satisfação de seus funcionários em relação ao clima organizacional (exposição a estresse, ambiente</p>		

harmônico, cooperação entre funcionários, etc.).		
Livre associação sindical e direito à negociação coletiva (LA).		
Possui política específica para os empregados que sejam pais ou responsáveis por crianças com deficiência, garantindo-lhes a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento dos filhos de forma adequada.		
Possui programas de aconselhamento sobre o planejamento de carreiras, de forma a auxiliar os empregados na reflexão sobre suas funções e identifica o de objetivos em longo prazo.		
Avaliação da satisfação de seus funcionários em relação carga de trabalho (horas trabalhadas, metas de produção e outros tipos de demandas).		
Além de atender toda a legislação em vigor para seu exercício e estar em dia com todos os tributos, tem procedimentos para que todos os seus empregados conheçam as leis a que estão submetidos, tanto as que se referem às atividades profissionais quanto as que os beneficiam, para que possam cumpri-las integralmente.		
Faz acompanhamento da inclusão dos filhos dos empregados na escola, por meio de solicitações e comprovantes de matrícula (particularmente das crianças com deficiência).		
Remuneração adicional (reajustes salariais diferenciados, bônus, prêmios) orientada por metas de desempenho socioambiental.		
Os empregados da empresa demonstram familiaridade no seu dia-a-dia com os temas e pressupostos contemplados no código de conduta, aplicando-os espontaneamente.		
O processo de diálogo e engajamento das partes interessadas conta com indicadores de desempenho para monitoramento das relações.		
A companhia possui formalmente e divulga mecanismos específicos para apresentação de recomendações de acionistas minoritários e sua apreciação pelo Conselho de Administração para serem incluídas nas pautas das assembleias.		
Disponibilização voluntária nos editais de convocação, informações e documentos explicativos adicionais relacionados aos temas que serão deliberados nas assembleias.		
Oferece programa de orienta os empregados sobre como se dá o desenvolvimento integral da criança por meio do fortalecimento das competências familiares (cuidados com o nascimento, alimenta o saudável, prevenção de doenças, proteção à integridade da criança e estímulo ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional).		
A companhia realiza empreendimentos que impliquem na movimentação de recursos, (humanos e/ou materiais) em volumes e prazos capazes de alterar de forma significativa e/ou rápida a dinâmica social das comunidades afetadas pela operação ou implantação do empreendimento.		

Quadro 6. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis internas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Faz inventário, monitora e possui metas anuais de redução para as formas de utilização ou produção .		
Processos de gestão da companhia incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito em programas destinados especificamente ao uso sustentável de recursos naturais.		
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito em investimentos em pesquisas voltadas ao seus usos sustentáveis.		
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito nas diretrizes e objetivos estratégicos da companhia.		
Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia nos últimos 2 anos, como: redução relativa (massa/produção) da carga de poluentes lançados no ar.		
Processos de gestão incorporam o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis como requisito prioritário inovação tecnológica voltada ao uso sustentável de recursos naturais.		
Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia monitora suas emissões e pode garantir e comprovar que as mesmas estão em conformidade com a legislação, normas e requisitos aplicáveis.		
Gera, pode garantir que o lançamento se da em conformidade com a legislação aplicável e pode comprovar que nos últimos 2 anos houve redução da carga poluidora lançada.		
Garantia de conformidade legal dos processos de manipulação, armazenagem, tratamento e destinação.		
Caracteriza a condição dos efluentes líquidos gerados: pode garantir que o lançamento se da em conformidade com a legislação e normas aplicáveis.		
Prática da companhia com relação a geração e destinação de resíduos sólidos Metas anuais de redução da geração.		
Inventário ambiental e monitora o mesmo.		
Avalia e monitora sistematicamente potenciais passivos ambientais e pode garantir que não tem passivo ambiental.		
Avaliação do desempenho ambiental de produtos e serviços ao longo do seu ciclo de vida (Análise do Ciclo de Vida).		
Possui passivos ambientais, provisionou recursos para seu saneamento, divulga a existência dos passivos nos relatórios pertinentes (Resolução CVM 489) e tem como meta o saneamento integral dos passivos em prazo inferior a 5 anos.		

Quadro 7. Indicador em Desempenho Operacional requisito: Aspectos físico-ambientais.

Para responder as questões relacionadas aos resíduos sólidos deverão ser considerados as definições, critérios e métodos de classificação de resíduos previstos na norma NBR 10004:2004, publicada em 31/05/2004 e valida a partir de 30/11/2004

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	NOTA	FREQUENCIA
---	-------------	-------------------

OPERACIONAL		
Investimentos em fontes de energia mais eficientes.		
Processos e atividades da companhia (PPA), considerados potencial ou efetivamente geradores de impactos ambientais significativos, que e orientado por procedimentos operacionais específicos.		
Produtos que podem ser totalmente reutilizados ou reciclados.		
Produtos com instrução referente uso e à disposição ambientalmente seguros.		
A companhia e todas suas controladas possuem um sistema de monitoramento de ações judiciais ou administrativas decorrentes de riscos ou danos efetivos a saúde ou a segurança de seus consumidores e de terceiros próximos a eles, ocasionados pelo consumo ou utilização normal dos produtos e serviços que oferece.		
Conteúdo de um produto que pode ser em parte reutilizado ou reciclado.		

Quadro 8. Indicador em Desempenho Operacional requisito: Monitoramento e medição.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Inserções positivas espontâneas na mídia.		
Canal para consultas ou comentários sobre questões relacionadas ao		

meio ambiente		
Divulga seus compromissos éticos por meio de material institucional, pela internet ou de outra maneira adequada às suas partes interessadas.		
Reportagens da imprensa sobre o desempenho ambiental da organização		
Canal para comunicações: sugestões, reclamações, denúncias aberto aos diversos públicos.		
Mecanismos que evitem a veiculação de informação ou publicidades enganosa ou abusiva.		
Divulgação das demonstrações financeiras em Balanço Social.		

Quadro 1. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Comunicação.

TÍTULO DOS INDICADORES DE CONDIÇÃO AMBIENTAL	NOTA	FREQÜÊNCIA
Política ambiental é formalmente estabelecida, de conhecimento dos empregados e consta no código de conduta ou na declaração de valores da empresa.		
Fornecedores certificados por normatização ambiental.		
Pré-requisito para empregar funcionários que têm conhecimento ou experiência no setor ambiental em suas descrições de trabalho.		
Estabelecimento que as políticas e procedimentos relativos a sustentabilidade ambiental sejam observados em todas as suas unidades e controladas, independentemente dos países ou regiões em que se localizem ou atuem.		
Divulgação de relatórios dos pontos positivos e negativos das atividades ambientais da companhia.		
Fornecedores e prestadores de serviço contratados tendo um sistema de gestão ambiental implementado ou certificado.		
Iniciativas implementadas para prevenção da poluição.		
Níveis gerenciais com responsabilidades ambientais específicas.		
Percentual de resultado total investido em ações ambientais, estabelecido em planejamento estratégico.		
Participação em programas de proteção ambiental.		
Seleção de fornecedores e prestadores de serviço inclui critérios ambientais.		
Fundo para pesquisas e desenvolvimento aplicados a projetos com significância ambiental.		
Grau de implementação de códigos de gestão e práticas de operação.		

Quadro 2. Indicador em Desempenho Condições Ambientais requisito: Política ambiental.

TÍTULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	NOTA	FREQÜÊNCIA
---	-------------	-------------------

GERENCIAL		
Recursos aplicados para apoiar os programas ambientais da comunidade.		
Programa para empregados participarem em projetos/programas ambientais.		
Programa específico de contratação de pessoas com deficiência, atendendo rigorosamente a legislação de cotas de vagas para esse público.		
Políticas de relacionamento com a comunidade de entorno contempladas em seu código de conduta.		
Procedimentos para monitorar impactos indiretos das atividades da companhia		
Programa e metas para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal, com foco na melhoria contínua.		
Meta para o desempenho da companhia em saúde e segurança no trabalho em conformidade legal.		
Metas e programa para a utilização de tecnologias limpas.		
Programa de gestão de produtos com materiais recicláveis.		
Programas, metas e objetivos para transportes relacionados com a organização.		
Programas, metas e objetivos para a substituição de materiais.		

Quadro 3. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Objetivos, metas e programas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Plano de gerenciamento de riscos		
Planos de ação de emergência.		
Preparação e respostas a emergências que demonstraram a prontidão planejada.		
Plano de comunicação de riscos.		

Quadro 4. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: Preparação e resposta à emergências e riscos.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Busca conscientização e orientação de consumidores finais com vistas ao uso sustentável de produtos e serviços.		
Relação com sindicatos, estimulando negociação coletiva.		
Práticas contra corrupção e propinas.		

Relação com fornecedores que contemple critérios como: não utilização de trabalho infantil, não utilização de trabalho forçado ou compulsório, combate a discriminação, a previdência social e demais obrigações tributárias, contribuição intencional a uma agenda local/nacional de desenvolvimento, valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência.		
Relação com consumidores: pesquisa de satisfação dos clientes e consumidores.		
Programas de desenvolvimento social relacionados com seus públicos e comunidade local.		

Quadro 5. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis externas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Gestão participativa com remuneração adicional.		
A política de promoção da equidade de gênero é formal e consta no código de conduta e/ou na declaração de valores da empresa.		
Fornecer informações que afetem os empregados em tempo hábil para que o sindicato e os empregados se posicionem.		
Índice percentual de clientes, colaboradores, empregados satisfeitos com o desempenho ambiental.		
A definição da missão e valores da organização é de conhecimento dos funcionários, acionistas e colaboradores diretos.		

Quadro 6. Indicador em Desempenho Gerencial requisito: variáveis internas.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO GERENCIAL	NOTA	FREQUENCIA
Caracteriza a condição das emissões atmosféricas da companhia monitora suas emissões sendo que as mesmas estão em conformidade com a legislação, normas e requisitos aplicáveis.		
Caracteriza a condição dos efluentes líquidos gerados: pode garantir que o lançamento se dá em conformidade com a legislação e normas aplicáveis.		
Garantia de conformidade legal dos processos de manipulação de resíduos armazenados no local.		
Quantidade de unidades de energia economizadas devido a programas de conservação de energia.		
Garantia de conformidade legal dos processos de manipulação de resíduos para disposição.		
Faz inventário, monitora e possui metas anuais de redução para as formas de utilização ou produção.		
Registro de efluentes por serviço ou cliente (com metas definidas)		
Há emissões atmosféricas com potencial depleção da camada ozônio.		
Avaliação do desempenho ambiental de produtos e serviços ao longo do		

seu ciclo de vida (Análise do Ciclo de Vida).		
Há energia desperdiçada liberada para a água.		
Existem processos de medição de quantidade de cada tipo de energia usada.		
Tem inventário ambiental e monitora o mesmo.		
Registros de materiais perigosos usados por prestadores de serviços contratados.		
Materiais recicláveis e reutilizáveis usados pelos prestadores de serviços contratados.		

Quadro 7. Indicador em Desempenho Operacional requisito: Aspectos físico-ambientais.

TITULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL	NOTA	FREQUENCIA
Produtos com instruções referentes ao uso e à disposição ambientalmente seguros.		
Produtos que podem ser totalmente reutilizados ou reciclados		
Medição quantidade de agentes de limpeza usados por metro quadrado.		
Medição de quantidade de material destinado para aterro sanitário por unidade de produto.		
Medição do consumo específico de água e recirculação da água em vias de tratamento.		
Alta duração do uso do produto.		

Quadro 8. Indicador em Desempenho Operacional requisito: Monitoramento e medição.